



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 105

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 8 de Julho de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 16 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se directamente na **Agenda da Reunião**.

1. Continuação da discussão do Projecto de Resolução n.º 40/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Durante o debate usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Catarina Furtado (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

No decorrer da discussão usaram da palavra para protestos os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

2. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 45/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

3. Projecto de Resolução n.º 45/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Após a apresentação do diploma participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

No seguimento do protesto realizado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*), tendo os trabalhos sido suspensos para reunião de Conferência de Líderes.

No reinício dos trabalhos usou da palavra para uma interpelação o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*), tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Retomando o debate referente ao **Projecto de Resolução n.º 45/2011**, usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria. Posteriormente fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraida Soares (*BE*).

4. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 46/2011 – “Recomenda ao Governo Regional que assegure a

participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012”, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente usaram da palavra no debate os Srs. Deputados Vera Bettencourt (*PS*) e Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

5. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 2/2011 – “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região”, apresentado pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Após a apresentação do diploma usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Pedro Medina (*CDS/PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

6. Anteproposta de Lei n.º 2/2011 – “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região”, apresentada pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Após a apresentação do diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e Francisco César (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente fez uma declaração de voto o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

7. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 47/2011 – “Suspensão da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Na sequência da apresentação do diploma usou da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

8. Projecto de Resolução n.º 47/2011 – “Suspensão da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Após a apresentação do diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Cascalho (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Domingos Cunha (*PS*).

9. Pedido de autorização para depoimento do Deputado José Francisco Salvador Fernandes, na qualidade de testemunha, no âmbito da Acção de Processo Sumário n.º 76/10.2TBSCF, a correr termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores.

Submetido à votação, o pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

10. Pedido de autorização para depoimento do Deputado António Lima Cardoso Ventura, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Colectivo) n.º 1016/08.4PBAGH, a correr termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

Submetido à votação, o pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

11. Pedido de autorização para depoimento do Deputado Cláudio José Gomes Lopes, na qualidade de exponente, no âmbito do Processo de Inquérito n.º DRS-DAJ/2011/355 que corre termos junto da Direcção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Submetido à votação, o pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

12. Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de Julho.

Submetida à votação a proposta de deliberação foi aprovada por maioria, tendo posteriormente usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares, vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 16 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de Lima
José Manuel Gregório de Ávila
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Manuel Herberto Santos da Rosa
Maria da **Piedade Lima Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nélia Maria Brito Nunes
Paula Cristina Dias Bettencourt
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho
António Pedro Rebelo Costa
António Lima Cardoso Ventura
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas
Francisco da Silva Álvares
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
Jorge Alberto da Costa Pereira
Jorge Manuel de Almada Macedo
José Francisco Salvador Fernandes
Luís Carlos Correia Garcia
Mark Silveira Marques
Pedro António de Bettencourt Gomes
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos prosseguir com a nossa Agenda, mais concretamente com a **Continuação da discussão do Projecto de Resolução n.º 40/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira”**, do PPM.

Entretanto aproveito para informar a Câmara, conforme já devem ter notado, porque foi distribuído. Entrou uma proposta de alteração do PPM para esta Proposta de Resolução, coisa que só o proponente pode fazer de acordo com o nosso Regimento.

Vamos continuar com as nossas inscrições. Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Rosa.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Uma radiografia genérica a este Projecto de Resolução leva-nos a dizer que, em primeiro lugar, existe uma valência que assegura o pré-escolar na ilha do Corvo, que é da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia.

Em segundo lugar, que há 20 crianças neste momento em idade pré-escolar no Corvo (11 na creche, 9 no jardim-de-infância) e que o Corvo é a única ilha dos Açores onde não há pré-escolar na rede pública. Não há essa opção.

Do nosso ponto de vista também convém clarificar, em terceiro lugar, que a duplicação de valências não faz qualquer tipo de sentido. Aliás, indo ao encontro do que disse ontem a Sra. Secretária, a duplicidade de respostas e a duplicação de meios é algo que não faz sentido. Mas também consideramos que não é isso que é aqui proposto.

O que faz sentido de facto é racionalizar, criar sinergias e potenciar os recursos existentes no sentido de assegurar uma melhor qualidade do serviço e, tanto quanto possível, desonerar as famílias que é no fundo o grande objectivo desta Proposta de Resolução.

O jardim-de-infância actualmente existente - e nós somos defensores das instituições de cariz social - beneficia de 3 tipos de benesse, passo a redundância.

Em primeiro lugar, recebe 6.122 euros e 56 cêntimos mensalmente para apoiar o funcionamento da creche e do jardim-de-infância, o que perfaz uma média de 306 euros e 12 cêntimos por aluno, o que nos parece manifestamente excessivo. Depois, como se isso não bastasse, funciona num espaço que é propriedade da Região.

Em terceiro lugar, as famílias ainda têm que pagar para manterem lá as crianças. Há aqui uma espécie de triplo financiamento desta instituição, o que não nos parece correcto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O que na prática leva a que as famílias destas crianças tenham que pagar por duas vias: pagam pela via do utente e pagam pela via do contribuinte, o que não faz qualquer tipo de sentido, do nosso ponto de vista.

De uma forma pragmática, há duas vias óbvias para resolver esta situação do ponto de vista de desonerar as famílias.

A primeira é a que é aqui preconizada pelo proponente, que consiste em integrar o pré-escolar na rede pública, no âmbito da Escola Mouzinho da Silveira.

A segunda consiste, da parte do Governo Regional, em renegociar com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo o protocolo que tem, no sentido de que as famílias, nomeadamente das crianças que frequentam o jardim-de-infância, do pré-escolar, sejam desoneradas.

A este propósito questionaria a Sra. Secretária neste sentido: foi contactada em algum momento, recentemente, pelo Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Corvo no sentido de mostrar abertura exactamente neste sentido? Ou seja, as crianças em idade pré-escolar não tenham que pagar à instituição, apenas as da creche? Foi ou não foi contactada nesse sentido?

Entre a opção *a*, que é a proposta pelo proponente, e a opção *b*, que seria a renegociação, nós preferimos a opção *a* por uma razão óbvia. A razão estritamente pedagógica.

Ao integrar-se a valência do pré-escolar, as crianças do jardim-de-infância na rede pública, adviriam óbvios ganhos pedagógicos. Porque desde já a educadora integraria o Conselho Pedagógico e a questão da articulação entre ciclos de que tanto se fala e que é por todos defendida hoje em dia, de forma a evitar constrangimentos quando as crianças acedem ao ciclo seguinte, do ponto de vista pedagógico, é crucial neste momento. É para nós um factor de diferenciação que nos leva a advogar que de facto haveria benefício para as crianças do Corvo em que integrassem a rede pública. Haveria um ganho pedagógico e um ganho de integração.

A outra questão que gostaria de deixar ao proponente e que parece-me que também terá algum interesse para este debate, que foi afluída, mas que não foi,

digamos, esmiuçada. O Sr. Deputado Paulo Estêvão falou aqui ontem de famílias que já tiveram que retirar as suas crianças da creche ou do jardim-de-infância.

Deputado Herberto Rosa (PS): Duas ou três!

O Orador: Gostaria de saber deste universo de 11 famílias quantas é que já tiveram de recorrer a isso por dificuldades financeiras?

Finalmente, a última referência que queria fazer à proposta de alteração que o PPM hoje aqui apresenta, penso que é um esforço de boa fé, que vai ao encontro daquilo que foi aqui discutido, nomeadamente das objecções levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires quanto à questão da transição, de não haver um corte abrupto e do nosso ponto de vista parece-nos perfeitamente escurteiras, lineares e correctas.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):**

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Indo um pouco atrás e ainda na continuação do debate que estávamos a fazer ontem e da questão que me foi colocada pelo Deputado Aníbal Pires.

De facto, não sei se não fui clara naquilo que disse ontem, mas a verdade é que o Governo considera aqui que existe uma resposta na ilha do Corvo, existe uma resposta que é adequada ao número de alunos e também existe um acordo que está celebrado e que não vai ser alterado mesmo que a solução agora encontrada seja outra. Ou seja, se nós decidíssemos eventualmente pela integração do pré-escolar na Mouzinho da Silveira, teríamos que manter as duas soluções em paralelo, com um esforço financeiro significativo.

Da parte do Governo o que foi dito e penso que seria eventualmente isso, embora considere o esforço financeiro das famílias (eventualmente agravado também pela situação que vivemos hoje pode ser considerado mau), este não é mais, não é um esforço maior no Corvo do que nas outras ilhas. Além disso os

valores de que disponho apontam para valores - que me foram fornecidos pela Santa Casa – significativamente abaixo daqueles que referiu o Sr. Deputado.

Por exemplo, (e não tenho tão pouco sequer o nome das famílias, nem das crianças) tenho apenas números e tenho os valores que elas pagam actualmente.

Por exemplo, a criança número 1, que está no 5.º escalão, paga 17,84€; a número 2, 46,24€; a número 3, 30,36€; a número 4, 46,24€; a número 5, 57,80€; a número 7, 57,80€; a número 8, 17,84€ e a número 9, 93,75€, que é o valor mais alto que eu tenho, segundo os dados que me foram fornecidos.

Portanto, aquilo que foi dito da parte do Governo é que atendendo a que a situação do Corvo é uma situação diferenciada na medida em que a rede pública não oferece ensino pré-escolar, o que poderia ser feito da parte do Governo (e que o Governo está disponível para fazer) é uma alteração à Portaria que contemple também essa excepcionalidade. Ou seja, que reconsidere o pagamento dos encarregados de educação das crianças do jardim-de-infância do Corvo, atendendo a que elas não têm uma alternativa na rede pública. Foi isso que foi dito da minha parte e que espero ter sido mais clara agora.

Quanto às outras questões que entretanto foram sendo aduzidas e expandidas ao longo da discussão. Por exemplo, o argumento de que não haveria intenção de haver lugar a demissões e que a situação não obrigaria a uma duplicação. Isto não é verdade.

Nem consigo perceber como é que se pode dizer que se faria um protocolo, ou seja, o que está aqui no fundo o proponente a propor – passo a redundância - é que a educadora ficaria a meio tempo na creche e a meio tempo no jardim-de-infância.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não obriga!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso!

A Oradora: Ou seja, estaria umas horas num lado e umas horas no outro. Ora, isso não faz nenhum sentido.

Além disso, é preciso que se clarifique que esta educadora de infância pertence aos quadros da Santa da Casa da Misericórdia e a sua remuneração é assegurada, parcialmente, pelo Governo Regional de duas formas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso!

A Oradora: Uma parte pelos acordos celebrados com o IAS e outra parte pela Direcção Regional da Educação e Formação. Portanto, isso obrigaria necessariamente a uma duplicação de recursos e obrigaria também – julgo eu, no limite – que a Santa Casa não necessitasse posteriormente de ter o pessoal que tem actualmente. E obviamente que isso redundaria em despedimentos por parte da Santa da Casa da Misericórdia.

Mais! O argumento pedagógico. Ora, o argumento pedagógico também é absolutamente falacioso. Como todos os Srs. Deputados sabem as escolas básicas e integradas são um conceito que integra a adopção dos mesmos princípios pedagógicos, didácticos e estratégias educativas. Isso não tem a ver necessariamente com a presença física no mesmo espaço senão mal estaríamos. Os Srs. Deputados sabem bem que a maioria dos jardins-de-infância que integram as escolas básicas e integradas não estão tão pouco no espaço físico da escola da unidade orgânica certa. Estão à parte. Também sabem que, por exemplo, ao nível das horas de almoço, das interrupções dos intervalos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão integrados no mesmo departamento! Pelo amor de Deus! Estão integrados no 1.º ciclo, nos departamentos.

A Oradora: ...isto nunca acontece à mesma hora. E nunca acontece à mesma hora precisamente porque não se quer misturar as crianças mais pequenas de 3, 4 e 5 anos com as crianças do 1.º ciclo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma falsidade total!

A Oradora: Portanto, isto passa sim por uma junção de esforços e por uma coordenação pedagógica ao nível dos docentes e não ao nível da integração do espaço, como é evidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não foi isso que eu disse.

A Oradora: Não estou a dizer que foi o que disse, Sr. Deputado. Estou a dizer que foi o que foi dito no debate.

O argumento pedagógico aqui não faz nenhum sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que falta de seriedade! Pelo amor de Deus!

A Oradora: É evidente que o Governo Regional defende as escolas básicas e integradas; é evidente que foi o Governo que criou o que continua a criar – as escolas básicas e integradas – mas aqui não é por aí que nós teríamos, digamos, outro tipo de resultado e uma melhor integração das crianças. Pelo contrário. Não é por aí. Não quer dizer que fosse pior, mas também não seria necessariamente melhor.

Portanto, Srs. Deputados, do nosso ponto de vista a resposta que temos actualmente é uma resposta que serve bem essas 20 crianças, na comunidade que temos.

Não poderíamos – porque o contrato está em vigor – anulá-lo neste momento e manteríamos duas respostas para uma mesma situação. Isso nos tempos em que vivemos, em qualquer tempo, mas particularmente na altura em que vivemos, é uma solução que não nos parece adequada, porque efectivamente o que precisamos é de racionalizar os recursos que temos. Não precisamos de acrescentar recursos para dar a mesma resposta...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Estão racionalizados!

A Oradora: ...que estamos dando.

Portanto, da nossa parte é isto que pensamos e é neste sentido que caminhamos. Quanto à pergunta que me foi feita pelo Sr. Deputado do PP sobre se fui contactada pelo Sr. Provedor - penso que era assim – nesse sentido. Não, não houve contacto da parte do Sr. Provedor nesse sentido. Não houve nenhum contacto.

De qualquer das formas, o Governo considera que é possível melhorar aqui a prestação das famílias e isso passará por uma alteração da Portaria que está em vigor.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A resposta da Sra. Secretária foi clara. Estou satisfeito com a sua resposta.

Entretanto e sobre o projecto de substituição apresentado pela Representação Parlamentar do PPM e que de facto - e se me permite o Sr. Deputado – é já uma

posição mais reflectida sobre o assunto que temos estado a discutir. Penso que relativamente ao Governo a posição começa a ficar clara e dizer-lhe que este projecto de substituição terá o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto nós ontem estávamos a discutir uma coisa completamente diferente, o que nos surpreendeu hoje de manhã. Tanto mais que as convicções e o entusiasmo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixe-se disso! Intervenha de forma séria. Discuta as coisas sérias! Deixe-se de confusões, de risos.

Deputado José San-Bento (PS): O problema deve ser seu!

A Oradora: ... pôs na última intervenção, da tónica e da importância do serviço público e do projecto pedagógico; de repente hoje os pontos são completamente diferentes.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado faça o favor de continuar. Srs. Deputados não entrem em diálogo.

Sra. Deputada Catarina Furtado faça o favor.

A Oradora: O que estava a dizer é que ontem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Levanta questões pessoais! Pelo amor de Deus! Discuta argumentos!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

A Oradora: ...pareceu-me, no discurso da Representação Parlamentar do PPM, que havia uma absoluta convicção de que a resposta da rede pública, que a resposta do serviço público é que era adequada, é que era a exigida com a urgência apresentada já para ser implementada neste ano lectivo que agora se prepara. Toda aquela convicção mostrada ontem esvaiu-se durante a noite, porque hoje o que nos apresenta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: ...é um período de transição que não está definido. Pode ser um período de transição lento, acelerado, rápido. E mais do que isso...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se pusesse um ano dizia que era pouco! Se pusesse dois, era muito!

A Oradora: ...vem aqui dizer que afinal já não é, porque pagam muito, é para não pagarem. Vem aqui dizer que seja assegurado, que o custo será idêntico ao suportado. Será, ou seja idêntico ao suportado, portanto também não ajudou muito no português. Se calhar o Sr. Deputado não teve um pré-escolar integrado. A conjugação não está na sua melhor forma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Deputada, não vá por aí! Não mostre a sua ignorância!

A Oradora: O que me parece...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sra. Deputada Catarina Furtado, agradecia que se fixasse no objecto da resolução. Faça favor de continuar.

A Oradora: Se eu mostrar a minha ignorância o senhor está a mostrar a sua falta de convicção, porque o que disse aqui ontem não é o que nos apresenta por escrito aqui hoje.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sr. Presidente, este Projecto de Resolução continua a não merecer a nossa aprovação porque é demasiada a falta de coerência, demasiada falta de convicção. Porque já foram aduzidas razões mais do que justificadas para mostrar que o que existe é eficaz, é adequado, permite sinergias - como a Sra. Secretária já disse - também em resposta ao que disse o Sr. Deputado Paulo Rosa (porque falou em opções *a*, *b* e eu perdi-me, se eram opções suas, se eram opções de ontem, de hoje.) É tanta a panóplia de opções que quero ver o que é que calha. Vamos ver de onde é que apanha.

O projecto pedagógico, os ganhos pedagógicos - como a Sra. Secretária já explicou - não estão em causa. Não têm nada a ver com isso. Se há alguma melhoria a fazer no que funciona hoje há que introduzi-lo no que está a funcionar e não duplicar custos, para além da falta de coerência e da incongruência das convicções.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

***Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Há aqui um elemento que nos parece significativo e que é importante, embora não seja decisivo para esta questão, mas que é um elemento que tem o seu significado e que já foi ontem aqui dado a conhecer pelo Governo: é de que nem a escola, os órgãos de gestão da escola, nem a comunidade educativa de uma maneira geral comunicaram este problema à tutela, nem sequer manifestaram a sua disponibilidade para fazer este alargamento que aqui é proposto.

Há, no nosso entendimento, uma questão – para nós é esta a questão essencial – para ser esclarecida e que importa clarificar.

Falou-se aqui ontem que os alunos tinham, no financiamento que era garantido pela tutela (naturalmente uma dimensão educativa) que era essa parte educativa pública que era objecto de financiamento através de um acordo de cooperação com a Santa Casa e que os alunos do Corvo, para além dessa dimensão, dessa parte educativa igual para todos os alunos do ensino público regional, beneficiavam de um alargamento do horário e que era essa parte do alargamento do horário que era objecto de pagamento por parte dos pais das crianças em causa, pois ela não cabe no ensino público normal que acaba mais cedo como nós sabemos.

A questão concreta que quero colocar à Sra. Secretária - e parece que é ela que deve esclarecer o cerne da questão que está aqui em análise – é a seguinte: por exemplo, o aluno do 5.º escalão que a Sra. Secretária referiu, cujos pais pagam uma mensalidade de 17, 84€. Eles pagam estes 17,84€ para a sua parte educativa e para ter o alargamento do seu horário até mais tarde. Se esses pais prescindirem do alargamento do horário e, portanto, o seu filho estiver na

escola até à hora, que é a hora que todos os alunos do ensino pré-escolar saem da escola pública, esse pai tem de pagar esta mensalidade ou não?

Deputada Cecília Pavão (PS): Com certeza! Isso não existe.

Deputado José Lima (PS): É uma IPSS!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

A atitude do Partido Socialista, como já viram e como se tem visto ao longo deste 3 anos, é o comportamento de um partido que não é democrático. Há aqui uma perseguição política clara.

Cada vez que se apresenta uma proposta eu sou ofendido pessoalmente. Os senhores começam com agressões...

Deputada Cecília Pavão (PS): Quais agressões, Sr. Deputado?

O Orador: ...ao Partido Popular Monárquico e à minha pessoa. Devo dizer e já vos disse que não me intimido, já vos disse que estarei nessa luta e já vos disse que não pararei enquanto não derrubar a ditadura que impera nesta Região, que é a ditadura que os senhores instalaram. Há falta de liberdade.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

Presidente: Vamo-nos centrar na discussão.

O Orador: Tenho que dizer que há falta de liberdade na Região, há perseguição política e as pessoas são condicionadas. Tenho que dizer isto. Não me vou calar. Escrevi um livro, vou escrever outro. Anuncio que vou escrever outro livre sobre o regime, a falta de liberdade de expressão nesta Região...

Presidente: Sr. Deputado, vamos centrar a discussão no objecto.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O que vou aqui dizer é que os senhores não são congruentes, nem sequer à vossa ideologia, porque os senhores não têm nada de socialismo. São um partido do poder e exercem o poder desta forma.

Presidente: Vamos voltar ao objecto da Resolução, Sr. Deputado.

O Orador: Quero dizer-vos o seguinte em relação a esta questão: o que os senhores estão aqui a defender é que é indefensável a proposta. Não alterei nada do seu fundamento. Absolutamente nada. O que digo é que deve existir uma oferta no estabelecimento público na Região. É isso que lá está.

Os senhores defendem isto do ponto de vista teórico. Ou os senhores não defendem que deva existir uma resposta pública nas escolas e nas diversas ilhas? Defendem isto ou não?

Os senhores defendem do ponto de vista teórico. Os senhores agora recusam-se. Para quê? Para sustentar uma clientela política. Vai contra aquilo que tem alguma racionalidade!

Os senhores estão a dar 6 mil euros por mês para sustentar o seguinte: 20 miúdos com 4 assistentes. Os senhores permitem isto nos outros estabelecimentos públicos? Quatro assistentes administrativas e uma educadora de infância! Vejam bem as regras e como é que aquilo está a funcionar. Os senhores permitem isto e financiam isto no sistema público? Não financiam. O que os senhores estão a fazer é privilegiar uma instituição particular. Considero que as instituições particulares devem participar no sistema, mas quando, de facto, não são totalmente pagas pelo Estado e ainda por cima acresce das famílias. Isto é que é completamente irracional. Aquilo é uma irracionalidade.

A proposta do PPM mantém o princípio fundamental. Os senhores disseram “aquilo é preciso um período de transição, há contratos em vigor, é preciso fazer isto e aquilo”. Como o que faço sempre é demonstrar que tenho uma perspectiva dialogante, criei esse período de transição. O princípio básico é criar um estabelecimento da rede pública na ilha do Corvo. Um serviço público, o pré-escolar é um serviço público.

Se os senhores dissessem assim “temos uma instituição particular, que funciona muito bem.” Funciona muito bem com dinheiros públicos e com uma irracionalidade total que é toda esta gente que está ali a trabalhar.

Se os senhores permitem então mudem as regras e nos restantes estabelecimentos públicos permitam e financiem também isso tudo e vão ver quantos funcionários e a irracionalidade do sistema.

Portanto, a vossa posição é que é completamente incongruente. A minha mantenho os princípios de sempre em relação a esta solução. Isto é que é a verdade!

Os senhores não têm, em relação a este assunto, evidentemente razão nenhuma. A única razão para votarem contra é porque os senhores fazem disto, deste debate parlamentar, um objecto de perseguição política. Mais nada!

Presidente: Vamos prosseguir. Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Infelizmente para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

***Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para dizer o seguinte. Nós, o Partido Socialista, este Grupo Parlamentar, respeita naturalmente todos os partidos que aqui estão, todas as bancadas que aqui estão sentadas. Sempre assim foi, assim é e assim continuará a ser, em nome dos princípios e valores democráticos que regem o Partido Socialista e a nossa história fala por si.

Protesto contra a terminologia e as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. Devo dizer, aliás, que tem sido recorrente. Quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão está claramente a perder o debate do ponto de vista argumentativo e do ponto de vista político cria estas manobras de diversão, faz afirmações erradas, incorrectas e ofensivas para o Partido Socialista com as quais, naturalmente, não podemos compactuar e sobre as quais naturalmente recusamos frontalmente.

Muito obrigado.

Deputados Hernâni Jorge e Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para reafirmar aquilo que disse. Considero que existe um défice democrático nesta Região. Considero que o Partido Socialista persegue os opositores políticos, que lhes torna a vida impossível. Vou dar-lhe um exemplo concreto.

Deputado Herberto Rosa (PS): Errar é mau, mas persistir no erro!...

O Orador: Neste momento a Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira, que é presidida pela minha mulher, nem sequer tem um funcionário administrativo ao serviço há um mês, depois de ter ganho um processo em tribunal pela colocação ilegal que os senhores fizeram nos serviços administrativos daquela escola. Os senhores perseguem pessoas. Tornaram-lhe a vida impossível para que ela desistisse.

Mas tenho a dizer-lhes o seguinte: não desistimos e não desisto de vos fazer oposição política.

Deputado Guilherme Nunes (PS): É problema seu!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): O senhor não sabe o que está a dizer.

O Orador: Muitas vezes os tribunais dão-nos razão e os senhores sabem que têm, enquanto defendem estes *lobbies*,...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Quais *lobbies*?

O Orador: ...uns serviços administrativos numa escola há um mês sem ninguém a trabalhar para ver se as pessoas desistem de trabalhar naquelas condições de trabalho infernais que têm. Esta é que é a verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é mentira!

Presidente: Vamos prosseguir e vamos recentrar o debate, Sras. e Srs. Deputados. Faço-vos esse apelo.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Sr. Deputado do PPM terminou o seu tempo.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não estava a pensar vir de novo ao debate mas julgo que a Deputada Catarina Furtado – e não me vou meter nesta discussão, da forma como se abordam aqui as questões – não foi justa (não vou dizer mais nada do que isto), quando se referiu ao projecto de substituição que o PPM apresentou, digamos, diminuindo-o de determinada forma.

A verdade é que hoje, quando aqui cheguei, e olhei para o Projecto de Resolução de substituição verifiquei – e foi este o meu entendimento – que a Representação Parlamentar do PPM tinha feito um esforço no sentido de, de alguma forma, sintetizar algumas das posições que tinham sido expressas ontem aqui no debate e parece-me que, independentemente doutras questões que podem ser eventualmente apontadas à Representação Parlamentar do PPM, este é de facto um esforço louvável de procurar...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Vou já terminar.

... a síntese daquilo que foi discutido e de alguns problemas que foram levantados.

Também considero, de facto, injusta a forma como a Sr. Deputada abordou esta questão, independentemente de dar o seu apoio ou não, porque isso é outra questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma breve intervenção, que eu também já não tencionava fazer, porque tinha pensado eu que tinha sido bastante assertivo na primeira, mas obviamente algumas questões que foram aqui levantadas merecem alguma reflexão da minha parte.

Disse a Sra. Secretária que o argumento pedagógico é falacioso, que não é por partilhar os mesmos espaços que teríamos melhores resultados. Da minha parte convém clarificar que quando me reporte à questão pedagógica não o fiz do ponto de vista da partilha de espaços; fiz do ponto de vista da integração da educadora nos órgãos da escola, nos departamentos, de forma a que houvesse uma melhor articulação com o ciclo seguinte, que afinal é o que os teóricos da educação defendem hoje em dia - se calhar andam a delirar, não é! – e é uma das grandes preocupações dos conselhos pedagógicos em todas as unidades orgânicas da nossa Região, que pelos vistos a Sra. Secretária pensa que não deve ser assim.

Quanto à Sra. Deputada Catarina Furtado veio, penso eu, com alguma ironia ou simplesmente não percebeu as opções *a* e *b* que reportei na minha primeira intervenção e eu com muito gosto lhe explico o que se passava.

Referia-me a ontem (não me referia ainda à proposta de alteração que o PPM hoje aqui traz) e a hipótese *a* de que falei é a hipótese proposta no Projecto de Resolução inicial que consistia em integrar a valência do pré-escolar no âmbito da Escola Mouzinho da Silveira. A segunda, a opção *b*, era a renegociação do Governo Regional do protocolo que tem com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, de forma a que as famílias que têm alunos em idade do pré-escolar fossem desoneradas, ou seja, equiparadas ao que seria o serviço público prestado pelo serviço regional de educação, caso essas crianças o integrassem que é, como sabem, uma opção que não existe no Corvo. No fundo é o que aqui se discute.

A proposta de alteração que o PPM hoje aqui traz, quanto a nós Sra. Deputada, não é uma opção *c*, é uma flexibilização na transição, porque o facto do ponto dois referir que as famílias pagarão o mesmo que pagariam se as crianças estivessem matriculadas na rede pública indicia claramente que não há subversão do espírito da iniciativa e desse ponto de vista não nos parece que haja aqui uma cambalhota como se quis fazer parecer e que não corresponde, do nosso ponto de vista, à realidade.

E já agora, que estou no uso da palavra, gostaria de questionar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista com a mesma questão que coloquei à Sra. Secretária na primeira intervenção que é tão simples como isto: o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Corvo em algum momento recentemente contactou o Grupo Parlamentar do PS no sentido de que se reveja toda esta situação em benefício das famílias cujas crianças estão no pré-escolar?

Uma última referência ao Sr. Deputado Berto Messias para lhe dizer que uma coisa é perder um debate do ponto de vista dos argumentos; outra coisa é perdê-lo do ponto de vista da votação.

Aqui, nesta casa, o PS ganha todos os debates do ponto de vista da votação; do ponto de vista dos argumentos muitas vezes fica a perder.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):**

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente também para uma última intervenção e para as questões que foram levantadas.

Penso que é útil recordar que o acordo que foi celebrado entre o Governo e a Santa Casa da Misericórdia em 2007 é um acordo que se mantém em vigor e que, na altura em que foi celebrado - e isso também obviamente é relevante para o debate uma vez que o proponente é o Sr. Deputado do PPM - era o Sr. Deputado do PPM presidente do conselho executivo da Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira e na altura, o acordo celebrado, não causou, digamos, nenhum constrangimento nem originou nenhuma necessidade de se proceder a uma alternativa àquilo que existia.

Em 2007, tanto quanto julgo saber, era o Sr. Deputado o presidente do conselho executivo quando...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho tempo, Sra. Secretária.

A Oradora: Mas Sr. Deputado estou no uso da palavra e portanto estou tecendo uma consideração, se me permitir. Nesta altura não gerou nenhum tipo de constrangimento.

Aquilo que o Governo tem a dizer sobre essa matéria é o seguinte e que fique claro: não há nenhum benefício especial da Santa Casa da Misericórdia do Corvo. O que há são acordos de cooperação, que por via das especificidades, digamos assim, da ilha se estendem a várias valências, sejam elas a ajuda domiciliária, o lar de idosos, o jardim-de-infância e a creche. O facto da Santa Casa da Misericórdia providenciar esta cooperação com o Governo Regional é que leva a que os valores sejam estes e não um benefício especial, nem esta acusação que o Governo rejeita veementemente de que esteja aqui a defender

lobbies. O Governo não defende *lobbies* de ninguém, nem traz aqui as questões pelo interesse de ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acho que traz. Não acho, tenho a certeza.

Deputado João Costa (PSD): Não é o que a prática diz!

A Oradora: Nós não estamos aqui para isso. Estamos aqui para defender o que funciona e para o alterar quando ele não funciona.

Como tive a oportunidade de dizer ontem, a componente educativa que a educação assegura, os 100€, referem-se estritamente à componente educativa. Neste caso estamos a falar do jardim-de-infância. Se estivéssemos a falar de outros níveis os valores seriam outros, como sabem, de acordo com a Portaria. Aqui, este valor que asseguramos é um valor que assegura na íntegra, gratuitamente, a parte educativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nas escolas é obrigatório. Está na lei. É gratuito. Não está a fazer favor nenhum.

A Oradora: Portanto, estes pais, estes encarregados de educação não estão a assegurar a componente educativa.

Os valores que pagam – e agora respondendo também à questão que levantou o Deputado Costa Pereira – dizem respeito ao serviço que lhes é fornecido e de acordo com o rendimento que tem o agregado familiar. Por isso é que esses valores variam ao cêntimo, como vê. Não lhe posso dizer efectivamente, porque também não disponho dessa informação, que rendimentos estamos a falar e por que é este exactamente o valor.

Deputado João Costa (PSD): Devia saber!

A Oradora: Sendo certo que a pergunta que me faz, da questão do prolongamento de horário, é de facto uma valência que nós consideramos que é benéfica para esses alunos e que julgo que também os pais a consideram como benéfica para eles, mas efectivamente se ela não existisse o valor a pagar seria este, porque este valor resulta da capitação que é feita sobre o rendimento das famílias.

Para terminar, o que gostaria de dizer é que esta questão nunca nos foi levantada nem pelos órgãos executivos da escola, nem pelo Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

O Governo considera que, atentas as especificidades da ilha, está na disposição de proceder a uma alteração, como já disse em resposta ao Sr. Deputado do PCP, desta circunstância, atendendo a que os pais aqui não têm uma alternativa como acontece nas outras ilhas.

Agora não consideramos nem que haja nenhum privilégio, nem que haja aqui valores tão exorbitantes, como já foi levantado. Consideramos sim que a solução adoptada pelo PPM poderia levar no limite por um lado, a uma oferta desnecessária e duplicada; e por outro lado, pior ainda, a que a Santa Casa não tendo esta valência e perdendo parte deste acordo se visse em circunstâncias que, efectivamente, podem pôr em causa não só lugares de trabalho, como a sustentabilidade da instituição.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: O Sr. Deputado protesta porquê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque foram feitas alusões ao meu desempenho de anteriores cargos,...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Eu não fiz alusões! O senhor era ou não era?

Deputado Domingos Cunha (PS): Isto é uma palhaçada! Seja sério!

O Orador: ...que não são verdade, e que tenho que esclarecer esta Câmara.

Presidente: Não, Sr. Deputado, não foi feita nenhuma referência especial, apenas foi dito...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, devo dizer que não é a primeira vez que o Sr. Presidente faz isto. Vou abandonar este debate como forma de protesto...

Deputado Domingos Cunha (PS): Exactamente! Greve de fome!

O Orador: ...porque o Sr. Presidente está a utilizar dois pesos e duas medidas e está a privilegiar o Partido Socialista.

Presidente: Não estou, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi feita referência, que não é verdade,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é uma vergonha!

O Orador: ...quando eu ocupava um cargo que não tem nada a ver com o cargo político que ocupo agora. Penso que devo esclarecer esta casa.

Presidente: Penso que o Sr. Deputado não tem razão. Mas não vai ser por isso, vou dar-lhe os 3 minutos, porque não quero que o senhor pense que o persigo politicamente. Faça favor.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Protesto contra a referência que a Sra. Secretária fez em relação ao facto de eu ter ocupado aquele órgão de gestão anteriormente.

Primeiro, digo-lhe já, desconhecia a realização e nunca me foi enviado nenhum ofício sobre isso.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Ah! Não sabia?

O Orador: Tenho a certeza absoluta. Primeiro desconhecia. Não, não sabia.

Em segundo lugar, fica a saber que só agora mais recentemente, é que as crianças e as famílias do Corvo começaram a pagar. Tenho a certeza absoluta que começaram a pagar depois desta data, de 2007. Não foi imediatamente. Penso até que terá sido não há mais de 2 ou 3 anos que as crianças começaram a pagar, porque antes não pagavam estes valores exorbitantes. A resposta é esta.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Mas isto é um protesto?

O Orador: Nem eu tinha conhecimento, nem me foi dado conhecimento. E mais do que isso! Até lhe quero afirmar o seguinte: não me foi dado conhecimento, não pagavam nesta data isso – tenho a certeza absoluta – portanto só mais tarde é que começaram a ser aplicados estes valores. Em relação à questão e à referência que me fez é absolutamente injusta.

Em relação também à referência que aqui foi feita à minha mulher...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Respondi à sua pergunta!

O Orador: ...– se solicitou ou não solicitou – como sabe perfeita e inclusivamente telefonei para a Direcção Regional da Educação para esclarecer esse assunto, isto não é uma decisão política. Não cabe à escola. Cabe exclusivamente à Secretaria da Educação.

O que lhe quero dizer, Sra. Secretária, é que a Sra. Secretária neste momento o que está a fazer, e o que o Partido Socialista está a fazer, é a perseguir as pessoas e a dar-lhes condições de trabalho para que desistam.

Presidente: Sra. Secretária tem 3 minutos para contra-protestar.

***Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma certa dificuldade em fazer um contra-protesto, porque não entendo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez um protesto. Devo dizer que apenas referi um facto. Não teçi nenhuma consideração, nem sobre o Sr. Deputado, nem sobre a sua mulher, nem sobre ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Teceu e eu não admito isso!

A Oradora: Referi-me a um facto. O Sr. Deputado era ou não era presidente do conselho executivo em 2007? Era, é um facto.

Não há aqui motivo nenhum de protesto. Portanto, considero que este contra-protesto que estou a fazer não faz sentido porque não há aqui nenhuma referência nem nenhum juízo de valor, nem em relação a si, nem em relação a ninguém da sua família.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Houve!

A Oradora: Se o Sr. Deputado tem problemas ou questões de perseguição terá de resolvê-las nos sítios próprios. Não é no Parlamento com certeza.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Tenho! Estou farto de ser perseguido!

A Oradora: Devo dizer-lhe que, e relativamente à questão colocada sobre o Sr. Provedor, foi-me colocada muito directamente se eu tinha sido contactada pelo Sr. Provedor ou não. Eu respondi.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou farto da ditadura!

A Oradora: E portanto, o que o Sr. Deputado vem aqui fazer é dizer que não se pode falar desde que tenha envolvimento consigo ou paralelamente a si.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso.

A Oradora: Isto torna-se completamente ridículo! Peço desculpa por ter de dizer isto aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ridículo é os senhores serem julgados em tribunal por meterem pessoas a trabalhar sem habilitação legal!

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses): O senhor tem um processo em tribunal, mas não quer que o Parlamento saiba isso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho?

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses): Tem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que isso tem a ver?

A Oradora: Não faz nenhum sentido que o Sr. Deputado utilize questões pessoais aqui. Não faz nenhum sentido e muito menos utilizar figuras regimentais deste tipo. É vergonhoso e não devia acontecer.

Presidente: Vamos continuar o nosso debate, Sras. e Srs. Deputados. Não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Prescinde.

Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o nosso debate.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(Apartes inaudíveis entre o Sr. Secretário Regional do Ambiente e o Sr. Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sr. Secretário e Sr. Deputado, façam o favor de não entrar em diálogo.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor disse que de facto não fui justa, ou eventualmente não fui justa, porque o que hoje nos foi apresentado aqui foi uma síntese; estava sintetizado o debate de ontem.

Queria apenas deixar claro que a síntese é uma multiplicação de pontos, com os mesmos fundamentos que nos foram apresentados, porque os pressupostos não foram alterados e que falavam em actuais e dramáticas circunstâncias económicas; que falavam em exorbitâncias das mensalidades; que falavam na urgência, dizia no ponto resolutivo e passo a citar: “crie com efeitos imediatos para o início do próximo ano lectivo 2011/2012 a valência de educação pré-escolar na Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira.” Isto era o ponto que ontem tínhamos em debate para votar.

Deputado Herberto Rosa (PS): E que justificava a urgência!

A Oradora: Hoje, com os mesmos pressupostos, que implicaram urgência e mediatismo e fruto do que aqui foi dito, surgem dois pontos e passo a ler: um que “crie após um período de transição da rede particular para a rede pública a valência de educação pré-escolar na Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira”; ponto dois “que durante esse período de transição seja assegurado que o custo da educação pré-escolar na ilha do Corvo seja idêntico ou suportado pelas famílias com crianças matriculadas na rede pública açoriana da educação pré-escolar.” Isto não é uma síntese. Isto é uma multiplicação de pontos e é efectivamente um *flic-flac* porque isto não é urgente, isto não é imediato, passou a ser possível num período de transição, por todas as razões que aqui vimos do que o que existe funciona; do que o que existe serve; do que o que existe permite sinergias entre as várias instituições e a sociedade corvina e que beneficia claramente as crianças. Se no projecto pedagógico há que modificar, também aqui não foi feito e também no que já se viu estas adaptações ou as melhorias devem ser feitas com os acordos vigentes, sem duplicação de custos. Claramente não houve uma síntese, Sr. Deputado. Houve aqui uma multiplicação e houve aqui uma mudança de posição bastante diferente.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, só um minutinho para responder à bancada Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Domingos Cunha (PS): Todos os dias um minuto, no fim do mês dá uma hora!

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

***Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, vou pedir uma precisão porque é importante para a avaliação daquilo que estamos aqui a discutir, porque essa precisão é fundamental para avaliarmos a pertinência desta proposta.

A Sra. Secretária falou que no acordo que havia com a Santa Casa a Secretaria garantia um apoio de 100€ por aluno para fazer face à componente educativa. Confirma isso, não é?

Vamos ver o exemplo de um aluno do 5.º escalão (mas poderia ser outro escalão qualquer, isso não interessa). Para efeitos daquilo que os encarregados de educação têm de pagar à Santa Casa, que está no 5.º escalão, paga 17,84€, como acabámos de ver.

A questão precisa que coloco é esta: imaginemos que este pai prescinde, não pretende ter todas as outras facilidades que foram aqui faladas que são oferecidas pela Santa Casa, isto é, não quer ter alargamento de horário, não quer ter uma outra série de coisas que eventualmente têm no período pós-lectivo normal da educação pré-escolar. Prescindindo dessa parte, esse pai continua a ter que pagar à Santa Casa da Misericórdia 17,84€?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires queria pedir ao PS um minuto. O PS concede esse minuto para responder, ao PS naturalmente?

Tem um minuto, Sr. Deputado.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Deputada Catarina Furtado, apenas um esclarecimento sem nenhum problema. Quando disse que era uma síntese, não é uma síntese evidente do Projecto de Resolução, Sra. Deputada. Pelo amor de Deus!

Julgo que o resultado da discussão que ontem aqui foi feita o Deputado Paulo Estêvão, a Representação Parlamentar do PPM, evoluiu e julgo que isso é positivo, Sra. Deputada.

Não me venha é dizer a mim que ... eu não disse que aquilo era uma síntese do Projecto. É uma síntese da discussão e naturalmente julgo que o processo de discussão aqui em Plenário, esse tipo de evolução, acho que só beneficia o trabalho.

Não me pode é acusar de dizer que eu disse que aquilo era uma síntese do projecto. Não é. Foi uma evolução, mais nada.

Sr. Presidente, obrigado.

Presidente: Sra. Secretária da Educação e Formação tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente também e respondendo directamente à questão do Sr. Deputado Costa Pereira. O que é feito é uma estimativa do custo por aluno, por parte da Santa Casa, por parte das instituições, há uma estimativa que é feita e que tem por referência o custo do aluno no ensino regular. Esses 100€ reduzem a parte da comparticipação do encarregado de educação no que se refere à componente educativa. O restante obviamente é determinado com função da capitação daquele agregado familiar e evidentemente, mesmo prescindindo, julgo eu, deste alargamento ou de outros benefícios, manter-se-ia este valor, os 17,84€, ou seja, o valor conforme o escalão em que o aluno se situa.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que não vou aduzir mais argumentos porque não faz sentido andar aqui com discursos redondinhos e repetir as mesmas coisas eternamente, até porque considero que a nossa posição está perfeitamente clarificada e a da grande maioria dos Grupos e Representações Parlamentares.

De qualquer maneira gostaria de reiterar a pergunta que há pouco fiz ao Grupo Parlamentar do PS no sentido de saber se o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia contactou ou não o Grupo Parlamentar do PS...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não respondem!

O Orador: ...no sentido de que se procurasse uma solução mais, digamos, interessante do ponto de vista das famílias do Corvo, dos alunos, que têm crianças em idade do pré-escolar.

Obviamente para registar uma de duas coisas: ou que a Sra. Catarina Furtado, por lapso, esqueceu de me responder à questão; ou para que fique registado no Diário das Sessões que o Grupo Parlamentar do PS não respondeu.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, julgo que todos nós temos já um nível de conhecimento que permite ver que a síntese que o senhor se referia, ou que eu disse, obviamente era do debate de ontem. Não queria estar aqui a dizer que era uma síntese. O que quis com a leitura foi esclarecer que a síntese que ficou ontem era consentânea e era congruente com o que estava no ponto de ontem e não com o que foi explicado, mostrado e posto à discussão hoje nos dois pontos que li.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

***Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, agradeço as informações que deu e elas permitem ao Grupo Parlamentar do PSD ter uma conclusão e uma opinião definitiva acerca desta proposta.

Em primeiro lugar temos de dizer que a preocupação que aqui foi trazida pelo Sr. Deputado do PPM é uma preocupação justa, é uma preocupação oportuna e tem sentido nos seus objectivos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Os alunos do Corvo, por aquilo que ficámos sabendo hoje, são objectivamente discriminados no acesso ao ensino pré-escolar, porque independentemente dos seus rendimentos, os seus pais têm de pagar à Santa Casa, têm de ter um esforço financeiro e isso distingue os alunos do Corvo de todas as outras ilhas dos Açores, em que os alunos de qualquer outra ilha têm acesso ao ensino pré-escolar sem terem de pagar nenhuma taxa social.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas essa ilação já podia ter tirado ontem.

O Orador: Portanto, há aqui claramente uma discriminação, um tratamento diferenciado dos alunos do Corvo, que não é justo, não é correcto e merece ser reparado.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar para dizer que se concordamos com a preocupação aqui trazida e que é verdadeira, discordamos da solução proposta.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos que a comunidade da ilha do Corvo, atendendo às suas dimensões e às suas características próprias, exige um tratamento diferente, por parte da tutela e que vai um pouco de encontro, na nossa opinião, a uma solução desta natureza, ou seja, no protocolo com a Santa Casa deve ser garantido e exigido pelo Governo que os alunos que vão frequentar o ensino pré-escolar e que o frequentem em moldes e no horário igual ao ensino público de todas as outras escolas da Região têm acesso gratuito.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem quiser beneficiar dos suplementos paga de acordo com os seus rendimentos.

Na nossa opinião, esta é que deveria ser a solução.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desafio o Governo que mostrou aqui uma satisfatória disponibilidade para rever o acordo, que o faça neste sentido.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária da Educação e Formação.

***Secretária da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos:

Primeiro para dizer que aquilo que acontece com os alunos do Corvo em termos de pagamento das prestações é exactamente o que acontece com os alunos de toda a Região...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

A Oradora: ... porque a tabela é exactamente igual e aplica-se exactamente da mesma forma, com a diferença de que os alunos da Santa Casa têm algumas questões, como seja o prolongamento de horário, que outras instituições não têm.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Têm almoço? Têm transporte?

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Secretária continuar.

Faça favor de continuar.

A Oradora: Segunda questão levantada pelo PSD, de que entendia que era necessária a revisão do protocolo.

Foi o próprio Governo Regional que ainda ontem à noite, no debate, assumiu que estaria disponível para essa revisão, não por sugestão do PSD, mas por disponibilização do próprio Governo.

Portanto, é nosso entendimento que atendendo ao facto de não haver aqui, digamos, alternativa no ensino regular, é possível que essa Portaria consagre uma situação de excepção para o pagamento, por parte dos alunos do Corvo, quer atendendo a uma redução, quer atendendo à gratuidade completa desse pagamento.

Por outro lado, também foi dito da nossa parte que embora este acordo que foi celebrado se mantenha em vigor, ele será revisto no próximo ano, porque perfaz os 5 anos da sua assinatura.

Neste âmbito, também é possível procedermos a alguns ajustamentos.

Só queria deixar aqui este esclarecimento: não foi o PSD que trouxe essa sugestão, mas sim o Governo que ainda ontem demonstrou esta abertura e esta disponibilidade.

Por conseguinte é bom que isso fique claro e registado que foi assim, de acordo com a história, que isto aconteceu.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado! Essa parte é completamente desnecessária e a senhora sabe isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

***Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária já me deve conhecer o suficiente para saber que não sou pessoa de andar aqui com uma bandeirola a ver quem está à frente e quem está a fazer as coisas primeiro.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu avalio as coisas em função da sua objectividade e daquilo que nós entendemos que é o mais correcto.

Nós apenas dissemos que não comungávamos da solução proposta, porque defendíamos outra solução. Não falei de bandeiras, se nós é que íamos à frente ou deixávamos de ir. Esse é um debate que para aí não me leva, nem eu quero ir, nem acho que isso interessa.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O que eu quero dizer fundamentalmente é o seguinte: o que a senhora disse aí não é verdade!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): É, é!

O Orador: Não é verdade que os alunos do Corvo pagam como qualquer outro aluno da Região pelo ensino pré-escolar. Não é verdade!

Os meus filhos estiveram a frequentar o ensino pré-escolar público e eu não paguei nada.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): E o que é que eu estou a dizer?

O Orador: Portanto, a senhora está a dizer uma coisa que não é verdade.

Aquilo que é verdade é isto: em qualquer ilha dos Açores, qualquer pai que queira optar por ter os seus filhos no ensino público, no pré-escolar, não paga. No Corvo ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Paga!

O Orador: ... não há outra opção se não pagar.

É essa discriminação que nós entendemos que não é correcta e deve ser reparada no futuro.

Se a Sra. Secretária quer ficar com a bandeira amarela, pois leve a bandeira amarela, cor-de-rosa, conforme o País onde é feita a corrida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 45/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução do BE, ou que o BE propõe a esta Assembleia para pronúncia, incide sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de

Portugal, na Região Autónoma dos Açores e solicita-lhe que recomende à Assembleia da República e ao Governo da República que efectuem as diligências necessárias no processo negocial de privatização da ANA, para que os custos com os aeroportos dos Açores não sejam, directa ou indirectamente, suportados pela RAA ou pelos açorianos, através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias, actualmente cobradas nesses aeroportos, mas antes suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA e claramente expressos no respectivo caderno de encargos.

Esta Proposta foi entregue com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, por razões que nos parecem óbvias, mas poderemos sintetizar assim: Primeiro: a eminência da privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, é um facto publicamente conhecido;

Segundo: no Programa do actual Governo da República, está explicitamente dito, e cito “proceder à definição do modelo de privatização da ANA e à sua efectiva concretização, ponderando a eventual transferência dos aeroportos da Madeira e dos Açores, para a competência das respectivas Regiões Autónomas”, fim de citação.

Este procedimento é um procedimento que o BE rejeita por considerar injusto e gravemente penalizador da nossa Região.

Terceiro: é também público que os cadernos de encargos para a privatização de diversas empresas estão neste preciso momento em elaboração.

Por todas estas razões, entre outras, parece-nos clara a urgência deste debate.

Se este não for um urgente debate, então o que poderá ser?

Muito obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 votos contra do PSD e 4 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo para retomarmos depois o debate.

Proponho que retomemos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

Até já.

(Eram 11 horas e 21 minutos)

Presidente: Agradecia que reocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 56 minutos)

Vamos reiniciá-los com o ponto cuja urgência acabamos de deferir, relacionado com o **Projecto de Resolução n.º 45/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores”**, do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar o diploma.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE é contra a privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, por várias razões, entre elas, o facto de ser uma empresa estratégica, lucrativa, um verdadeiro monopólio e, muito importante, um factor de coesão nacional.

As imposições do Memorando da Troika, e já antes, é bom lembrá-lo, os desígnios do PS acompanhado pelo PSD e pelo CDS, mais recentemente ainda o próprio Programa de Governo, assumiram a privatização da ANA, Aeroportos de Portugal.

É, portanto, neste quadro factual que somos chamados a pronunciarmo-nos.

Apesar de insuficiente, a ANA, Aeroportos de Portugal, sublinho, empresa lucrativa, é um factor de coesão nacional e no caso específico dos Açores de

concretização da justa solidariedade nacional, no que diz respeito aos 4 aeroportos que gere na Região: S. Miguel, Santa Maria, Faial e Flores.

De facto os défices dos aeroportos açorianos por ela geridos, são diluídos no conjunto do volume de negócio da ANA, ao invés de serem imputados aos utilizadores destes aeroportos.

É por demais evidente que a economia, por um lado, e o direito à mobilidade das nossas populações, por outro, têm no transporte aéreo, uma âncora decisiva, não sendo descabido compará-lo às SCUT's e ao TGV, no continente.

Com a privatização eminente, está em causa, mais do que nunca e de forma pertinente, a defesa das comunidades açorianas.

O nosso Projecto de Resolução pretende exactamente assumir este desiderato.

Apesar de vago quanto à solução a dar aos aeroportos geridos pela ANA nos Açores, o Programa de Governo aponta contudo para uma hipótese, a saber, a regionalização destas infra-estruturas.

No entanto, seja qual for a solução final, os Açores não podem aceitar que mais sobrecargas, provocadas pelos maus negócios da República, caiam no bolso das famílias, caiam sobre o Governo Regional, o que acaba por ir dar no mesmo.

Daí, tenhamos que procurar alcançar um consenso, mais alargado possível, e mesmo nessa procura abdicando do texto inicial do nosso Projecto de Resolução, sem contudo alterar os seus objectivos iniciais, dos quais não prescindimos, a saber:

Primeiro: defender, de forma clara, os interesses dos Açores, protegendo as suas populações das consequências dos maus negócios da República;

Segundo: concretizar, a sério, a política de ética na austeridade reivindicada pelo Governo da República, distribuindo por todos e não apenas por alguns, sempre os mesmos aliás, os sacrifícios e os contributos para o bem colectivo e para a justa e necessária solidariedade social.

Tem que ser agora, Sras. e Srs. Deputados, pois um negócio tão apetecível, estamos a falar de verbas necessariamente exíguas, para o tamanho de volume de negócio, faz crescer a vontade de ir ao pote e apressa este objectivo.

Portanto, é agora que temos que atacar o problema, defendendo os Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo exactamente pelo consenso alargado, Sra. Deputada Zuraída Soares...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Só entre alguns!

O Orador: ... e no que diz respeito ao Grupo Parlamentar do CDS não fomos, obviamente, consultados, se daríamos a nossa concordância ao vosso Projecto de Resolução.

Portanto, consenso alargado, quanto ao que ao CDS diz respeito, não existiu.

Vou citá-la Sra. Deputada, se me permite.

Deputada Zuraída Soares (BE): Cite!

O Orador: “Todos os Grupos e Representações Parlamentares têm toda a legitimidade de fazerem concessões que muito bem entenderem, no sentido de garantir a aprovação, no caso pela maioria, porque é isso que verdadeiramente está em questão, a aprovação das suas iniciativas legislativas. Não cabe a mim, nem de longe, pôr em causa essa legitimidade.

Mas essa legitimidade é exactamente igual à legitimidade dos outros Grupos Parlamentares de não aceitar, nem compreender esse tipo de cedências”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Citou muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A primeira pergunta, Sra. Deputada, é que cedências a senhora fez? Que cedências o Grupo Parlamentar do BE fez, e vamos vê-lo na votação, para alterar a matriz ideológica do BE, para alterar aquilo que os senhores defendem, entranhadamente, que é taxar os burgueses accionistas? A senhora prescinde disso para um eventual entendimento com o PS.

Se me permite, Sra. Deputada, vou ler o que dizia o vosso Projecto de Resolução inicial.

Deputada Zuraída Soares (BE): Leia, Sr. Deputado, mas já agora pronuncie-se sobre ele!

O Orador: Vou pronunciar-me! Vou pronunciar-me!

O vosso Projecto dizia o seguinte: “ ... necessárias ao processo negocial de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, para que os custos com os aeroportos deficitários dos Açores, sejam suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA, através de uma taxa sobre os dividendos dos accionistas da mesma”.

Sra. Deputada, presumo que vai no caminho do arrependimento nacional do seu líder...

Deputada Zuraída Soares (BE): Olhe que não!

O Orador: ... porque a senhora prescinde dessa bandeira do BE, dessa bandeira sempre hasteada, para passar ao seguinte: “... assumir os cargos da gestão, claramente expressos no futuro caderno de encargos”.

Deputada Zuraída Soares (BE): E quem paga?

O Orador: Não diz quem paga aqui.

Deputada Zuraída Soares (BE): Diz! Seja sério! Leia!

O Orador: Diz: “... não sejam directa ou indirectamente suportadas pela RAA ou pelos açorianos, através do aumento das taxas aeroportuárias actualmente cobradas, mas antes suportadas pela empresa ou consórcio ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!

O Orador: ... que assumir a futura gestão da ANA...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!

O Orador: ... e claramente expresso no caderno de encargos”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada. Agora leu tudo!

O Orador: A diferença está, Sra. Deputada, nas taxas sobre os dividendos dos accionistas, que a senhora quer. Eu não quero.

Deputada Zuraída Soares (BE): Faça o favor já!

O Orador: Mas então ponha este seu Projecto à votação. Quem não quer é o PS e foi aí que a senhora cedeu. Não quer e bem! Cedeu a senhora e cedeu o PS, o PS na defesa dos accionistas, é certo.

Agora, a senhora prescindiu da sua matriz ideológica; a senhora prescindiu das bandeiras do BE; a senhora e o Grupo Parlamentar do BE...

Deputada Zuraída Soares (BE): E o Sr. Deputado está contente ou triste?

O Orador: ... para ter uma iniciativazinha aprovada.

É, digamos assim, o reeditar da coligação alegrista, que alegremente vem a este Parlamento.

Mas vou esperar para a votação para ver.

Deputada Zuraída Soares (BE): E sobre a iniciativa, Sr. Deputado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história deste Projecto de Resolução, diz tudo, sobre os objectivos que se pretendem alcançar, e mais claro não podia ficar, quando todos nós entendemos, que o entendimento entre o BE e o PS, é tão só, mais uma tentativa de fazer a pequenina guerrilha ao Governo da República.

Eu explico porquê.

Na sua primeira proposta dizia que não podia haver mais custos, com o qual o PSD está totalmente de acordo. Esses prejuízos ou essa exploração deficitária dos aeroportos dos Açores eram pagos como? Através duma taxa sobre os dividendos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pagos pela empresa!

O Orador: Diga-me uma coisa, Sra. Deputada: e se não houver dividendos?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como é que se paga?

Deputada Zuraída Soares (BE): Leia a proposta! É a primeira ou é a segunda?

O Orador: Não há taxa sobre os dividendos. Não havendo dividendos não há qualquer receita que permita pagar os prejuízos ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tenho que fazer uma interpelação.

O Orador: Oh Sra. Deputada, deixe-me concluir e depois faz a interpelação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu estou confusa, não sei qual é a Proposta que está em discussão, Sr. Deputado.

O Orador: Eu já vou chegar lá, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Deputado refere-se à primeira, mas é a segunda, que eu penso que foi distribuída pela Câmara.

O Orador: Eu já vou chegar lá.

Comecei a minha intervenção dizendo que a história deste Projecto de Resolução identifica os propósitos. Se identifica os propósitos eu tenho que falar da história.

A história é que a Sra. Deputada e o BE, na sua primeira proposta apresentavam uma coisa que podia prejudicar os Açores e os açorianos...

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque não havendo distribuição de dividendos, uma taxa sobre uma coisa que não existe, é coisa nenhuma, como é evidente.

O PS chamou a atenção e disse: “nós vamos fazer a gerrilhazinha convosco, mas atenção, isso não é exequível!”

Não sendo exequível, mudaram parte da redacção, último parágrafo, e então já diziam que “os eventuais prejuízos dos aeroportos que actualmente pertencem à ANA, e numa futura privatização possam deixar de pertencer, são suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA e claramente expressos no respectivo caderno de encargos”.

Sra. Deputada, vamos imaginar o seguinte cenário, pouco provável, mas vamos imaginá-lo: a Sra. Deputada tem uma empresa ou uma sociedade comigo que tem duas áreas de negócio e às tantas nós concordamos que vamos separar as áreas de negócio e vamos dividir a empresa.

Eu digo: sim senhor, concordo consigo, mas a senhora vai deixar-me o seu cartão de crédito para eu poder usar como quiser.

A senhora aceita uma situação dessas?

Significa eu perguntar-lhe: nós separamos as áreas de negócios, mas a senhora paga aquilo que eu quiser, os meus prejuízos.

Isso é algum negócio que passe pela cabeça de alguém?

Sra. Deputada, o PS aconselhou-a muito mal. Esta não é novamente uma solução que seja minimamente razoável.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, vendo o exemplo, certamente a Sra. Deputada não aceitaria se eu lhe propusesse a separação da nossa eventual, hipotética empresa.

Sra. Deputada, novamente, o PS quer fazer uma guerrilhazinha ao Governo da República mas aconselhou-a mal.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos à posição do PSD, essa sim é que interessa.

A posição do PSD é que independentemente do modelo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, S.A., quaisquer que sejam as soluções encontradas, essa solução não pode onerar, minimamente, nem os açorianos, nem o orçamento regional.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os contribuintes da República podem?

O Orador: Esta é que é a posição do PSD.

A maneira como lá se chega, Sra. Deputada: nem através de dividendos que aí poderíamos ficar a chuchar no dedo, nem através do negócio que a Sra. Deputada propõe, por aconselhamento do PS, mas que não aceitava, caso eu propusesse. Também por aqui nós não conseguimos defender os interesses dos Açores e dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta que temos agora em cima da mesa, apresentada pelo BE, é um assunto sobre o qual, nós há várias semanas, há vários meses, temos manifestado várias preocupações.

Foi, aliás, um assunto central também da campanha eleitoral nas últimas eleições legislativas.

A verdade é que o PS fez sobre esta matéria variadíssimas perguntas e colocou variadíssimas questões sobre este assunto, sobre o qual nunca recolheu qualquer tipo de resposta, sobre o qual continuamos sem ter qualquer tipo de resposta de qual será o destino dos aeroportos na Região, tutelados pela empresa ANA.

A posição do PS é também conhecida.

Nesse âmbito, sendo já o cenário da privatização um cenário muito evidente e estando já esse cenário em cima da mesa, julgamos que há questões que devem

ser acauteladas e garantir que os custos do funcionamento desses aeroportos não serão imputados à RAA ou aos açorianos, no âmbito dessa privatização.

Julgamos que aquilo que está vertido nesta Resolução agora em discussão do BE, acautela algumas das nossas preocupações.

Outras poderiam ser também referidas, como a importância de garantir que em qualquer das circunstâncias o Estado teria que assumir os sobrecustos do funcionamento desses aeroportos, mas não estando isso em discussão, aquilo que está em discussão nesta Resolução, tendo em conta o cenário eminente de privatização da empresa ANA, concordamos na íntegra com esta redacção.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É que a fizeram!

O Orador: Devo dizer também que chegamos a este Projecto de Resolução também porque o BE demonstrou, em nome dos princípios e valores democráticos parlamentares normais, total abertura para nos sentarmos à mesa e conversarmos sobre esta questão.

Isso foi feito, aliás, com total transparência, sem qualquer tipo de subterfúgios. Fizemo-lo com o BE, como fazemos muitas vezes com todos os partidos nesta casa, em nome de conseguirmos melhores propostas e consensos mais alargados.

Fizemo-lo sem qualquer tipo de subterfúgios, não o fizemos escondidos nos corredores do Parlamento. Fizemo-lo frontalmente com total transparência.

Para terminar esta minha primeira intervenção gostaria apenas de fazer uma pergunta e uma constatação.

Em primeiro lugar perguntar, porque julgo que é importante e ainda não ficou esclarecido, porque razão, quer o PSD, quer o CDS/PP, votaram contra a urgência desta discussão?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é elementar! Temos uma proposta nossa!

O Orador: Gostaria que, se possível, me respondessem o porquê de terem votado contra a urgência, quando a discutimos há minutos.

Constatar que podemos ficar supostamente tranquilos porque o Sr. Deputado Jorge Macedo acabou de anunciar no Parlamento Regional, que os processos de

privatização da ANA, não implicarão quaisquer custos para os Açores ou para os açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): É isso que defendemos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claramente!

Deputado Costa Pereira (PSD): Não é de agora! Já na campanha eleitoral se disse isso!

O Orador: Portanto, registo com agrado esse anúncio do Sr. Deputado Jorge Macedo e aguardaremos serenamente a decisão do Governo da República sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP é, penso que todos sabem, contra a privatização da ANA e de outros sectores públicos empresariais...

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

O Orador: ... que aliás constam do Memorando de Entendimento.

Por outro lado o PCP não dá como adquirido que a ANA venha a ser privatizada. Não dá como adquirido porque aquilo que é verdade hoje, amanhã não é verdade.

Aliás, esta semana tivemos um exemplo claro disso.

O BCE que atendia às notações dadas pelas *Agências de Rating*, para considerar os chamados activos reais ou colaterais, que determinam os valores dos empréstimos que a Banca faz ao Banco Central Europeu para a compra da dívida pública, a verdade é que o BCE (perdoem-me a expressão) mandou a *Moody* às malvas e não considerou.

Portanto aquilo que era uma verdade, um indicador sobre o qual o BCE se regulava, afinal de contas de um dia para o outro, e muito bem, acabou por não ser. Estas coisas são como são. Aquilo que hoje é uma intenção, não quer dizer que se venha a concretizar.

Para além de toda a luta, que com certeza o PCP fará para evitar a privatização da ANA, as condições também se podem alterar.

Já agora a respeito da notação que a *Moody's* fez, dizer que um dos objectivos, se calhar até mais importante do que propriamente aquele que diz respeito à dívida pública nacional, tem a ver exactamente com este caderno de privatizações que está no Memorando de Entendimento, porque o efeito é de facto pôr o sector empresarial, que está anunciado para ser privatizado, pô-lo a preço de saldo e desvalorizá-lo completamente.

Enunciados que estão estes princípios, a Representação Parlamentar do PCP não pode dar o seu acordo a este Projecto de Resolução e não pode dar porquê? Porque mesmo na parte resolutiva, independentemente dos considerandos, dá-se como adquirido a privatização da ANA.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não dá!

O Orador: Dá sim, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): O que está dado como adquirido está no Programa do Governo!

O Orador: Aquilo que está no Programa do Governo, como em qualquer programa é sempre um plano de intenções e não quer dizer que se venha a concretizar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não acredito, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a ser sensata, Sra. Deputada!

O Orador: Aliás, todos nós nos lembramos (nem vou falar do actual Governo e nem do último, vou falar do penúltimo) que em 2005, em plena campanha eleitoral, estava no Programa do Governo, a criação de 150 mil novos postos de trabalho. Não foram criados, assim como outras coisas não foram cumpridas.

Os programas são um enunciado, um conjunto de intenções, de metas, de balizas etc, etc, e depois há condições ou não para os concretizar.

O facto de estar no Memorando de Entendimento, o facto de estar no Programa do Governo, mas também o facto de haver oposições com posições diferentes, relativamente ao caderno das privatizações que está no Memorando de Entendimento e no Programa do Governo, fará com que essas oposições também lutem, para que elas não venham efectivamente a concretizar-se.

Por outro lado, o próprio contexto pode levar a que se altere e o exemplo que eu dei é um exemplo paradigmático daquilo que hoje é assim, mas amanhã já não é.

Aliás, já esta semana ouvimos dizer aqui, da boca penso que do Deputado Berto Messias, que as coisas mudam a um ritmo perfeitamente alucinante.

Portanto, elas podem de facto ser alteradas.

O PCP não pode dar o voto favorável, vamo-nos abster.

Não pode dar o voto favorável exactamente por uma questão de princípio. Consideramos que na parte resolutiva está lá aceite, ainda que tacitamente, a privatização.

Por uma questão de princípio não pode a Representação Parlamentar votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma segunda intervenção, para prestar alguns esclarecimentos e não deixar nenhuma dúvida nesta Câmara.

Começar por recordar, no caso concreto ao Sr. Deputado Artur Lima, que chegou atrasado e portanto não ouviu a minha apresentação do Projecto de Resolução, onde eu disse claramente que nós o tínhamos alterado. Alterámo-lo, sim senhor. E alterámo-lo tendo em consideração que o objectivo fundamental do nosso Projecto é que nem os açorianos, nem a economia açoriana, nem o erário açoriano sejam, de forma nenhuma, penalizados pela privatização da ANA.

Em segundo lugar que essa penalização seja distribuída dentro da ética de austeridade que aliás o Ministro Pedro Mota Soares, fala tanto, foi mesmo o criador deste novo conceito político...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora discorda?

A Oradora: Pois é, mas não chega o conceito, Sr. Deputado.

O conceito não lhe presta se não for concretizado.

Concordo quando ele é concretizado e para ser concretizado uma empresa ou um consórcio que recebe um monopólio natural, lucrativo e que não é obrigado, no caderno de encargos, a assumir os tais custos da ética de austeridade e a dar um contributo também para que essa austeridade não recaia sempre sobre os mesmos, que são os contribuintes açorianos, madeirenses ou continentais. Essa é que é a ética.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a regionalizar!

A Oradora: Eu estou a falar de uma maneira geral, Sr. Deputado. O senhor está a entender-me muito bem.

Portanto esse objectivo foi alcançado e a empresa pagava na primeira versão, continua a pagar na segunda versão. Não é através duma taxa sobre os dividendos. Nós gostaríamos muito que fosse, mas se tivermos que prescindir das taxas dos dividendos e dar à empresa a liberdade de decidir como é que fará as suas contas e como é que garantirá o suporte e o contributo ético para essa solidariedade, é uma coisa que não nos agonia.

De qualquer maneira, Sr. Deputado Artur Lima, eu agradecia que o senhor me ouvisse, porque fez-me perguntas directas e eu estou a responder-lhe directamente, porque daqui a bocadinho não ouviu e diz que eu não respondi.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estou a ouvir. Posso olhar para si com muito gosto.

A Oradora: Não. Estou a pedir-lhe que ouça.

Diz o CDS que não foi consultado como se isso fosse uma transgressão do nosso Regimento ou do funcionamento desta casa.

Quero esclarecê-lo, Sr. Deputado, que ninguém nesta Câmara, nenhum partido, nenhum Grupo Parlamentar, foi consultado pelo BE, quando apresentou o seu Projecto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Quando apresentou!

Deputado Berto Messias (PS): Foi o Grupo Parlamentar do PS que se dirigiu ao Bloco de Esquerda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ahhh!

A Oradora: Vou repetir para que os Srs. Deputados me ouçam melhor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ahhh!

A Oradora: Sr. Presidente, vou solicitar que me seja descontado este tempo em que eu não consigo falar.

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou repetir para os senhores ouvirem melhor.

O Grupo Parlamentar do BE não foi consultar nenhum partido quando apresentou o seu Projecto, nem tinha que o fazer.

Democraticamente e como todos os Grupos e Representações Parlamentares nesta casa, o BE está disponível para ouvir do PS, do PCP, do CDS, do PSD, do PPM ou de qualquer outro partido, a boa forma de encontrar uma solução, sem abdicar dos objectivos fundamentais. Volto a repetir: para defender os açorianos e defender os Açores, encontre a melhor maneira.

Já agora vou fazer um desafio nesta Câmara.

O Grupo Parlamentar que nunca tenha feito isso em nome dos açorianos que ponha o dedo no ar.

(O Deputado Paulo Estêvão neste momento levantou o dedo)

A Oradora: Recordar também para terminar esta parte, que não vi dedo nenhum, o que é óptimo. Fique registado que não houve dedos no ar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Deputado Paulo Estêvão!

A Oradora: Para terminar esta parte, Sr. Deputado Artur Lima, corria o mês de Janeiro de 2008, ali em cima naquela Câmara estava o seu líder nacional, Dr. Paulo Portas ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Grande líder!

A Oradora: ...no grande momento de apresentação do COMPAMID, já sabido na altura, daí a presença do seu líder nacional, que iria ser favoravelmente votado, e muito bem pelo PS e o senhor. Nas suas declarações e intervenções disse assim:

Primeiro: “fomos ao Presidente do Governo Regional dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fomos sim!

A Oradora: ... entendemo-nos com o Governo Regional dos Açores e com a maioria socialista”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Verdade, sim senhora!

A Oradora: Registo, Sr. Deputado, que nós não fomos, nem ao Governo Regional, nem ao PS. O senhor foi e muito bem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fui sim senhora e irei sempre que for preciso!

A Oradora: A seguir: “fomos acusados de ir de mão estendida e de chapéu na mão”.

Pois eu devo dizer que foi pena só ter duas mãos e um chapéu, porque se tivesse levado mais, talvez os açorianos tivessem mais com a humildade do CDS e com a humildade do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sra. Deputada! Devo felicitá-la!

A Oradora: Está a ver como nós nos entendemos, Sr. Deputado! Agora é bom é que a memória fique sempre refrescada.

Finalmente, para concluir, quando as propostas são boas, o Governo e a maioria naturalmente também as aceitam.

Muito bem Sr. Deputado, estamos de acordo, não vale a pena acrescentar mais nada.

Relativamente ao dar por adquirido a privatização da ANA.

Nós temos dois instrumentos de trabalho que têm levado, enfim, horas, que têm ocupado horas, dias e semanas dos interventores políticos, dos comentadores, dos politólogos, dos economistas, dos analistas do nosso país, que chamam Memorando da Troika e Programa do Governo da República.

Esses são os instrumentos factuais com os quais nós temos que trabalhar.

Na minha primeira intervenção, eu li a parte do texto do Programa do Governo e posso ler a parte do texto do Memorando da Troika, onde clara e expressamente está lá, privatizar a ANA, Aeroportos de Portugal.

Agora, pode não ser privatizada? Pode o Governo da República alterar a sua intenção?

Nós dizemos: quem dera! Oxalá!

Mas a questão é outra, é que se não alterar nós chegaremos atrasados na defesa dos Açores.

Aquilo que o BE está a fazer é antecipar, porque depois o discurso aqui nesta casa - sobretudo da parte, neste caso, do CDS e do PSD, a coligação que suporta o Governo da República – é assim: chegaram atrasados! Deviam ter-se lembrado disso antes! Deviam estar atentos e ter defendido os Açores na altura certa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Vice-Presidente, explique à Sra. Deputada!

A Oradora: Então, Sras. e Srs. Deputados, esta é a altura certa. Esta é a altura certa, antes que seja tarde.

Agora, isto quer dizer que o BE nos Açores, na República não lutará contra a privatização?

Oh Sras. e Srs. Deputados, só quem quiser agora alterar completamente o rumo da história e a matriz ideológica (um termo tão querido nesta Câmara) do BE.

A luta continua sempre, agora “cautelas e caldos de galinha”, Srs. Deputados, em nome daqueles e daquelas que nós representamos nesta casa, nunca fizeram mal a ninguém e ao povo açoriano de certeza que também não.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, vai coxa à luta! A luta vai muito coxa neste processo de privatização.

Deputada Zuraída Soares (BE): E sobre o Projecto, Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vai não! Esteja descansado porque vai engrossar!

O Orador: A senhora, o BE, o que faz é concordar com a privatização; o BE o que faz é abdicar dos seus princípios.

Estou a falar da matriz ideológica do BE, não socialista ainda.

Deputada Zuraída Soares (BE): Fale do Projecto, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, dizer-lhe que efectivamente votamos contra a urgência porque, como o senhor sabe, temos um projecto nesse sentido, que entregámos já nesta casa ...

Deputado Berto Messias (PS): Quando?

O Orador: Ontem.

... e que não pode obviamente ser discutido pelas nossas questões fundamentais devidamente acordadas e não podemos fazê-lo com dispensa de urgência e exame em comissão dos compromissos que assumimos e temos.

Deputado Berto Messias (PS): A urgência? Tem que explicar isso melhor!

O Orador: A urgência é essa, Sr. Deputado.

Fica o desafio ao BE e ao PS: se querem um consenso, o BE retira a sua proposta e em Setembro fazemos uma discussão conjunta desse assunto e então vão ver qual é a melhor solução.

Deputada Zuraída Soares (BE): Afinal isto é uma ciúmeira de protagonismo! Ainda não tinha percebido!

O Orador: Ou percebi mal e o senhor vai explicar (posso ter sido eu que entendi mal) quando diz que há outras soluções, a privatização não é a única.

Aliás, há outras soluções, porque se não houvessem outras soluções estávamos a abdicar duma coisa que os senhores tanto defendem e fazem batalha, que é a Lei das Finanças Regionais.

Portanto há outras soluções de colaboração entre a República de manter a coesão territorial e social, entre os Açores e o continente. Quais são as outras soluções, Sr. Deputado Berto Messias?

Elas existem de facto e podem ser consideradas e se calhar mais vantajosas, porque se formos a ver a gestão deficitária de aeroportos, nós vamos ver como é que é feita essa gestão de aeródromos. Não cabe aqui nesta discussão, mas caberá noutra mais à frente, com certeza.

Esta Proposta do BE não faz sentido, exactamente, porque podem haver soluções.

Reafirmo, compreende-se as boas propostas, sim senhora. Foi uma proposta que o CDS...

Deputada Zuraida Soares (BE): É o único que tem boas propostas! Já percebemos! Não vale a pena insistir mais!

O Orador: ... foi levar ao Sr. Presidente do Governo. O Sr. Presidente do Governo achou que era uma boa proposta e o PS também achou.

Agora a sua boa proposta foi totalmente alterada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe quem fala!

O Orador: Isto, Sra. Deputada, é que a senhora vai ter que (permita-me a expressão) engolir.

Ainda aqui anteontem, a senhora pôs-se em bicos de pés por causa dum entendimento que foi feito entre o CDS e o PS.

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga aos açorianos se vai votar ou não contra a privatização da ANA!

Presidente: Sra. Deputada...

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Terá que me descontar este tempo, naturalmente, como fez à Sra. Deputada Zuraida Soares.

A senhora é que abdica dos princípios fundamentais do BE: taxar os accionistas.

A senhora não irá ter legitimidade daqui para o futuro para aplicar taxas a mais nenhum accionista, nem a dividendos. A senhora abdica dos princípios para uma propostazinha aprovada, Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Artur Lima, não esperava esse papel da sua parte!

Deputada Zuraída Soares (BE): Novidade da manhã!

O Orador: Agora, eu não sou contra privatizações. Que fique bem claro!

Não sou contra privatizações. Temos privatizações com bom serviço.

Nessa matéria não recebemos lições de ninguém e muito menos do BE.

A Sra. Deputada o que faz aqui é abdicar totalmente da matriz, da sua proposta inicial que é totalmente subvertida e substitui-a por uma proposta do PS.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Estou preocupada com a ANA e o senhor com a matriz!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

***Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate, em primeiro lugar, para constatar que estamos aqui há cerca de 40 minutos a debater esta matéria e sobre o conteúdo da proposta só ouvi uma intervenção do PS e uma do BE.

Sobre o conteúdo da proposta, dos outros partidos, foi nada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não está a ser justo!

O Orador: Vamos recolocar a questão onde ela efectivamente está.

O que é que é que estamos aqui a debater? O que é que estamos aqui a analisar? Uma questão muito simples. O que é que se pede a esta casa que se pronuncie? Pura e simplesmente sobre o seguinte: recomendar que os custos com os aeroportos dos Açores, não sejam, directa ou indirectamente, suportados pela RAA ou pelos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E?

O Orador: É isto que estamos aqui a debater. É isto que estamos aqui a debater...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E... E o resto?

Deputado Duarte Freitas (PSD): E está 1,3 mil milhões de euros nas mãos deste senhor!

O Orador: ... no âmbito do respectivo caderno de encargos do processo de privatização da ANA.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande salto!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados...

Sr. Deputado Jorge Macedo, vamos deixar o Sr. Vice-Presidente do Governo fazer a sua intervenção.

O Orador: Denoto o nervosismo da bancada do PSD sobre o conteúdo desta proposta.

O que nós estamos aqui a fazer é decidir, ou não, recomendar ao Governo da República que os custos decorrentes dos aeroportos dos Açores, geridos pela ANA, no âmbito do processo de privatização, fiquem salvaguardados no caderno de encargos, que não aumente as taxas aeroportuárias, que incidem sobre os açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não há vergonha nenhuma!

O Orador: É pura e simplesmente isto que está em questão.

O que esta Assembleia é levada a pronunciar-se é se considera que no caderno de encargos de privatização da ANA, deve ficar salvaguardado e expresso que não haverá aumento das taxas aeroportuárias nos Açores, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: ... tendo em conta como se sabe que se for para ajustar o custo dos aeroportos dos Açores geridos pela ANA, em relação às suas receitas, implicará automaticamente um aumento médio de 260% das taxas aeroportuárias.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é mentira!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: É isto que está aqui em questão. É isto que está aqui a ser debatido. Se consideram que é uma pequena guerrilha, ou uma guerrilha com o Governo da República, dizer tão somente isto, lembro-vos que é exactamente isso que dissemos no passado, é isto que dizemos no presente e é isto que iremos dizer no futuro, ao contrário de outros que defenderam isto no passado, mas só porque o Governo da República mudou, já têm uma opinião completamente diferente sobre a mesma matéria.

É isto que está em debate neste plenário, é isto que está em debate nesta Região. Sr. Deputado Jorge Macedo, sempre que for para defender os Açores, sempre que for para defender os açorianos, sempre que for para defender aquilo que foram sempre os nossos compromissos, estaremos sempre e sempre ao lado dos Açores e dos açorianos, mesmo que queiram conotar isto como uma guerrilha.

O que nós queremos é defender os Açores, em qualquer momento, como fizemos no passado, como fazemos no presente e como faremos no futuro.

Nesta matéria, como em todas as outras, aquilo que dissemos no passado é aquilo que estamos a defender hoje.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não diz uma verdade!

Deputado João Costa (PSD): E ainda quer chegar a presidente do Partido Socialista!

Deputado José Lima (PS): Olhe para si!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para um protesto. Tem 3 minutos.

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para um protesto porque o Sr. Vice-Presidente do Governo, o homem a quem nós confiamos 1,3 mil milhões de euros de orçamento,

demonstrou aqui, do princípio ao fim da semana, uma falta de seriedade, até perante os papéis que tem na sua frente, o que é constrangedor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo começou a semana por citar um discurso sabendo que não era aquele que estava em causa e em discussão aqui nesta casa.

Hoje termina a semana a tentar fazer cortes num papel que em princípio terá sido escrito, ou de acordo pelo menos com o PS, não revelando tudo aquilo que está escrito.

O que está escrito aqui, na Proposta de Resolução do BE e certamente subscrita pelo PS é ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nós sabemos ler!

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, eu sei que o Sr. Deputado sabe ler, agora a questão é que o Vice-Presidente do Governo, também sabe ler...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pois sabe!

O Orador: ... só que não quer ler.

Deputado José Lima (PS): Já leu!

O Orador: Ele sabe o que é seriedade mas às vezes não quer ser sério. Isto não pode ser.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo o que diz aqui, que o senhor não quis ler na íntegra, é que ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Esse tipo de discurso não lhe fica bem!

O Orador: ... “não sejam directa ou indirectamente suportados pela RAA, ou pelos açorianos, através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias, actualmente cobradas nesses aeroportos, mas antes suportados pela empresa ou

consórcio que assumir a futura gestão da ANA e claramente expressos no caderno de encargos”.

É esta parte que o Sr. Vice-Presidente do Governo não queria ler. É isto que faz toda a diferença e o Sr. Vice-Presidente do Governo sabe bem que politicamente isto é que faz a diferença.

De novo começou a semana com estas “chicoespertices” e vai terminar com elas.

O senhor está a enterrar-se cada vez mais Sr. Vice-Presidente do Governo.

Assim não dá. Como é que quer que confiemos em si 1,3 mil milhões de euros de orçamento por ano. Pelo amor de Deus!

Deputado Berto Messias (PS): E então?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Olhe para o espelho, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, para um contra-protesto.

***Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rápido, Sr. Presidente.

Nós já percebemos e eu só quero lamentar mais uma vez a linguagem utilizada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor obriga-me! Não é o meu estilo!

O Orador: Sei objectivamente que o senhor tem indicações expressas para, sobre a minha pessoa, incidir em todas as intervenções nesta matéria...

(Protestos e risos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... mas quero dizer-lhe olhos nos olhos duas coisas sobre essa matéria: nem tenho a importância que os senhores me querem dar, nem devo ser factor da preocupação que os senhores têm comigo.

Quero que isso fique devidamente salvaguardado aqui nesta matéria.

Deputado Costa Pereira (PSD): Presunção e água benta...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor não se mexa mais!

O Orador: Sobre o conteúdo exacto da matéria.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o que eu disse, repito, exactamente, agora, neste preciso momento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez exactamente!

O Orador: O que eu afirmei, foi ler exactamente o que está aqui na proposta.

Nesse contexto não percebi qual é o problema do PSD sobre esta matéria...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor faça um exercício de reflexão e leia tudo!

O Orador: ... ou seja o que o PSD quer aqui dizer nesta sua segunda intervenção é que quer que a ANA deixe de suportar os encargos e os custos decorrentes dos aeroportos dos Açores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: É esse o vosso problema? O que os senhores querem dizer aos açorianos é que querem que a ANA deixe de suportar os encargos dos aeroportos dos Açores?

O que os senhores querem é que a ANA fique com a carne e os açorianos com os ossos. Isso não iremos permitir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, sei que Julho é um mês quente, embora meio nublado, mas volto a fazer um apelo para a serenidade, para a elevação e para a discussão efectiva e construtiva das propostas que temos em cima da mesa.

Vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não falo com deficientes!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O quê?

Presidente: Não entrem em diálogo Srs. Deputados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, para um protesto!

O Sr. Vice-presidente disse que não falava com pessoas deficientes, apontando para esta bancada!

Nunca nesta casa se assistiu a um episódio destes!

Presidente: Sr. Deputado desculpe, eu não ouvi absolutamente nada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto ultrapassa tudo o que já aconteceu nesta casa!

Deputado João Costa (PSD): O senhor não tem dignidade para se sentar nesse lugar! Devia ter vergonha de estar aí sentado!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor devia abandonar esta sala! Não é digno de se sentar aí!

Presidente: Vamos prosseguir o debate. Apelo à sua calma, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Calma de todos os intervenientes.

Faça favor de se sentar, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Eu não lhe dei a palavra Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de se sentar.

O senhor acabou por fazer uma interpelação, eu não sei se o Governo tem alguma coisa a dizer.

(Pausa)

Não tem nada a dizer?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ao menos que peça desculpa!

Presidente: Sr. Deputado, o senhor não pode interpelar sobre coisas que eu não ouvi. Foram ditas em aparte, eu não ouvi Sr. Deputado.

Um momento, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Eu vou conceder esse intervalo regimental.

Peço aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou no uso da palavra, não admito que se faça uma pausa, não é regimental. Já tinha iniciado.

Presidente: Não tinha iniciado, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já tinha dito: Sr. Presidente, Srs. Deputados...

Já tinha iniciado a minha intervenção. Não é regimental que seja concedido este intervalo.

Eu estou no uso da palavra. Pelo amor de Deus!

Presidente: O Sr. Deputado ainda não estava no uso da palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estava. Já tinha iniciado a minha intervenção, já tinha feito o cumprimento inicial: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Mais do que isso, o PPM é o único que não pode pronunciar-se sobre este tema, porque a minha intervenção eu já a tinha iniciado, Sr. Presidente. Penso que o Regimento é claro.

Presidente: Peço aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se acercarem da Mesa.

(Os trabalhos foram suspensos para uma Conferência de Líderes)

Presidente: Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas, continuando com a agenda.

Bom almoço e até logo.

(Eram 13 horas e 03 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Aproveito para comunicar que nas galerias está presente um conjunto de elementos da Filarmónica Recreio dos Artistas, da Ilha Graciosa, a quem saudamos.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Vice-Presidente do Governo pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Para uma interpelação à mesa.

Presidente: Faça favor.

***Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do final dos trabalhos desta manhã, nesta Assembleia, gostaria de interpelar a mesa, no sentido de pedir efectivamente desculpas por qualquer expressão que tenha, de forma desadequada ou descortês, proferido no âmbito do calor dos debates que se realizaram esta manhã.

Não era minha intenção ofender ninguém. Se alguém se sentiu ofendido peço aqui e renovo o pedido de desculpas.

No contexto deste clima, por vezes quente, de proferir diversas opiniões, dizemos, como já aconteceu a todos nós, expressões que não gostaríamos de ter utilizado.

É com humildade que peço desculpa e renovo esse pedido a todos quantos se possam ter sentido ofendidos.

Desejo, também, que possamos recuperar o clima que tem presidido a todos na condução destes trabalhos e no debate sadio e directo, com confronto de ideias, mas com respeito pelas opiniões de todos e particularmente, com respeito pela integridade de cada um de nós.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado.

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo teve oportunidade para pedir desculpas quando foi interpelado por mim, de manhã, e também para reconhecer que tinha errado, quando tivemos a reunião da Conferência de Líderes. Nunca o fez, razão pela qual, agora estas desculpas vêm tardiamente.

Gostaria de pedir ao Sr. Presidente que nos facultasse um extracto das anotações das Sras. Redactoras com os apartes do Sr. Vice-Presidente do Governo, para de facto confrontarmos se aquilo que ele referiu foi aquilo que foi denunciado aqui, ou não, e que ele nunca assumiu até agora, vindo pedir desculpas tardiamente em jeito de fuga ao lado.

Gostaria de pedir esse extracto das anotações das Sras. Redactoras, logo que possível. Elas são funcionárias públicas, os computadores são públicos, são nossos também, estão aqui ao serviço da assembleia.

Espero que até ao próximo intervalo possamos ter essas anotações.

Muito obrigado.

Presidente: Respondo já à sua questão Sr. Deputado Duarte Freitas, aliás já tínhamos informalmente falado sobre isso.

Os apontamentos das Sras. Redactores parecem-me instrumentos de trabalho, com carácter pessoal, não são documentos pessoais.

No entanto e dando utilidade, o mais possível, ao seu pedido, naturalmente peço às Sras. Redactores para fazerem uma minuta, uma acta/minuta, por extracto, do Diário das Sessões de hoje, na parte que é relevante e que tem a ver com o incidente.

Sr. Deputado Berto Messias, tinha pedido a palavra?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

Nós, enquanto agentes políticos, temos obrigação de dar o exemplo e sempre foram mais as ofensas proferidas neste Parlamento, do que os pedidos de desculpa.

O Grupo Parlamentar, naturalmente não se apraz, com qualquer excesso, mas não deixa de se congratular para com quem tem a humildade de fazer um pedido de desculpas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente, os trabalhos não correm da melhor maneira, por vezes, neste ou noutros Parlamntos, mas sempre que ocorrem percalços não devemos culpabilizar, mas devemos sobretudo garantir que conseguimos reabilitar esses maus momentos e nunca aproveitar para piorá-los.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, afirmo que o Sr. Vice-Presidente, é um político de grande credibilidade, de capacidade reconhecida, que no âmbito da sua acção empenhada ...

Deputado Luis Garcia (PSD): Neste Plenário tem dado mostras disso!

O Orador: ... e apaixonada na actividade política, tem elevado, aos mais altos patamares o nome da RAA.

Demonstra, agora, com humildade o grande político que é. Fossem todos os políticos assim!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas presumo para uma interpelação?

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saber, tendo assistido aqui à entrega dum documento pela Sra. Redactora Conceição, ao Sr. Presidente, se é o documento de que estávamos a falar ou não e sendo gostaria que me confirmasse se é verdade ou não aquilo que aqui denunciei, que o Sr. Vice-Presidente do Governo disse que não queria falar com deficientes, deste lado da bancada, coisa que não pediu desculpa no momento, coisa que nunca assumiu na Conferência de Líderes e as pessoas que estiveram na Conferência de Líderes sabem bem.

Portanto este pedido de desculpas agora, Sr. Vice-Presidente, é uma fuga para o lado, não é uma verdadeira acção de humildade nem uma verdadeira acção de arrependimento.

É uma mera desculpa para atirar para o lado, para se desenrascar dum problema que se meteu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas o que eu recebi aqui penso que são os apontamentos da Sra. Redactora.

No entanto, conforme eu disse, isto não é um documento oficial.

Eu já pedi às Sras. Redactoras para fazerem por extracto, uma minuta da acta, relativa ao incidente do Diário das Sessões de hoje

Sr. Deputado Pedro Gomes, pede a palavra para?

Deputado Pedro Gomes (PS): Para uma interpelação Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me Sr. Presidente recordar a V. Exa. o seguinte: em primeiro lugar as Sras. Redactoras são funcionárias públicas. Os instrumentos de trabalho são públicos e como tal não há objectos pessoais nos computadores de funcionários públicos, pelo que o pedido feito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, em nome da bancada do PSD, é legítimo e deve ser atendido rapidamente.

Permita-me recordar a V. Exa. o seguinte: a função dos Redactores é exactamente esta no plenário, tomar nota dos apartes passados em plenário, para serem integrados depois nos Diários das sessões.

Nessa medida os documentos que resultam da anotação feita nos plenários, são documentos que pertencem à Assembleia e não são privados.

Nessa medida o PSD reitera, perante V. Exa. o pedido formulado, além de que devo lembrar a V. Exa. que a decisão a tomar quanto a esta matéria não é uma decisão solitária de V. Exa., é uma decisão que deve ser precedida de deliberação apropriada da Mesa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma interpelação.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer em primeiro lugar que temos convidados nas galerias e como bons anfitriões que devemos ser, devemos portar-nos com a dignidade que os nossos cargos nos conferem.

Em segundo lugar gostaria de pedir a V. Exa., e daí esta interpelação, que sendo cedido qualquer apontamento das Sras. Redactores, seja de todo o dia de trabalho, das 10 horas às 13.

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tinha pedido a palavra para uma interpelação.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que também houve uma chamada ao testemunho, digamos assim, dos líderes parlamentares, na Conferência de Líderes, gostaria de dizer o seguinte a este propósito.

Um pedido de desculpas, tardio ou não, é sempre o reconhecimento dum erro. Não fica bem, nem a um cidadão, nem a um político, não o aceitar, com a mesma humildade com que na prática, independentemente de todas as leituras implícitas que se possam fazer, é o reconhecimento dum erro e um acto de humildade.

Portanto, não aceitarei que numa avaliação legítima, numa ofensa e numa indignação, a que reconheço legitimidade, que isso seja transformado num aproveitamento político, que não honra nem a queixa e a indignação que legitimamente o PSD fez, nem as últimas palavras do Vice-Presidente do Governo Regional.

Estou a dizê-lo enquanto Líder Parlamentar que esteve presente na Conferência de Líderes.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra para uma interpelação?

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente gostaria de dizer o seguinte.

Aquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo fez, um pedido de desculpas tardias, aqui, devia sim, ter tirado as consequências políticas daquilo que fez e

não reconheceu, inclusivamente não pediu desculpa ao Deputado a quem se dirigiu, que nem está aqui neste momento.

O Sr. Vice-Presidente, como o Sr. Presidente sabe bem, nunca assumiu na Conferência de Líderes aquilo que tinha dito, como ainda não o fez aqui. Ainda não assumiu aquilo que tinha dito, referindo-se a um colega nosso, que não falava com deficientes. Foi isso que o senhor disse.

Por menos do que isto o Ministro Manuel Pinho foi-se embora.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma interpelação.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não só subscrevo as palavras que a Sra. Deputada Zuraida Soares aqui acabou de proferir acerca desta questão, como quero expressar o seguinte: eu não compactuo com este tipo de situação.

O assunto está perfeitamente esclarecido e se vamos continuar com estas interpelações, sairei do Plenário e quando retomarmos a agenda, regressarei.

Presidente: Já vamos retomar a agenda.

Há uma interpelação e um pedido do PSD que naturalmente merece ser respondido. Eu já dei a minha opinião. O Sr. Deputado Pedro Gomes tem razão quando diz que a decisão formal é da Mesa.

Vou fazer um intervalo de 10 minutos e vou reunir a Mesa.

Até já.

(Eram 15 horas e 21 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 28 minutos)

Relativamente aos dois pedidos que no fundo foram feitos à Mesa, um pelo PS que houvesse um extracto da acta do diário das sessões de todo o período da manhã, creio que houve unanimidade na Mesa a respeito deste pedido, dele ser deferido.

Relativamente ao pedido do PSD, a Mesa deliberou por maioria concordar com a posição do Presidente, no sentido de que deve ser feito um extracto/minuta do Diário das Sessões, que neste caso será o de toda a manhã e que servia naturalmente ao PSD e ao PS.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quando será entregue?

Presidente: Será entregue o mais rapidamente possível. As Sras. Redactoras têm instruções que esse trabalho é prioritário. Logo que possível será entregue quer ao PSD, quer ao PS.

Proponho que prossigamos os nossos trabalhos, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não se encontra na sala.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo, voltando à nossa agenda, Resolução da ANA.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, eu queria em nome do PSD, esclarecer que desde a campanha eleitoral e quando esse assunto foi de uma maneira insistente, levantado pelo PS, agitando o fantasma do medo que foi exemplarmente escrutinado no dia das eleições, o PSD repetiu, variadíssimas vezes, que qualquer que fosse a solução, o modelo de privatização adoptado, esse modelo, esses pressupostos e tudo o que tivesse a ver com a privatização da ANA, não poderia acarretar quaisquer custos para os açorianos, nem para o orçamento regional.

Isso foi repetidamente afirmado na campanha eleitoral, e portanto, relativamente a isso, nós somos perfeitamente coerentes, desde o início até hoje e certamente no futuro.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: O que foi encontrado na tal tentativa de consensualização referida pela Sra. Deputada Zuraída Soares, com o PS, o PSD diz e repete que a “emenda não é pior que o soneto”, porque o soneto era perfeitamente impraticável, mas é uma emenda coxa.

Não lembrava ao diabo voltar a insistir numa solução, numa proposta que também não é praticável.

O desafio que fiz à Sra. Deputada Zuraída Soares, faço esse mesmo desafio ao Sr. Deputado Berto Messias.

Nós temos os dois uma empresa, empresa essa que em determinado momento é decidido dividi-la. O senhor fica com uma parte, eu com outra, criam-se duas empresas, mas eu digo: nós aceitamos fazer o negócio de separação da empresa, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não queremos fazer negócio consigo!

O Orador: ... mas o Sr. Deputado Berto Messias dá-me o seu cartão de crédito para que eu pode utilizar como quiser, ou então posso mesmo dizer: o Sr. Deputado Berto Messias fica com metade da empresa, mas paga os prejuízos da minha empresa.

Evidentemente que a sua resposta e não estarei muito longe da verdade, seria: não vou assumir os custos, ou os prejuízos da sua empresa, se não sei como é que o senhor vai gerir a sua empresa.

É natural que assim seja.

Portanto, a emenda que foi colocada no soneto do BE, é claramente uma emenda que não faz absoluto sentido.

Mas vou recentrar o debate naquilo que é a proposta efectivamente.

A proposta do BE, acrescenta a páginas tantas, na tal emenda do soneto, parte que foi entroncada esta manhã pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, o seguinte:

“ ... não sejam directa ou indirectamente suportados pela RAA, ou pelos açorianos, através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias, actualmente cobradas nesses aeroportos, mas antes suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA, mas que eventualmente deixe os

aerportos dos Açores de fora”, ou seja, aquela tal parte do nosso negócio que eu fiquei e o senhor paga-me os prejuízos.

O senhor aceitaria uma solução dessas?

Deputado Berto Messias (PS): Leia tudo!

O Orador: Já vou ler tudo, calma! Temos tempo.

“... através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias eventualmente cobradas, mas antes suportados pela empresa ou consórcio, (ou seja a sua metade) na futura gestão da ANA (da sua metade) e claramente expresso no caderno de encargos”.

Qual é a diferença?

O caderno de encargos é aquilo que o senhor tem que cumprir para ficar com a sua metade da empresa e depois paga os prejuízos e dá-me o cartão de crédito para eu usar como quiser.

Como disse há bocadinho, isso não lembra ao diabo!

Negócios desses não se fazem, porque uma das partes, no caso concreto da Deputada Zuraida Soares, ou no seu caso concreto no negócio que eu agora simulei virtualmente, o senhor nunca aceitaria uma situação dessas e dizia: negócios desses ninguém faz! Claramente que negócios desses ninguém faz.

Então qual é a posição do PSD?

O Sr. Deputado deu a resposta, quando disse: mas há outras soluções, há outras possibilidades. Então aí está. Aí está o facto do PSD e o CDS/PP, há bocadinho referido pelo Sr. Deputado Artur Lima, ter votado contra a urgência.

Se há outras soluções, vamos estudar outras soluções e outras hipóteses.

O Sr. Deputado Berto Messias deu a resposta àquilo que perguntou.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A solução correcta é baixar à Comissão, o Projecto de Resolução apresentado pelo PSD, esse sim que diz que “sejam feitas diligências no processo negocial de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, S.A, para que os custos de exploração e investimento (explicitamos as duas componentes) dos aeroportos dos Açores, não sejam directa ou indirectamente suportados pela RAA, ou pelos

açorianos, garantindo mais, a manutenção dos níveis da qualidade do serviço”, porque essa questão também é uma questão importante.

Não bastará, apenas e só, manter as actuais estruturas porque as actuais estruturas também se degradam. A própria evolução tecnológica também aumenta, evolui. Portanto, se existe essa evolução tecnológica é preciso que essa qualidade de serviço seja garantida no futuro.

Essa proposta vai ser analisada em sede de Comissão. Essa proposta sim responde às questões e à afirmação produzida pelo Sr. Deputado Berto Messias, que na contra-afirmação respondeu a si próprio, dizendo que de facto há outras soluções.

São essas soluções que os senhores apressadamente quiseram juntar-se ao BE para fazer um alegrete.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-lhe Sra. Deputada Zuraída Soares, que não vou votar contra o seu Projecto de Resolução, mas também não posso votá-lo a favor.

Não o posso fazer Sra. Deputada, porque a senhora nesta matéria, que é uma matéria que partilho com V. Exa. porque acho que a ANA não deve ser privatizada e porque considero que mesmo que fosse essa uma decisão racional e fosse uma decisão que viesse de encontro ao interesse da empresa e ao encontro do interesse nacional, também não era o melhor momento, o que será vendida ao desbarato. Está lá no memorando de entendimento porque os especuladores querem tirar um lucrozinho com a situação desgraçada em que o país se encontra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O que lhe tenho a dizer, Sra. Deputada, é que a senhora desistiu de estar nesta matéria com o PPM na primeira linha das trincheiras, do combate político a esta medida.

A Sra. Deputada desistiu de “dar os peitos à bala”, para combater até ao fim, porque o que está no Memorando de Entendimento o povo português não vai permitir que se aplique tudo (veja-se a redução dos municípios vai acontecer ou não).

O que nós temos a certeza é que é possível vencer muita da capitulação (não o Memorando de Entendimento), do ultimato que foi assinado pelo Governo português. Muitas daquelas matérias, que não concordamos com elas, não as podemos assumir.

A Sra. Deputada recuou, saiu da primeira linha das trincheiras e colocou-se nas catacumbas. Isso é um erro político e é também desistir de estar na primeira linha do combate político.

É aí que eu vou ficar e a Sra. Deputada nessa batalha, nessa primeira linha, desertou.

Tenho também que lhe dizer que nesta matéria não é por acaso, e lembro-lhe aquela velha história do sapo e do escorpião, e nesta história, nesta viagem, nesta travessia, a senhora é o sapo e o escorpião é o PS que a acompanha nas suas costas.

Quero dizer-lhe também que este é o partido que concorda com esta medida, com a privatização. Foi o partido que assinou o Memorando de Entendimento e foi o partido que assumiu esse compromisso.

O BE não o assumiu. Portanto, só o acompanha porque eles levam o veneno de poder utilizar esta medida para atacar o Governo da República, por mera tática, não têm nenhuma convicção.

Portanto, a senhora leva às costas o escorpião e o escorpião, como naquela história do sapo, vai picá-la e a senhora vai afundar-se com ele. O sapo e o escorpião. O sapo que é a senhora, o escorpião que é o PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomando algumas questões referidas esta manhã, no âmbito desta discussão, devo dizer, é preciso lembrá-lo, que nós ao longo dos últimos meses, por

variadíssimas vezes e variadíssimos momentos, colocámos directamente ao PSD e ao CDS/PP, qual era o seu entendimento, qual o destino, no projecto político do PSD, da ANA e dos aeroportos dessas empresas e dos aeroportos explorados por essas empresas. Nunca obtivemos qualquer tipo de *feedback*. Nunca tivemos qualquer tipo de resposta e continuamos sem tê-la.

Deputado João Costa (PSD): Já tem a resposta!

O Orador: Sobre esta matéria eu fui muito claro e reitero aquilo que já disse: seria positivo naturalmente, na minha opinião, que não tivéssemos de proceder à privatização da ANA, S.A.

No entanto isso será uma evidência, aliás, já o era no Programa do Governo 2009-2013 e é ainda mais claro no Programa do Governo do PSD e do CDS/PP. Permitam-me que partilhe convosco aquilo que estava escrito nos dois documentos que referi: no Programa do Governo do PS aquilo que dizia era o seguinte: “o acautelamento das condições especiais das regiões autónomas no processo de privatização da ANA, S.A. e da ANAM, SA.”

Portanto, no âmbito desses processos de privatização, que estão em cima da mesa e seriam uma evidência, estariam acauteladas todas as questões referentes às nossas especificidades e aos sobrecustos desses aeroportos na Região.

Aquilo que diz agora no Programa do Governo Paulo Coelho/Paulo Portas, PSD, CDS/PP, é o seguinte: “proceder à definição do modelo de privatização da ANA e à sua efectiva concretização (e à sua efectiva concretização), articulando com o modelo de privatização da TAP e ponderando a eventual transferência dos aeroportos da Madeira e dos Açores, para a competência das respectivas regiões autónomas”

É neste quadro e com base nisto que acabei de referir que nos estamos a movimentar.

Volto a reafirmar aquilo que já disse: seria bom, seria positivo, que não se privatizasse a ANA.

Mas isso é já uma evidência muito clara, tendo em conta aquilo que acabei de vos ler e de partilhar convosco, isto no seguimento de algumas preocupações que foram aqui referidas.

Eu podia frasear a Dra. Berta Cabral dizendo que “as coisas mantêm-se até ao dia em que mudam”, mas nesta matéria penso que é muito evidente, tendo em conta a pressão e aquilo que está no Memorando de Entendimento da Troika e aquilo que está vertido no Programa do Governo, que eu acabei de referir, a privatização da ANA.

Nesse sentido, tendo em conta aquilo que está escrito neste Projecto de Resolução, julgo que são matérias, independentemente daquilo e de outras hipóteses que eventualmente poderiam acontecer, que acautelam algumas das preocupações que o PS tem referido há várias semanas e há vários meses.

Quanto à questão e às referências que foram feitas pelos partidos nesta casa, eu devo dizer e assumi-lo, sem qualquer problema, que foi o PS, este Grupo Parlamentar, na minha pessoa, que se dirigiu à Representação Parlamentar do BE para conversarmos sobre a proposta que estava em cima da mesa e se possível fosse arranjar um entendimento e um texto mais alargado, mais consensual, mas que defendesse efectivamente os interesses dos Açores e dos açorianos dessas ilhas, que frequentam esses aeroportos e esses aeródromos. Não temos problema nenhum em afirmá-lo.

Aliás, isso tem sido praxe e prática nesta casa. Foi assim não só com o BE, mas, felizmente, com muitos outros partidos.

Dou-vos o exemplo do CDS/PP, que aliás esta postura até inspirou a campanha eleitoral do CDS/PP, que usou na altura o grande *slogan* “conseguimos”, empunhando as bandeiras do COMPAMID e do Vale Saúde.

Fê-lo porque conversou com o PS e o PS apoiou essas boas propostas.

Portanto, fizemo-lo com o BE, fizemo-lo com o CDS/PP e fazemo-lo com qualquer partido desta casa, desde que esteja em causa a defesa dos Açores e dos açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Houve um que o senhor não foi capaz de citar!

O Orador: Gostava também de vos dizer o seguinte: o Sr. Deputado Jorge Macedo bem que tem-se esforçado, com o grande empenho, com a grande qualidade oratória que lhe reconheço. No entanto essa qualidade só será muito

evidente quando consubstanciá-la alguma substância e alguma base de sustentação, o que, desculpe que lhe diga, não é o caso.

O senhor na sua argumentação está numa autêntica queda livre e a fazer o papel de porta-voz do Governo do CDS/PP e do PSD, na Assembleia da República, porque ainda não esclareceu absolutamente nada e não nos diz o porquê de chumbar esta proposta (e pior ainda), não justificou devidamente o porquê de ter chumbado a urgência, relativamente a esta proposta.

Devo dizer o seguinte: de manhã o Sr. Deputado Artur Lima referiu que tinha uma proposta e entregaram essa proposta.

Essa proposta ainda não entrou nos serviços da Assembleia, não a conheço ainda e aquilo que conheço é o que passou na RTP Açores há pouco, em que na altura eram feitas afirmações, quer pelo Sr. Presidente do CDS/PP, quer pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, sobre uma suposta proposta conjunta dos dois partidos.

Eu agora pergunto: todos nós conhecemos o teor daquilo que está aqui em discussão e que é trazido pelo BE, que diz o seguinte: “ que a Assembleia da República e o Governo da República efectuem as diligências necessárias no processo negocial de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, para que os custos com os aeroportos dos Açores, não sejam, directa ou indirectamente, suportados pela RAA ou pelos açorianos, através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias, actualmente cobradas nesses aeroportos, mas antes suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA e claramente expressos no respectivo caderno de encargos”.

Toda a gente sabe que quem faz o caderno de encargos, e que quem terá que fazer esse caderno de encargos, é o Estado Português.

Esse caderno de encargos terá, naturalmente, que acautelar todas as questões que julgo que devem ser acauteladas, como por exemplo as especificidades e as condições especiais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Portanto, não percebo, tendo em conta aquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Macedo, tendo em conta aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas disse na conferência proferida há pouco e cito: “o que interessa em consequência dessa

privatização, é que não sobrevenham custos, quer seja para os bolsos dos contribuintes açorianos, quer seja para o orçamento regional”.

Tendo em conta esta afirmação, tendo em conta aquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Macedo e aquilo que não disse, não percebo o porquê do não apoio a esta proposta.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu vou explicar!

Deputado João Costa (PSD): Não percebemos é o apoio do PS!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com todo o esforço de serenidade de que for capaz e em nome da bancada do BE, em relação ao sapo, eu preferia ser a rã, mas se tiver que ser o sapo não morrerei por causa disso.

Deputado João Costa (PSD): Seja ADSL!

A Oradora: Nós compreendemos bem a agitação, o nervosismo das bancadas, neste caso, do PSD e do CDS, relativamente a esta proposta do BE.

Compreendemos por várias razões.

Compreendemos porque os senhores não têm maneira de explicar, por exemplo, porque é que ontem propuseram aqui isenções para as taxas moderadoras na saúde, quando no continente elas constam do vosso Programa de Governo, ainda por cima com a promessa de serem aumentadas.

Quanto a coerência política, estamos conversados.

Compreendo também a agitação porque hoje, os mesmos dois Grupos Parlamentares, querem defender os açorianos e querem dizer aos açorianos que os estão a defender e sempre em alerta relativamente aos seus direitos e aos seus interesses, mas querem fazê-lo sem pôr em causa nem o Governo da República, nem o Programa do Governo da República e sem pôr em causa os donos do dinheiro, ou seja, os senhores querem cantar e assobiar ao mesmo tempo, que é coisa que sendo sapo, rã ou escorpião é impossível de fazer.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Portanto compreendemos o nervosismo e a agitação.

Compreendemos o nervosismo e a agitação, diria até mesmo, algum ressentimento, para não lhe chamar birra, que foi aqui um termo já utilizado ao longo destes dias de plenário, porque os senhores estão habituados a terem o monopólio da defesa dos açorianos e das açorianas.

Têm o monopólio da possibilidade de criarem todos os consensos, todas as possibilidades de alargamento e toda a negociação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Deputada, assuma!

A Oradora: Os senhores são donos, consideram-se donos disto.

Tenho uma novidade para os Srs. e para as Sras. Deputadas destes dois Grupos Parlamentares: habituem-se! O BE não desistirá nunca de defender os interesses de quem votou em nós e de quem nos colocou aqui para os representar.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Temo-lo provado duma maneira contrária que é, votando favoravelmente propostas de todos os partidos, da esquerda à direita neste Plenário, até do Governo, sem nenhum preconceito ideológico, coisa que as duas bancadas são capazes de não pôde afirmar com tanta tranquilidade.

Da mesma maneira que votamos e continuaremos a votar todas as propostas que responderem à defesa dos direitos e dos interesses dos açorianos e açorianas, da mesma maneira estamos disponíveis para encontrar os consensos alargados que forem possíveis, sem abdicar da nossa matriz ideológica e sem abdicar da única razão de ser pela qual o povo nos pôs aqui, defendê-lo. O monopólio não é vosso. O monopólio é desta casa, é de todos os Deputados e Deputadas que aqui estão representados.

Finalmente quanto àquele negócio estapafúrdio que eu, na minha humildade, reconheço, que o Sr. Deputado Jorge Macedo já aqui formulou mais duas ou três vezes, mas que continua exactamente na mesma, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Macedo o seguinte.

Em 2010, o ano passado, a ANA entregou ao Estado cerca de 27 milhões de euros em dividendos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por que é que a Sra. Deputada prescinde disso?

A Oradora: O esforço financeiro do Estado para com esta empresa ficou nos 2 milhões.

O que é que isto quer dizer Sras. e Srs. Deputados? Esta é uma empresa altamente apetecível e, sim senhor, o Governo da República vai privatizá-la, vai entregá-la à privatização.

Mas, e agora aí é que entramos no negócio do Sr. Deputado Jorge Macedo, vai fazer assim: vai entregar à privatização os aeroportos que dão lucro. Quais são? Os do continente.

Quem é que fica com os aeroportos dos Açores e da Madeira, porque o do Funchal também não dá lucro, ou seja, quem é que fica com o prejuízo e vai pagá-lo? O público.

Quer dizer o quê? Os bolsos de todos os contribuintes deste país, que já estão esmiçados até ao limite.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Esse é o bom negócio que o Sr. Deputado Jorge Macedo quer garantir para os donos do dinheiro e esse é o mau negócio que o Sr. Deputado e a sua bancada não querem garantir para o povo português e para os contribuintes açorianos.

Portanto, o negócio que o senhor aqui propôs eu percebi, Sr. Deputado, só que o senhor está dum lado da barricada e eu e a minha bancada estamos do outro lado. Cada um está na barricada que escolhe e assume a responsabilidade dessa escolha.

Finalmente, compreendo tudo aquilo que acabei de dizer, há uma coisa que eu não compreendo e seguramente nenhum açoriano ou açoriana compreenderá, que a bancada do PSD e do CDS votem contra uma proposta que defende e acautela objectivamente os interesses dos contribuintes desta Região e já agora, do País, pelo simples preconceito ideológico de que no caderno de encargos dessa privatização (da mesma maneira que até há uns meses atrás deveria lá estar e o BE defendeu que deveria lá estar no caderno de encargos a

responsabilidade e o compromisso da ampliação do aeroporto da Horta) fique claro que “quem come a carne, tem que comer o osso”. Não pode ser o público e o contribuinte português que já não tem mais para dar a pagar tudo aos donos deste país e aos donos do dinheiro.

Os senhores não têm maneira de explicar isto aos açorianos e açorianas.

Foi por isso que ontem à pressa foram arranjar uma proposta.

Deputado João Costa (PSD): Quem é que veio à pressa alterar a proposta?

A Oradora: Se estivessem tão preocupados de certeza que não era ao fim do dia, quando viram a do BE, com Pedido de Urgência, e não podiam de maneira nenhuma concordar com ela porque “ai Jesus”, metia a mão um bocadinho no bolso dos donos dinheiro. Foram à pressa elaborar esta para irem ter com o escorpião e perguntar se esta não seria melhor, já que penalizava um bocadinho os contribuintes.

Ah, mas as grandes empresas e os grupos financeiros ficavam a salvo e ficavam com o *filé mignon*.

Deputado João Costa (PSD): Tanta demagogia!

A Oradora: Eu não sei Sras. e Srs. Deputados se conseguiram ou não, porque nós só votaremos esta proposta daqui a algum tempo, agora uma coisa digo, esta proposta que os senhores aqui apresentam é cantar e assobiar.

O povo português e o povo açoriano está farto de ouvir cantar e assobiar ao mesmo tempo.

Os senhores têm que se decidir definitivamente de que lado, estão.

Aliás, já decidiram. Continuam nesse lado. Nós estamos neste e é aqui que vamos continuar.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira constatação, da intervenção inflamada, da Sra. Deputada Zuraida Soares: já disse de manhã que a senhora abdicou da sua matriz ideológica, a

senhora abdicou da sua doutrina do BE. O que faz com a sua proposta é juntar aos donos do dinheiro.

Aos donos do dinheiro que o seu líder nacional bem identifica no seu livro que escreveu.

Deputado Francisco César (PS): E a proposta?

O Orador: Aos donos do dinheiro, que é quem está no Governo. Aos donos do dinheiro que segundo o seu líder nacional, a senhora sabe quem são.

Portanto a senhora abdicou de todos os princípios, de tudo o que vinha defendendo até agora e juntou-se aos donos do dinheiro, com esta proposta. Foi isso que o BE fez.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tente, Sr. Deputado, tente!

O Orador: A senhora vergou-se perante os donos do dinheiro e abdicou de um dos vossos princípios, que é uma taxa sobre os dividendos dos burgueses accionistas.

Isto era altamente irresponsável o que tinha aqui, isto era quase crime, isto é, os accionistas, sem culpa nenhuma, que fossem accionistas dum banco, por exemplo...

Deputada Zuraída Soares (BE): É chamar a polícia!

O Orador: ... que tivessem acções da ANA, por exemplo, ou dessa empresa, iam pagar uma taxa ...

Deputado José Cascalho (BE): Coitadinhos dos accionistas!

O Orador: Oh Sra. Deputada, há muito português que tem em casa acções da PT, da EDP, ...

Deputado José Cascalho (BE): E não correm riscos?

Deputada Zuraída Soares (BE): Registo que o Sr. Deputado sente-se incomodado!

O Orador: O Sr. Deputado e os Srs. Deputados do BE se fizessem aquilo que pregam se calhar havia menos pobres, mas é se fizessem aquilo que pregam.

Se os professores universitários, da elite do BE, que são todos uma elite, que ganham milhares de euros por mês...

Deputado José Cascalho (BE): E quanto ganha um Deputado? 500 euros por mês?

Presidente: Sr. Deputado, volte à resolução, por favor. Vamos recentrar o debate na Resolução.

O Orador: Estou dentro do debate. Estou a falar dos donos do dinheiro e estou a responder à Sra. Deputada Zuraída Soares. Estou dentro do sector financeiro. Portanto, se o BE fosse coerente com aquilo que prega, naturalmente haveriam menos pobres. Mas não! É pobreza para os outros e riqueza para eles!

Deputado Francisco César (PS): Oh! Fantástico!

O Orador: Essa vossa demagogia barata, não é ao pacote, é à tonelada, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Deite o veneno todo, deite cá para fora que isso faz bem!

O Orador: ... já foi bem expressa no último acto eleitoral, onde os senhores caíram para metade do vosso Grupo Parlamentar e ainda vão cair mais na próxima votação.

Os senhores realmente não têm doutrina, não têm ideologia, nem têm um projecto para Portugal.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não temos nada. Mas posso continuar aqui, ou tenho de me ir embora?

(Risos dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o senhor citou, e bem: “ponderando eventual”.

Acho que responde a todas as suas questões.

Vou ler-lhe o que está na Troika, assinada pelo Primeiro-ministro, José Sócrates.

Quando os senhores já bradavam cá, ...

Deputado João Costa (PSD): Com o apoio de Carlos César!

O Orador: ... contra a privatização da ANA, nunca ouvi os senhores dizerem: temos a garantia de José Sócrates que no acordo da Troika, estão salvaguardados os interesses dos Açores.

Temos a garantia do nosso Primeiro-ministro, do nosso José, que não vai permitir isto.

Então vamos ler o que está escrito no acordo da Troika, assinado por José Sócrates: “o Governo acelerará o programa de privatizações. O plano existente para o período que decorre até 2013, abrange a área dos transportes (Aeroportos de Portugal, TAP e a CP Carga)”. Três empresas e depois diz quais são as primeiras a serem privatizadas e é a TAP, na área dos transportes, até ao final de 2011.

Diz ainda: “O Governo identificará na segunda avaliação trimestral, duas empresas adicionais para serem privatizadas do lote da EDP e da REN, até ao final de 2012. Será elaborado um plano actualizado de privatizações até 2012”.

Portanto, Sr. Deputado, quem negociou isto foi José Sócrates. Quem aceitou isso foi Carlos César.

Deputado Francisco César (PS): E não negociaram?!

O Orador: Só por pura guerrilha partidária ao Governo da República é que é entendível essa vossa posição, de acordo, com o BE.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então foram à Troika fazer o quê?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Só por esse aspecto é que se percebe a vossa posição e vêm para aqui dizer, responsabilizar quem tomou posse há umas semanas, quando foram os senhores que assinaram. Nós o que é que dizemos? Vamos cumprir o compromisso do Governo de Portugal, quando estávamos na oposição.

O que é que o PS a nível nacional diz? O limite é a Troika.

Sr. Deputado Berto Messias, o limite máximo, disse V. Exa. é o acordo da Troika. O limite máximo está aqui, é isso que o senhor e o PS têm que cumprir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma última intervenção para esclarecer dois ou três pontos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, então se a senhora acha que o que é certo seria a privatização de todos os aeroportos actualmente detidos pela ANA, a senhora deveria ter dito e ter escrito isso na sua Proposta de Resolução.

A senhora o que disse foi: o PSD está a favor daqueles que comem a carne e querem que os açorianos comam os ossos.

Sra. Deputada, então o seu Projecto de Resolução não está bem redigido.

O seu Projecto de Resolução diz que vão haver aeroportos que vão ficar de fora. Está lá escrito.

Então se vão ficar de fora o seu Projecto de Resolução devia dizer: defendemos, ou recomendamos que no processo de privatização da ANA todos os aeroportos actualmente detidos pela ANA sejam incluídos no pacote de privatização.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi substituído!

O Orador: Não é isso que está escrito, nem da primeira vez, nem na segunda, naquela parte que foi emendada pelo PS. Nem na primeira, nem na segunda isso foi escrito.

Aliás, na primeira apresentavam uma solução que podíamos ficar a chuchar no dedo, bastava que a Assembleia-Geral decidisse não distribuir dividendos.

Deputada Zuraida Soares (BE): 27 milhões de euros e não distribuía!

O Orador: Como sabe os dividendos são distribuídos por deliberação da Assembleia-Geral.

Na segunda versão, aconselhada pelo PS, apresenta um negócio que ninguém faz.

Deputada Zuraida Soares (BE): Faz, faz!

O Orador: Se a senhora faz desses negócios eu não quero sociedades consigo. Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Berto Messias, acho que fica evidente, não só neste debate, mas quase desde o princípio da semana, quem é que andou em queda livre.

Nós de vez em quando podemos tentar e arriscar uns saltos, mas resguardamo-nos porque levamos o pára-quadras.

Vs. Exas., a páginas tantas, quando iam a esbracejar pela queda livre, perceberam que não tinham pára-quadras e não têm pára-quadras porque aconselharam muito mal o BE. Aconselharam-no de uma maneira que não é praticável e não vos fica bem, como partido responsável que são, apresentar uma sugestão ao BE que ninguém cumpre. É uma solução que ninguém quer. É uma solução que denuncia única exclusivamente: “vamos apanhar uma boleia do BE porque dá jeito para fazermos uma guerrilhinha, o BE dá a cara e nós vamos atrás”. Pois é, saltaram em queda livre mas deixaram atrás o pára-quadras.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

***Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste debate importa clarificar duas questões.

Uma questão prévia a esta resolução é a existência, no âmbito do Memorando da Troika e no âmbito das intenções e do Programa do Governo PSD/PP, de decisão de privatização da ANA.

Não é isso que está aqui em discussão. O que está aqui em discussão é uma resolução onde a Assembleia entende e delibera no sentido de assegurar que no âmbito do caderno de encargos de privatização, fique assegurado que as taxas cobradas nos aeroportos da Região, se mantenham nos valores reais actuais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem paga?

O Orador: Quem é que paga?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exacto!

O Orador: Pagam os mesmos que pagam neste momento.

O senhor acabou de dizer uma coisa muito clara: a ANA é uma empresa que neste momento dá lucro...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda bem!

O Orador: ... incorporando nesse lucro, a exploração deficitária dos aeroportos dos Açores, ou seja, no âmbito da actividade a empresa tem um conjunto de

aeroportos mais rentáveis. Tem um conjunto de aeroportos menos rentáveis e o que nós queremos assegurar é que aqueles aeroportos que são menos rentáveis, que são os dos Açores, no âmbito dum processo de gestão meramente privado, passem a ser aeroportos que não passem a dar lucros e a única forma de dar lucro é aumentar em 260% as taxas cobradas.

É isto que está em questão, ou seja, no âmbito duma empresa e no âmbito dum caderno de encargos que é aquilo que o Estado pode fazer, assegurar um mecanismo de indexação da variação previamente, da variação das taxas dos aeroportos dos Açores, em relação ao valor cobrado actualmente. As empresas que se candidatarem à sua privatização têm em conta que uma das obrigações que têm é manter as taxas dos aeroportos dos Açores nos valores actuais.

É este o conteúdo funcional desta resolução, que é perfeitamente compaginável com um processo de privatização e é absolutamente compaginável com a gestão rentável da empresa, desde que a empresa assuma a gestão dos aeroportos no seu conjunto global, isto é, onde não tenha apenas uma visão dos aeroportos que dão lucro, mas que quem gere os aeroportos do país, incorpore todos os aeroportos, sempre salvaguardando que nos aeroportos dos Açores as taxas são as actuais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não existe! Eh, que baralhação!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor sabe que isso não se faz assim!

O Orador: Existe, como existe em qualquer processo de privatização, um conjunto de caderno de encargos que corresponde a uma estrutura de custos. Por outro lado existe uma estrutura de proveitos e é da conjugação dos dois aspectos que se dá o valor à empresa e é em função desse valor que os investidores dão um preço pela empresa.

É isso que está aqui em questão.

Se no conjunto dos aeroportos dariam prejuízo, evidentemente que isso não era apetecível do ponto de vista de privatização, agora no conjunto dos aeroportos dá lucro, o que faz com que objectivamente o que esteja aqui em causa seja exclusivamente não separar a carne do osso...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é isso que está no Projecto de Resolução!

O Orador: ... isto é, o que está aqui em questão é que quem comprar a peça tem que ter os custos sociais e económicos de funcionamento dos aeroportos nas regiões autónomas, juntamente com a rentabilidade dos aeroportos exteriores à Região.

Por outras palavras, que não obtenham aumento de rentabilidade de negócios àquele que existe actualmente, aumentando as taxas dos aeroportos dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente até porque o Sr. Vice-Presidente fez um *apport* importante ao debate na explicação daquilo que está em causa, aliás não se percebe como é que a oposição ainda não percebeu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores não sabem o que é que querem!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, gostaria muito e teria muito gosto em discutir consigo a proposta que está em cima da mesa, mas lamento dizer que V. Exa. nunca se referiu à proposta que está em cima da mesa, concretamente.

Eu gostaria de perceber se o Sr. Deputado Artur Lima tem novidades sobre o processo de privatização ou não da empresa ANA.

Tendo em conta as suas afirmações saberá mais alguma coisa que mais ninguém nesta casa sabe, porque chega a dizer: ponderar a privatização, poderá eventualmente não haver privatização.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia o papel da Troika!

O Orador: Aliás, isso tem sido recorrente nas afirmações do Sr. Deputado Artur Lima e recordo-lhe o que disse durante a campanha eleitoral sobre esta matéria.

Quando falava sobre o processo de privatização da ANA e sobre as perguntas colocadas pelo PS ao PSD, dizia o seguinte: “esta questão não faz qualquer sentido. Para se avançar para a privatização da ANA é preciso definir o que se

faz ou não ao aeroporto de Lisboa, é preciso ver o que se faz ao aeroporto da Portela...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso! Exactamente!

O Orador: ... e estudar as potencialidades de outras bases e pistas nas suas imediações”.

Acrescentou: “esta é uma discussão exotérica e estéril entre os candidatos do PS e do PSD”.

Portanto, eu gostaria de perguntar a V. Exa. se tem alguma novidade para nos dar e se já conversou com o seu Presidente, Dr. Paulo Portas, se haverá ou não privatização da empresa ANA. A avaliar pelas suas declarações, eventualmente isso poderá não ser uma realidade e não se verificar.

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Macedo, V. Exa. está em queda livre e contínua. Abriu o pára-quedas e percebeu que não tinha pára-quedas na mochila.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa é minha! Tem direitos de autor!

O Orador: As suas intervenções demonstram exactamente isso e é pior ainda do que aquilo que eu pensava, porque V. Exa. tem dito que esta proposta não acautela aquilo que o PSD defende, que o PSD tem outra proposta melhor. É pior do que eu pensava!

A entrada nos serviços da Assembleia da proposta do PSD e do CDS/PP vem efectivamente demonstrar que V. Exa. está em queda livre, porque abriu o pára-quedas e não tinha nada na mochila.

Peço desculpa ao Sr. Presidente por estar a falar doutro Projecto de Resolução, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não peça desculpa! Não pode!

O Orador: ... mas versa exactamente sobre a mesma matéria e permitam-me que vos leia aquilo que diz o texto resolutivo da proposta do CDS/PP e do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Leia tudo até ao fim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode ler!

O Orador: Peço-vos que recordem aquilo que está na Proposta de Resolução do BE.

A proposta do CDS/PP e do PSD diz o seguinte: “ a RAA resolve recomendar que a Assembleia da República e o Governo da República efectuem as diligências necessárias no processo negocial de privatização para que os custos de exploração e investimento dos aeroportos dos Açores, não sejam directa ou indirectamente suportados pela RAA ou pelos açorianos, garantindo a manutenção dos níveis da qualidade do serviço”.

É isto que diz a proposta do CDS/PP e do PSD.

Deputado Duarte Feitas (PSD): Finalmente o senhor falou muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Há falta, tem o *filé mignon*!

O Orador: Eu gostaria que Vs. Exas. nos explicassem então qual é a diferença da vossa proposta e da proposta do BE, que está aqui em discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para intervir.

Presidente: Não tem tempo, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não tenho tempo?

Então peço ao PS se me dá dois minutos para lhe responder.

Presidente: Se é para responder quanto tempo pede ao PS?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um ou dois minutos, é só uma resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Quanto tempo temos? Para depois não ficarmos sem tempo.

Presidente: Dão um minuto ao PP?

Deputado Berto Messias (PS): Um ou dois. Depende do tempo que nós temos.

Presidente: Têm 11 minutos.

Tem dois minutos, Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, exactamente para lhe responder, porque não tinha tempo como foi aqui dito.

Lamentar em primeiro lugar que tenha agora referido o Projecto de Resolução. Há-de fazer a justiça, de eu ter feito aqui o desafio e termos chegado a um largo consenso para discutirmos isso em Setembro.

Deputado Berto Messias (PS): Não estou a perceber!

O Orador: Foi essa proposta que eu fiz aqui na minha intervenção, que discutíssemos este projecto do BE e do PS, juntamente com esse que aí está em Setembro. Foi na minha primeira intervenção. Faça-me a justiça, que eu disse logo de entrada.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é que isso tem a ver?

O Orador: Porque eu agora não posso discuti-lo, Sr. Deputado. Portanto, não posso, nem podemos, estar a responder-lhe a uma coisa que os senhores se recusaram a querer fazer.

Portanto, não é agora que vamos discutir esse Projecto de Resolução. Tínhamos feito, sim senhor, em conjunto em Setembro. Para nós não há pressa em acelerar a privatização da ANA. Os senhores é que parecem estar com pressa de quererem privatizar a ANA.

É essa a preocupação do PS que quer privatizar e quer acelerar esse processo de privatização.

Ainda bem que me lembra Sr. Deputado, eu agradeço, as minhas declarações durante a campanha eleitoral e do meu Presidente Nacional exactamente manifestando as preocupações que ao privatizar a ANA devia ter-se uma série de cautelas. Cautelas, continuamos a manter e o que eu lhe citei Sr. Deputado é o Programa da Troika que aqui está e posso entregar-lhe, se V. Exa. quiser.

Deputado Berto Messias (PS): Eu tenho!

O Orador: Portanto o que eu lhe citei, os prazos de privatização, nenhum indica que a ANA será a primeira empresa a ser privatizada, na área dos transportes.

Ao que parece os senhores querem que a ANA seja a primeira empresa a ser privatizada, justamente porque vos dá jeito, ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... porque justamente não querem uma cooperação institucional e de lealdade para com o Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Eu já disse!

A primeira coisa que eu disse hoje de manhã foi que, não era bom que fosse privatizada!

O Orador: Portanto, os senhores com este Projecto de Resolução passam a ser os catalisadores do processo de privatização da ANA.

Não tenho mais tempo, tentei apenas responder às questões que o senhor me tinha colocado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chega-se ao fim do debate e começa-se a perceber que quer o PS, quer o Governo, através das palavras do Sr. Vice-Presidente, começam a “cair da burra abaixo”, porque afinal os senhores não querem aquilo que está na segunda versão da proposta do Projecto de Resolução do BE.

Deputado Domingos Cunha (PS): O que queremos é bom!

O Orador: Os senhores não querem aquilo que está lá escrito. O que está lá escrito é que vai ser separada a carne e o osso. Coisa que os senhores não querem.

Aliás, ouvi o Sr. Vice-Presidente dizer: “nós não queremos separar a carne e o osso!”

Então, o vosso conselho para o BE devia ser assim: “... efectuará as diligências necessárias no processo negocial de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, para que inclua todos os aeroportos actualmente detidos pela ANA”. É isso que os senhores querem!

Os senhores querem é que não se separe os aeroportos dos Açores, mas não é isso que está escrito aqui no Projecto de Resolução do BE. Os senhores entendam-se primeiro, depois expliquem-nos para tentarmos perceber.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é fácil!

O Orador: Fica mais difícil, sabe como? Quando os senhores pensam uma coisa, sugerem em escrita outra e aqui no Projecto de Resolução aparece uma coisa completamente diferente daquilo que os senhores pensam.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Acrescentaria outro ponto.

O Sr. Deputado Berto Messias desafiou o PSD a esclarecer quais eram as diferenças entre o Projecto de Resolução do PSD/PP e o Projecto de Resolução do BE/PS.

Deputada Zuraida Soares (BE): O PS? Não é um ponto de ordem!

O Orador: É uma força de expressão, Sra. Deputada, tal é a proximidade saiu-me o PS.

Mas qual é a diferença entre os projectos de resolução (esse que está aqui em discussão, que não é aquilo que o PS também quer e aquilo que nós apresentamos esta manhã, o PSD e o PP)?

Na vossa versão, na primeira edição é uma situação de altíssimo risco para os Açores e os açorianos. Bastaria que não houvesse distribuição de dividendos.

Na segunda versão é um negócio (julgo que os Srs. Deputados dizem todos que faziam, mas acho que nenhum fazia o negócio que propõem e que aconselharam o BE na sua proposta) que é pagar o prejuízo de aeroportos sobre os quais agora têm responsabilidade, mas no futuro deixam de tê-la, ou seja eu deixo de ter...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... sociedade consigo, isto quer dizer que a Sra. Deputada já não tem responsabilidade na gestão da minha empresa, mas empresta-me o seu cartão de crédito. É uma boa solução, mas é um negócio que ninguém faz.

Para terminar, Sr. Presidente, esclarecendo o Sr. Deputado Berto Messias e utilizando as suas próprias palavras: há outras soluções! Por isso mesmo o PSD queria chumbar o pedido de urgência de modo a que pudesse baixar à Comissão para que fossem encontradas outras soluções, utilizando as palavras do Sr. Deputado Berto Messias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

Ficou muito claro ao longo desta discussão aquilo que está em causa e aquilo que separa o PSD, o CDS/PP e o PS sobre esta matéria.

Também devo dizer que fica muito claro, porque agora já ouvimos da boca dos dirigentes e dos Deputados do PSD, aquilo que nunca conseguimos ouvir ao longo da campanha eleitoral e ao longo de todo o processo eleitoral.

Aquilo que está muito claro na discussão de hoje, é que o PS e o BE, enquanto proponente desta proposta, querem acautelar num processo eminente de privatização da ANA, que os custos desses aeroportos não são suportados pelos Açores, pelo orçamento da Região e pelos açorianos e aquilo que está muito claro por parte do PSD e por parte do CDS/PP é que querem que o lombo fique para os privados e os ossos fiquem para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais intervenções. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 14 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela nossa parte muito gostaríamos de ter havido aqui um entendimento mais alargado e mais consensual nesta casa sobre esta matéria.

Foi isso que nós procurámos fazer. Infelizmente foi isso que não se quis fazer.

Fala-se aqui muito em carne, em ossos, falou-se em osso para baixo, e carne para cima, duma maneira que quase que me parecia que já não se estava a discutir um Projecto de Resolução sobre uma privatização duma empresa.

Deputado Berto Messias (PS): Nunca discuti o Projecto de Resolução!

O Orador: Mas o que não escandaliza aos açorianos, o que não escandaliza ao PS e o que não escandaliza o BE foi o aumento de 400% na taxa no quilo de bagagem da SATA. Isso não escandaliza o PS. Superior aos 260% que são referidos eventualmente para as taxas de aeroporto da ANA.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O que é que isso tem a ver com o Projecto de Resolução?

O Orador: Portanto, há uns aumentos que escandalizam, outros não. É um peso e duas medidas e é isto que os açorianos têm que ficar a saber.

Por um lado, critica-se os 260% de aumento, e com razão. Por outro lado, quando se aumenta 400% o quilo de bagagem na SATA Air Açores, uma companhia de capitais açorianos, em que o Governo é accionista maioritário, isso aí já não é criticável.

O povo que pague porque o povo tem dinheiro para pagar a crise, o povo tem dinheiro para pagar, eventualmente, alguma má gestão. Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é o que diz quem aprova impostos extraordinários!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projecto de Resolução que acabou agora de ser votado, não há apenas duas posições, há três posições, porque há uma posição de partida, que é a não aceitação de que uma empresa com a importância que tem a ANA, e

ainda por cima uma empresa que tem resultados líquidos, seja aceitável e que haja uma demissão da nossa parte, da parte de alguns agentes políticos e que se aceite tacitamente a sua privatização.

Essa não é efectivamente a posição do PCP.

O PCP defende que a ANA não deve ser privatizada, não deve ser entregue ao sector privado, porque é uma empresa estratégica para a política aérea nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para uma declaração de voto.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a aprovação deste Projecto de Resolução vem ao encontro, exactamente, da não aceitação tácita pela parte do BE da privatização da ANA, provado pelo facto de há dois dias atrás, termos entregue na Assembleia da República um Projecto de Resolução que propõe e recomenda ao Governo da República que suspenda a privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, prevista no Programa do Governo e no Memorando de Entendimento, estabelecido com a Comissão Europeia, com o BCE e com o FMI.

Se isto é aceitação tácita, eu não sei o que é a não tácita.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar ao ponto seguinte da nossa agenda **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 46/2011 – “Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentar a urgência dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Uma palavra prévia antes de tentar explicar e convencer esta Câmara de que a questão é importante e urgente.

Lamentar, porque acho que é uma falta de consideração, não só por mim, mas por todo o Parlamento que não esteja aqui a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, quando este assunto está agendado há muito tempo.

Portanto nesse sentido eu considero que é uma má prática, não é democrático e senti-me desconsiderado ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estão 3 governantes sentados na bancada!

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me terminar.

... pelo comportamento da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação e espero que este comportamento dos Membros do Governo, em relação ao Parlamento e aos proponentes de iniciativas, não se volte a repetir. É muito negativo e quero que fique assinalada esta má prática, que penso que é uma má prática democrática. No fundo é desconsiderar os outros, não estar aqui para responder às questões que lhe devem ser colocadas e que tem obrigação, do ponto de vista do cargo que desempenha, de responder e tem obrigação de dignificar este Parlamento.

Portanto, isto fica aqui assinalado. Considero isto uma grave desconsideração.

Os senhores em relação a este assunto têm que ter mais humildade, humildade democrática de valorizar as opiniões dos outros, de valorizar a diferença, de valorizar quem pense de forma diferente.

Esta é a primeira nota que queria deixar em relação a este assunto.

Segunda nota, em relação aos testes PISA.

Como sabem os testes PISA transformaram-se em referências absolutamente fundamentais em relação aos sistemas educativos internacionais.

São realizados pela generalidade dos países da OCDE, por países que têm sistemas educativos muito avançados e outros que não têm, mas que querem perceber, querem diagnosticar a situação.

A importância dos testes PISA é tão grande e é tão urgente que esta decisão seja tomada neste Plenário que o próprio Governo Regional elaborou o seu Programa na área da educação e as medidas justificou-as através do diagnóstico que realizou aos testes PISA e aos resultados alcançados nestes testes em 2006.

Portanto, este conjunto de medidas (não vou ler, na discussão do diploma vou fazer essa referência) justificou que era de grande importância e que aqueles resultados, aquele diagnóstico que foi feito no âmbito dos testes PISA, era tão importante que serviu de base ao Programa do Governo Socialista e do Governo Regional que está em funções.

Por isso esta é uma importância transcendental em relação aos testes PISA, que são reconhecidos pelo próprio Governo Regional, por Vs. Exas.

Referir que sendo importante não se percebe como é que em 2009, o Governo Regional não acautelou que os testes PISA tivessem sido realizados na Região com a quantidade estatística suficiente para se poderem retirar elações em relação ao teste que foi realizado em 2009.

Sendo tão importante para o diagnóstico do Programa do Governo, em 2009 os senhores não quiseram saber se já estavam melhores, se já tinham ultrapassado essas dificuldades.

Não quiseram saber e na minha opinião, na opinião de muitos professores e de muitos Deputados o que acontece é que foram negligentes e relativamente incompetentes nesta matéria.

Agora, temos uma nova oportunidade e a nova oportunidade são os testes PISA que se realizam em 2012. São fundamentais, vão incidir sobre uma área em que a Região tem conhecido enormes dificuldades, que é a área da matemática.

Portanto, neste sentido é fundamental que a Região possa participar.

Para que isto fique definido a tempo, Sr. Presidente, as reuniões no âmbito da educação para estabelecer a forma como se irá aplicar os testes PISA e também a forma como os aplicadores serão formados, tem de ser definido até à primeira quinzena de Setembro, por isso solicitei a urgência em relação a este assunto.

O Governo Regional deve fazer tudo, entrar em contacto com o Ministério da Educação, que é quem tem competência nesta matéria, e dizer-lhe: nós queremos que a nossa amostra seja representativa. Nós consideramos que estes resultados são importantes para a Região. Nós consideramos que a aplicação deste teste é fundamental para se poder fazer um diagnóstico da situação e

prepararmos uma política educativa e procedermos a alterações, se as mesmas se mostrarem necessárias.

Isto é fundamental e temos que correr para que a Região ainda seja integrada.

A questão é muito simples, Srs. Deputados e Membros do Governo é só dizer-lhes isto: nós estamos interessados e assumimos a responsabilidade por fazer a aplicação na Região e vamos enviar-vos dois professores, dois profissionais no sentido dos mesmos poderem receber a formação e depois aplicar na Região.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

*** Deputada Vera Bettencourt (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que está agora em debate é a urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução da Representação do PPM, que recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012.

O Grupo Parlamentar do PS entende que a urgência deste Projecto de Resolução não se coloca, na medida em que não existe uma razão objectiva para apressar a sua discussão, até porque pela informação disponibilizada pelo GAVE a preparação, o estudo PISA de 2012, decorre até ao final deste ano.

Estando nós no início de Julho, temos assim tempo para analisar a iniciativa do PP, em sede de Comissão.

Já agora gostaria de fazer um pequeno esclarecimento.

Estamos aqui a discutir a urgência deste Projecto de Resolução, neste sentido o Governo Regional não tem a palavra, como está plasmado no Regimento desta Assembleia, pelo que a Sra. Secretária tinha conhecimento da orientação de voto do Grupo Parlamentar do PS, tinha motivos para se ausentar, por isso não está presente.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): É uma IPSS!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Duas referências muito breves à intervenção da Sra. Deputada.

Se partimos do princípio que independentemente dos dados que eu aqui trouxer, já está programado, os senhores vão chumbar, então eu pergunto-vos: isto é democracia? Isto é debate?

Evidentemente que estamos a debater a urgência, mas depois de debatermos a urgência, debatemos a iniciativa.

Deputada Nélia Amaral (PS): E se não for aprovada?

O Orador: Portanto, os senhores já estavam pré-programados, independentemente dos dados que fossem aduzidos nesta discussão, mesmo que alegássemos a aproximação do mês de Setembro e que as coisas têm que ser decididas muito rapidamente, independentemente dos argumentos.

De acordo com a Sra. Deputada, os senhores já tinham decidido que não e portanto a Sra. Secretária já não vinha, porque o Grupo Parlamentar do PS já tinha decidido chumbar o diploma.

Eu pergunto: isto é democracia? Para que é que servem os argumentos, meus senhores? O que é que estamos aqui a fazer se isto já está pré-programado?

Podíamos fazer uma pré-programação do que é que vamos chumbar, do que é que vamos passar e o debate não serve para nada. Não serve para nada porque tudo já está programado.

Portanto, não é desculpa.

Em relação ao Regimento só quem já tinha uma decisão pré-programada, independentemente do que ficasse provado no debate, é que pode dizer o que foi dito pela Sra. Deputada.

Para terminar, quero dizer-vos o seguinte: eu acho que o PS ao votar de forma negativa esta urgência, está a fugir às suas responsabilidades. Tem medo que o sistema educativo seja avaliado; tem medo que se vejam os resultados.

Comparando as medidas que forem implementadas, tendo em conta os resultados PISA 2006, quais são os que vamos ter agora em 2012?

Deputada Catarina Furtado (PS): Já saíram os de 2009, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores têm medo, porque o sistema educativo tem funcionado mal. Os senhores fogem dos resultados “como o diabo da cruz”.

Os senhores podem verificar os vossos resultados.

Deputada Nélia Amaral (PS): O que é que isso tem a ver com o seu projecto?

O Orador: Portanto o que aqui há é medo, medo, e já agora Srs. Deputados, muita, muita, muita irresponsabilidade.

Presidente: A interpretação da Mesa, que tem sido seguida nestes pedidos de urgência, é que o proponente pode falar duas vezes, mas todos os restantes Grupos só podem falar uma.

Já foi prosseguida por diversas vezes essa interpretação.

Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): Permita-me uma interpelação para fazer uma precisão, tendo em conta aquilo que foi dito.

Presidente: Rapidamente Sr. Deputado.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão ficou a ideia, que nós teríamos definido e planeado chumbar o diploma.

Aquilo que definimos e planeámos como ficou bem evidente na declaração da Sra. Deputada Vera Bettencourt foi chumbar o pedido urgência, ...

Deputada Pedro Gomes (PSD): É verdade, Sr. Deputado! Tem toda a razão! O rigor é assim!

O Orador: ... e não falarmos no teor do diploma em questão.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 55 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 43 minutos.

Presidente: Agradecia que retomassem os vossos lugares, para prosseguirmos com a nossa agenda.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Vamos passar para o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 2/2011 – “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região”**.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar a urgência.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo da República vai propor alterações ao IVA que decorrem quer do Memorando da Troika, quer do próprio Programa do Governo.

Não conhecemos toda a dimensão destas alterações, mas já sabemos algumas das áreas em que irão incidir: electricidade e gás, seguramente.

O Governo da República vai fazê-lo imediatamente como tem vindo a declarar.

A urgência do debate sobre a Anteproposta de Lei que trazemos a esta casa, é por demais evidente, no sentido de nos anteciparmos e garantirmos a defesa das empresas e dos cidadãos e cidadãs açorianos.

Se não decidirmos agora estaremos a abdicar da principal razão de ser deste Parlamento, ou seja, representar os interesses do povo açoriano e pugnar pela defesa dos mesmos.

É, portanto, urgente, do ponto de vista do BE, que o façamos já.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que aquilo que a Sra. Deputada acabou de dizer, afirmando que era por demais evidente a urgência, para nós é absolutamente evidente que a questão não é urgente, não é urgente, logo à partida, porque estando previsto efectivamente no Memorando, não no Programa do Governo, mas teremos oportunidade, se a urgência for votada favoravelmente, de a discutir.

O que nós temos em causa relativamente à questão do IVA sobre a electricidade e gás é que ela ocorrerá ao longo do quarto trimestre de 2011, isto é entre os meses de Outubro a Dezembro de 2011.

Por outro lado, teremos no mês de Agosto a primeira avaliação do cumprimento do próprio Memorando que pode trazer algumas alterações que não tornem tão evidente aquilo que a Sra. Deputada considerou evidente.

Nesse sentido entendemos que seria mais prudente analisar a questão não de supetão, como agora a Sra. Deputada entende ser necessário, mas analisarmos com critério, com prudência toda esta questão.

Aliás, faço-lhe lembrar que isso mesmo seria uma possível tarefa da Comissão de Avaliação do cumprimento do Memorando da Troika, que foi subscrito, pela Sra. Deputada.

Por todos esses motivos não votaremos favoravelmente a urgência.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Comungando das preocupações enunciadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares e até, digamos, relativamente às questões do IVA, na opinião da Representação

Parlamentar do PCP, penso que o assunto deve ser mais alargado do que apenas à questão que está no objecto da proposta do Projecto de Resolução.

Há ainda tempo suficiente para o podermos analisar, por isso o PCP votará contra a urgência, porque entendemos que este assunto deve merecer uma análise mais aprofundada e mais abrangente do que aquela que é proposta no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção relativamente breve, porque penso que já foi muito bem explicado pelos meus antecessores, o facto de não haver urgência em discutir neste momento esta questão relacionada com o IVA, até porque entendemos que não estamos em tempo de fazermos malabarismos políticos sobre matérias tão importantes e de tão grande responsabilidade.

Aquilo que se quer é que haja uma unidade nacional em momentos tão difíceis que o país atravessa e a Região não está dissociada dessas grandes dificuldades.

Portanto, o CDS irá votar contra essa urgência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares. ***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um ou outro esclarecimento relativamente a algumas afirmações aqui feitas.

Disse o Sr. Deputado António Marinho que este aumento não constava do programa da Troika, faz parte do ponto 5.15. Está lá claramente “aumentar a taxa do IVA na electricidade e no gás, bem como tributar em sede de impostos especiais, o consumo da electricidade”. Está aqui claramente.

Disse também o Sr. Deputado António Marinho que esta é uma questão que eventualmente só se colocará em termos de decisão do Governo da República, lá para Outubro.

Faço recordar a esta casa que nós voltaremos aqui apenas em Setembro, ou seja se aquilo que a nossa iniciativa legislativa pretende é acautelar com antecipação este aumento, penso que não é em Setembro que viremos a tempo de o fazer.

Finalmente, para nós isto não se chama supetão, chama-se antecipação e chama-se acautelamento dos interesses das nossas comunidades. Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 14 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora para a substância.

Para apresentar a Anteproposta de Lei dou a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE traz à consideração desta Assembleia uma Anteproposta de Lei que “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região”.

Sabemos que o Programa do Governo da República tem como matriz o Memorando da Troika.

Sabemos que todos os protagonistas deste Memorando, os que o elaboraram, FMI, BCE e União Europeia e os que o subscreveram, PS, PSD e CDS, assumiram de forma clara e sem margem para qualquer tipo de dúvida que das políticas dele decorrentes têm efeitos recessivos, na melhor das hipóteses, para os próximos dois anos.

Sabemos que entre as suas mais gravosas consequências está o inevitável aumento do desemprego e sabemos também que este quadro será negativamente reforçado com a diminuição dos rendimentos das famílias e o aumento dos preços dos bens de todas as primeiríssimas necessidades.

Sabemos ainda que os açorianos não ficam de fora desta hecatombe, até porque serão duplamente penalizados no caso do aumento dos impostos, já não só do aumento generalizado do IRS, do IRC, do IVA, do IMI, do Imposto na Circulação Automóvel, etc, mas por outro lado também pela diminuição de benefícios derivados da nossa insularidade.

Acresce a inflação, normalmente superior à do continente, os baixos salários, como todos sabemos com níveis médios francamente inferiores aos do continente e a acentuada precariedade laboral.

Todos estes factores conjugados colocam aos açorianos um horizonte próximo de maiores dificuldades e agruras, na vida de cada um e de todos, em particular, dos mais pobres e das vítimas do desemprego.

É, portanto, neste contexto que o Grupo Parlamentar do BE propõe estas medidas sobre a incidência do IVA, na electricidade e no gás, por forma a minorar as dificuldades acrescidas das famílias e das empresas, também.

Estas medidas que discriminam positivamente os Açores são gotas no Orçamento Regional e no Orçamento de Estado, neste caso, através da expectável diminuição das transferências do Orçamento de Estado, por via da mutilação já exercida na Lei de Finanças Regionais e da indicação de que isto vai continuar, mas são oceanos na vida das famílias e das pequenas e médias empresas.

A electricidade e o gás são dois bens de primeiríssima necessidade, diria mais, são dois bens básicos, em qualquer lugar do mundo civilizado e absolutamente infra-estruturantes, seja numa casa de família, seja numa empresa.

Numa altura em que se antevê uma avalanche atentatória das condições de vida das pessoas, são este tipo de medidas mínimas, da salvaguarda de sobrevivência, da dignidade e dos postos de trabalho.

Muito se tem falado nesta casa, ainda ao longo dos últimos dias deste nosso Plenário, de consciência social.

Sras. e Srs. Deputados: está na hora!

Muito obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão social e as preocupações dos Governos Socialistas em relação à insularidade e às questões que afectam os açorianos, sempre foram um dos pontos principais da nossa agenda política.

Por isso, com o trabalho do nosso Governo e com o trabalho dos socialistas, temos hoje tarifas de energia eléctrica que são iguais às do continente, quando outrora os açorianos eram discriminados negativamente em relação às tarifas de energia eléctrica.

Essa é uma conquista bem batente da agenda política do PS/Açores e da defesa que nós fazemos do povo açoriano e dos Açores.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao gás, sabemos que o gás é uma energia utilizada em muitos lares e muitas famílias bem precisam dele. Temos hoje a garrafa de gás, como assim se diz, altamente subsidiada em tarifas, para conseguirmos que o gás tenha um preço melhor a favor dos açorianos em geral.

Por isso sabemos que os momentos que todos nós atravessamos, que a sociedade portuguesa atravessa em geral, e que os açorianos também estão a atravessar, são momentos difíceis e esse é um assunto que preocupa sempre este Governo Socialista e o PS, sempre em defesa dos Açores e dos açorianos.

Por isso gostaria de dizer que as medidas que o Acordo da Troika implicam, são sempre medidas difíceis e que nos preocupam.

Contudo, gostaria de colocar aqui uma questão ao BE. Quando o BE fala na competitividade das pequenas e médias empresas, eu gostaria que este assunto

fosse mais clarificado, em relação a esta matéria e à matéria de incidência de IVA sobre este consumo das empresas.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares, ainda relativamente àquilo que referiu na discussão do pedido de urgência, que aquilo que a senhora leu não foi aquilo que constava do Programa do Governo, mas aquilo que consta do Memorando.

Deputada Zuraida Soares (BE): Memorando de Entendimento!

O Orador: As únicas diferenças que a Sra. Deputada encontra na sua página 22 (“redução das isenções em sede de IVA e transferência de categorias, bens e serviços das taxas de IVA reduzida e intermédia, para taxas mais elevadas”) é a única referência que lá tem.

O que tem e aquilo que a Sra. Deputada leu, foi efectivamente no ponto 5.15 do Memorando, conhecido como Memorando da Troika, em que diz, para além, de em dois pontos, relativamente à necessidade de constituir alguma receita no valor de 410 milhões de euros com a receita do IVA, refere efectivamente cada um daqueles pontos que estão também definidos no Programa do Governo e acrescenta no 5.15 “aumentar a taxa do IVA na electricidade e no gás (actualmente é de 6%) bem como tributar em sede de impostos especiais, etc.”.

Aí, só no Memorando da Troika é que efectivamente tem a concretização relativamente a este grupo de produtos.

Isto só para que fique esclarecido. Eu tinha dito que não estava no Programa do Governo e não está no Programa do Governo essa concretização. Está no Memorando da Troika, não está ainda no Programa do Governo.

Deputada Zuraida Soares (BE): E chega!

O Orador: Naturalmente aquilo que o PSD sempre disse é que ia dar seguimento àquilo que vem no Memorando da Troika, portanto não temos dúvidas disso.

Mas temos efectivamente a questão da oportunidade e foi justamente por esse motivo que o PSD entendeu não votar favoravelmente a urgência. E porquê? Porque aquilo que os senhores propõem aqui para além daqueles epítetos que mereceu da parte da Sra. Deputada, merece mais um, em nosso entender, que é precipitação. Precipitação porquê? Precipitação justamente porque vai ser feita uma primeira avaliação do Memorando, no mês de Agosto, isto é daqui a um mês, e a senhora não sabe o que é que dali vem.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma notícia importante!

O Orador: Tem outra questão.

A senhora está nesta Assembleia, trabalha aqui em Plenário e trabalha também em Comissão e estas alterações ao nível fiscal, esta e outras, virão certamente a esta Assembleia para efeitos de parecer, a nível das Comissões onde poderemos introduzir elementos que possam modificar, se for esse o entendimento da própria Comissão que avalia.

Portanto, pode ter ao longo deste tempo que perdura até Setembro, que foi a data que a senhora referiu relativamente à realização do próximo plenário, a oportunidade em Comissão de fazer as propostas que bem entender.

Daí o ser considerado precipitação. Tem meios à sua disposição que lhe permitem salvaguardar aquilo que no seu entender é a defesa dos interesses dos açorianos.

Portanto, tem meios à disposição por isso não precisa discutir aqui de supetão. Tem forma de discutir estas questões, de as avaliar devidamente, de as avaliar criteriosamente, com cuidado, comparando o que se passa com este e com aquele produto.

Tem oportunidade de fazer um tipo de avaliação sobre isto muito mais circunstanciado e conseqüentemente levando as melhores decisões.

A senhora tem todas essas condições para o fazer.

Não o quis fazer, quis discuti-lo aqui num tipo de trabalho parlamentar que eventualmente pode levar a tomadas de decisões que sejam efectivamente precipitadas.

Mas não tem só isso.

Tem também (e que poderia fazer essa avaliação ao longo de várias horas) que analisar outras condicionantes para além daquelas que a senhora acabou de referir.

A senhora tem por exemplo, não sei se o Sr. Deputado Rogério Veiros o referiu, mas presumo que sim, um tarifário da energia eléctrica que é igual àquele que se verifica a nível nacional por força da existência de uma convergência de tarifário. Portanto, tem uma situação nos Açores que é semelhante àquela que existe a nível nacional.

E tem mais alguma coisa: tem o IVA nos Açores, que por força do Memorando passou, ou vai passar, para 20% de decréscimo relativamente àquile que existe a nível nacional, mas neste momento ainda é 30%, porque o IVA tem uma redução de 30% nos Açores, em função da adaptação do sistema fiscal nacional, previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A situação que os açorianos têm relativamente a quem vive no continente, é que tem um IVA que à partida já é 30% menor do que aquele que existe a nível nacional. Por isso, já tem aqui um segundo nível em que se constitui os Açores como excepção: tem o IVA menor e tem preços da energia eléctrica idênticos àqueles que se verificam a nível nacional.

Tudo isso são, em nosso entender, questões mais que suficientes, que deveriam ser ponderadas ao longo da análise deste processo e que levam a que naturalmente não consideremos esta Anteproposta de Lei, apresentada por parte do BE, como razoável.

De qualquer forma se é aquilo que a senhora pretende ouvir, porque os seus objectivos manifestamente podem ser esses, eu diria que para além de tudo o mais, e mantendo a nossa coerência, nós nunca poderíamos votar favoravelmente esta Anteproposta de Lei, do BE.

Nós demos o acordo ao Memorando. Nós concordámos com aquilo que vem expresso em todas as páginas do Memorando, está dentro, aliás, daquilo que o Sr. Deputado Berto Messias ao longo destes dias, considerou como o tal limite máximo existente.

Deputado Berto Messias (PS): Na perspectiva do Partido Socialista!

O Orador: Como nos comprometemos a cumprir aquilo que vem estipulado no Memorando, nunca poderíamos votar favoravelmente esta iniciativa do BE.

Acho que aquilo que seria necessário, em vez da precipitação que o BE aqui quis trazer, era acima de tudo prudência, seria necessário acima de tudo uma posição equilibrada por parte do BE que manifestamente não a teve, eventualmente porque tentou correr atrás de um qualquer prejuízo que tenha sofrido nos tempos mais recentes.

Nós nisso não alinhamos.

Deputados Pedro Gomes e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considerando, como tive oportunidade de dizer na urgência, de que esta questão aqui trazida pelo Grupo Parlamentar do BE, poderia sofrer uma melhor análise e aperfeiçoamento e dar-lhe uma maior abrangência, no entanto e salvaguardando esta posição, iremos dar o nosso apoio à Anteposta de Lei aqui apresentada pelo BE.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

O PPM teve oportunidade de afirmar que não concordava com algumas das medidas que estavam previstas no Memorando de Entendimento.

O que dissemos na altura é que consideramos que sendo o nosso País, o País que tem uma maior pressão fiscal da Europa e tendo a população portuguesa e a população açoriana em particular, que é o caso que estamos a discutir, condições de vida muito difíceis, cada vez mais difíceis e as pessoas às vezes não se apercebiam de quão é insustentável a situação de muita gente na nossa Região, é evidente que na nossa perspectiva esta proposta de aumentar ainda mais a carga fiscal sobre a população açoriana, não é exequível do ponto de vista social. Isto fará entrar em ruptura muitas das nossas famílias.

Esta iniciativa do BE, é uma iniciativa que acompanhamos. Acompanhamos nos argumentos que são utilizados e acompanhamos também em relação ao fim que pretende obter, porque é justo não só do ponto de vista social, mas também porque é justo para a nossa Região que sofre de condicionalismos muito específicos.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do BE.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Como fiz referência há pouco, da parte do CDS, disse e volto a referir que isto é uma matéria que tem que ser vista com muita ponderação e muita responsabilidade, porque não podemos dissociar-nos da actual conjuntura e do actual momento que – mais uma vez volto a frisar – o País e a Região atravessam.

Começo logo por relembrar que se Portugal teve que pedir ajuda externa foi porque não teve capacidade para cumprir os seus compromissos financeiros, porque se não, não estávamos aqui a discutir estas questões.

Nós sabemos quem foi que assinou o Memorando de Entendimento com a Troika.

Os Açores, como devem compreender, não podem ficar à parte de medidas que possam ser mais ou menos penalizantes para o todo do país, no qual a Região também se insere.

Gostaria de relembrar ao BE, porque parece que o BE nessas matérias também não quer saber a parte menos boa dos processos, mas já foi referido aqui por várias pessoas que me antecederam nas intervenções, que ao abrigo da convergência do tarifário, entre 2008 e 2011, foram suportados pela República custos, se assim quisermos chamar, no montante de 500 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Entre?

O Orador: Entre 2008 e 2011.

Esta questão de dizer que não temos que estar sujeitos às formas mais penalizadoras que possam advir do actual momento e dos actuais acordos,

parece-nos, no nosso ponto de vista, que não é uma forma responsável de estar na política e de fazer política. Existindo unidade nacional, e todos nós trabalhamos no mesmo sentido para tentarmos sair desta situação muito complicada que o país está, e da qual não se livrou nem um pouco mais ou menos, nem sabemos ainda qual será o futuro desta situação, não se pode estar aqui a tentar apresentar medidas que têm a sua bondade (em relação a isso o CDS não discute) mas que sem haver um consenso mais alargado, sem haver um trabalho mais exaustivo entre as várias forças políticas e partidárias que compõem o parlamento dos Açores, não nos parece que seja a melhor via para se chegar a boas soluções e a bons consensos.

Isto de propor medidas com carácter de urgência, para quem não tem responsabilidade e para quem não sabe qual é o impacto que se quer dessas medidas, é muito fácil vir aqui apontar estas situações.

Aliás, uma das questões que eu gostaria de levantar ao BE é se sabe qual o impacto que possa ter ao manter esta taxa no valor mínimo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Na Assembleia da República talvez teve!

O Orador: Escusa de estar com esses apartes Sra. Deputada Zuraida. O CDS, volto a referir, não está contra uma medida desse cariz.

O que o CDS diz e afirma é que elas não podem ser apregoadas com carácter de urgência sabendo que existe aqui toda uma conjuntura e uma estrutura que está montada e da qual não podemos estar dissociados. Não podemos estar dissociados do todo nacional e da própria União Europeia. Para umas coisas a União Europeia e a República servem, para outras não.

Não pode ser assim. Não é assim que vemos a política. Não é esse o nosso entendimento, sem nunca pôr em causa a nossa autonomia e a autonomia da RAA, enquanto Região efectivamente autónoma com o seu estatuto Político-Administrativo próprio.

Mas não é isso que está em causa, nem é disso que estamos a falar.

Estamos a falar duma questão que tem a ver com a área social e desse ponto de vista o BE ao apresentar esta medida nitidamente só tem um objectivo: ficar bem na fotografia!

O BE não se interessa se essa medida possa ou não passar. O BE quer é ficar bem na fotografia!

Aliás, não percebo por que é que o BE não abrange essa medida ao todo nacional. Não sei por que é que é só à RAA. Devia propor ao todo nacional até a questão da redução da taxa de IVA.

Isto é mais uma prova que nitidamente o BE está a fazer “partidarice”, está a fazer política local e não se interessa com o actual momento que estamos a atravessar e que requer muita ponderação, como estou a dizer.

Temos que ter essa consciência, o CDS tem essa consciência e tem essa responsabilidade.

Aquilo que foi dito também aqui é que existe ainda algumas medidas que estão em fase de trabalho, elas ainda não estão, que eu saiba, em execução, nem está prevista a sua entrada imediata em funcionamento.

Portanto, nós vamos com muito cuidado e responsabilidade acompanhá-las e no momento certo dar a resposta mais adequada e aquela que for possível ser dada atendendo a que estamos aqui numa articulação global e não numa articulação local.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

***Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

O PS assinou o Memorando com a Troika.

O PS é um partido que é coerente com os seus compromissos.

Deputado João Costa (PSD): Hoje notou-se!

O Orador: O PS sabe que o Memorando da Troika tem um conjunto de medidas que na sua maior parte não são populares.

O PS sabe que o Memorando da Troika tem muitas medidas que provavelmente levarão a uma instabilidade social.

O PS sabe até que há medidas neste mesmo Memorando que até poderão ser injustas.

Deputado João Costa (PSD): As coisas que o senhor sabe!

O Orador: Mas o PS também sabe que enquanto o actual enquadramento europeu não mudar, este Memorando de Entendimento é a única salvação do País e o país não pode ser relegado para segundo plano apenas por interesses de popularidade ou de ficarmos bem perante a população.

Este é o compromisso do PS assumido desde sempre, daí que em consciência, em coerência nós nunca poderíamos dar o nosso *agreement* a esta Anteproposta de Lei.

Aliás, muito me espanta nesta discussão, e permitam-me o aparte, que o Deputado Pedro Medina, esteja tão preocupado com este diploma, não apenas pela questão do Memorando da Troika, mas porque temos uma estrutura montada ao nível daquilo que é a fixação do preço dos combustíveis e da electricidade, quando ontem veio aqui, a esta mesma câmara, questionar o PS sobre a estrutura de fixação do preço dos combustíveis.

Ontem, ela era de desconfiar. Hoje, para isto já é uma boa estrutura de fixação de preços.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouvia mal!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Sr. Deputado, aconselho o seguinte, sem qualquer tipo de maldade, que tente preparar um pouco melhor a sua argumentação sobre esta matéria.

Mas dizia que nós tivemos e vamos tomar esta atitude por uma questão de coerência e por uma questão de defesa do interesse nacional.

Tenho pena que o PSD que hoje é tão coerente a defender o Memorando da Troika contra este diploma, que foi tão coerente agora a defender o interesse nacional contra este tipo de diploma, ontem por desejo quase insaciável de poder não tenha tido o mínimo de pejo quando todo o País estava contra as *Agências de Rating*, quando toda a Europa estava contra as *Agências de Rating*, de ir a favor dos argumentos das *Agências de Rating*, contra os Açores, contra os açorianos, contra as empresas dos Açores, contra todos os açorianos que necessitam de financiar na banca, só para poder dizer que as finanças regionais dos Açores estavam mal.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto é uma vergonha da parte do PSD, porque não teve qualquer pudor em pôr em primeiro lugar os seus interesses e depois os interesses dos Açores.

Sr. Presidente, não quero desviar-me do assunto mas esta é uma questão de coerência do sentido de voto e é uma questão de consciência daquilo que é o interesse nacional. Neste caso nós continuamos a defender o interesse nacional, quer esteja no Governo da República um Governo do PS, quer esteja no Governo da República um Governo do PSD. O interesse nacional para nós está acima de tudo. Pelos vistos para o PSD os únicos interesses que interessam são verdadeiramente os seus.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Eu realmente pedia que fizéssemos um esforço para nos fixarmos no nosso objecto, que tem a ver com o IVA e a electricidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após esta intervenção, em que ficou clara a nossa posição de voto em relação a esta matéria, eu queria aqui referir que coloquei uma questão ao BE sobre a competitividade das empresas em matéria de sede de IVA.

Além disso, gostaria de manifestar mais uma vez a nossa coerência em relação a estas matérias.

O PS está sempre preocupado com questões sociais, com os açorianos. Foi assim no tarifário eléctrico, é assim no preço do gás.

Gostaria também de dizer que percebemos a preocupação do BE em relação aos açorianos e às famílias açorianas.

Mantemos essa preocupação, contudo há medidas que nos vão custar a aprovar e há medidas da Troika que nos vão custar muito a aplicar, mas a nossa coerência é essa: o que dizíamos no passado, é o que dizemos agora e é o que

diremos no futuro, mas sempre com a preocupação de defender os Açores e os açorianos, por isso compreendemos a preocupação do BE.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida só para esclarecer o Sr. Deputado Francisco César sobre as considerações que fez em relação à questão dos combustíveis que foi trazida aqui à Assembleia, ontem. Sem me desviar do tema tenho que responder a uma afirmação que não corresponde inteiramente à verdade e fazer referência ao que está aqui em discussão, em relação a manter a taxa reduzida do IVA no gás e na electricidade.

O CDS não criticou a questão dos aumentos dos impostos, o que o CDS fez referência ontem e levantou a questão directamente ao Sr. Vice-presidente do Governo, foi de qual era a taxa de ISP que estava sendo aplicada. Para isso não teve resposta.

Depois perguntou também com essas variações que houve naqueles 12 dias de aumentar e depois descer progressivamente determinado tipo de taxas nalguns combustíveis, qual foi o impacto a nível da receita fiscal que o Governo tentou arranjar naqueles dias? Quanto a isso não teve resposta.

Presidente: Isso foi ontem Sr. Deputado. Vamos continuar.

O Orador: Cingindo-me à parte do projecto em si, não há nenhuma contradição da parte do CDS. Há aqui uma coisa que determinadas pessoas têm que se cingir: a grande questão em relação ao IVA.

O IVA não é um imposto nacional, nem regional, o IVA é um imposto europeu. Aquilo que a União Europeia desde o princípio sempre notou e tem caminhado para isso, é para uma harmonização fiscal no espaço comunitário e deixar de existir taxas reduzidas. Haver uma taxa única no espaço europeu.

Portanto, essa é a construção europeia que estava definida há uns tempos atrás.

Claro que vivemos numa conjuntura diferente e temos que proteger determinadas áreas sociais.

O CDS não põe em causa a bondade da proposta apresentada pelo BE. Também temos que ver exactamente o que é que o BE vai dizer em relação a essa matéria.

Agora, temos que ver isto como um todo. Não se pode pôr aqui medidas em cima da mesa só para ficarmos bem na fotografia perante as pessoas e elas depois na prática não terem execução nenhuma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): As voltas que isto dá!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuamos exactamente na mesma.

Se ainda agora eu afirmei que é impossível, dadas as contingências da natureza humana, cantar e assobiar ao mesmo tempo, agora diria que continua a ser impossível assobiar e cantar ao mesmo tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Tem direitos de autor!

A Oradora: Eu sei e pagá-los-ei todos porque acho absolutamente apropriado para o momento, mas tem de facto direitos de autor.

Relativamente à electricidade nós sabemos que vai haver uma redução no diferencial entre aquilo que existia, 30%, e vai passar a ser 20%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é a electricidade, é o IVA!

A Oradora: Sim o IVA da electricidade, relativamente à electricidade.

A Oradora: A seguir à redução deste diferencial vai haver, por imposição da Troika (está aqui escrito), um imposto especial sobre o consumo da electricidade.

Já vamos em dois. Dois aumentos, duas penalizações para as empresas que gastam electricidade, mais o aumento generalizado do IVA a nível nacional.

Já estamos em três.

A minha questão Sr. Presidente é esta: alguém levará a sério um Deputado desta casa que pergunta a um pequeno e médio empresário se ele sente que estes sucessivos aumentos do IVA, relativamente à electricidade não vão penalizar o

seu negócio? O seu lucro? A sua capacidade de subsistência e de sobrevivência?

Não vão.

Do ponto de vista do BE vão seguramente, não só as empresas, como disse na minha intervenção inicial, como qualquer lar, qualquer família, qualquer açoriano ou açoriana.

Bem sei que de acordo com o nosso Regimento e com a metodologia dos nossos trabalhos nós temos todo o tempo do mundo, Sras. e Srs. Deputados.

Do ponto de vista do BE, as pessoas concretas, as pessoas comuns que estão lá fora à espera que esta casa tome decisões em seu favor, não têm o tempo que nós temos. Não têm o tempo até Setembro, por uma razão simples, foi o Primeiro-Ministro que publicamente tem afirmado que até dia 30 de Julho há medidas, absolutamente essenciais, que passam pelo aumento dos impostos que têm que estar acordadas e definitivamente tomadas até 30 de Julho.

Depois dizemos aos açorianos: esperem lá, que nós Deputados e Deputadas regressamos em Setembro e então nessa altura vamos começar a preocuparmo-nos com a vossa vida e ver se temos respostas que possam fazer a diferença.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é se a senhora estiver cá em Setembro!

A Oradora: Será a postura da bancada do PSD e do CDS, e no caso também do PS, mas não é definitivamente a postura da bancada do BE.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E respostas?

A Oradora: As pessoas, os cidadãos comuns têm pressa. Têm pressa de boas notícias. Têm pressa de iniciativas que possam aliviar, nem que seja só um bocadinho, as muitas e muitas dificuldades com que se confrontam diariamente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Sim, é verdade que a agenda dos nossos trabalhos parlamentares, nem sempre é coincidente com a vida. Mas de quem é a culpa? É da vida? A vida é que se tem que adaptar à nossa agenda parlamentar, à interrupção dos nossos trabalhos parlamentares?

Esperem aí um bocadinho, suspendam tudo até o sacro santo, Memorando da Troika! Suspenda-se! Porque nós vamos ali e já vimos para depois continuarmos a tratar das vossas vidas.

Não, Sras. e Srs. Deputados, esta não é a postura deste Grupo Parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E respostas às perguntas?

A Oradora: Que fique registado que para o CDS, nas palavras do Sr. Deputado Pedro Medina, não há razões para não penalizar os açorianos do mesmo modo que se penalizam os outros portugueses.

Foi exactamente isto que o Sr. Deputado disse, ou seja, para o CDS não é responsabilidade defender os açorianos, mas é responsabilidade penalizar todos os portugueses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não foi! Não seja demagógica! Isso é falso!

A Oradora: Foi isto que o Sr. Deputado Pedro Medina disse.

Estou a ser seríssima.

Agora, não é possível, tudo é impossível. Não podemos, não senhor, mexer no IVA. Não podemos vir para a taxa mínima. A Troika não deixa! A Europa não deixa! Ninguém deixa!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não foi isso que foi dito.

A Oradora: Agora pergunto: por que é que a Irlanda pôde fazer há dias, exactamente, aquilo que agora nos dizem que nós não podemos fazer?

Por que é que a Irlanda, à revelia da Troika, à revelia da União Europeia, à revelia de todos os interesses contra os pobres, no caso o povo irlandês, pôde reduzir o IVA?

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Nós não podemos?

Quem é que manda afinal neste país? É o Governo da República, ou é a Troika e a Europa?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o BE! E as respostas às perguntas que foram feitas? Não sabe, não responde?

A Oradora: Esta é a questão que eu deixo a todos os açorianos e açorianas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção breve.

Sra. Deputada, efectivamente o imposto que está no Memorando da Troika sobre o consumo da energia eléctrica é um imposto europeu e que, pelas informações que este Grupo Parlamentar tem e por aquilo que nos foi permitido estudar sobre esta matéria, as RUP's estão isentas da aplicação desse imposto.

É uma norma e uma directiva comunitária, a qual nós pretendemos que continue a ser aplicada em relação às Regiões Ultraperiféricas, da qual os Açores fazem parte.

Isso sim, era efectivamente um imposto que incidia no consumidor final, neste caso, nas empresas.

Em regime de matéria de IVA, o IVA é um imposto que versa só sobre o consumidor final, ou seja, para os agentes económicos que são empresas, o IVA é dedutível. Para efeitos de tesouraria o IVA tem efeitos na empresa, mas em termos de custo das empresas, sejam elas de indústria, sejam elas de comércio ou serviços, todo o IVA é dedutível.

Por isso, Sra. Deputada, ao nível das empresas aquilo que os senhores alegam não tem efeitos na estrutura de custos finais das empresas.

Por essa matéria aconselhava o BE a ter algum cuidado quando usa este tipo de argumentação, nomeadamente em matéria tão sensível como é a matéria fiscal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Espelho, espelho meu, há alguém mais bondoso do que eu?

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a ver-se ao espelho? Depois do COMPAMID não há ninguém mais bondoso!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para fazer referência e refutar as declarações da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Em primeiro lugar para dizer que não diga palavras que não foram ditas aqui pelo Grupo Parlamentar do CDS, através da minha pessoa.

Não foi dito nada do que a senhora afirmou aqui há bocadinho, nomeadamente que o CDS não queria saber dos açorianos. Bem pelo contrário, o CDS fala verdade com as pessoas, o CDS não engana os açorianos e temos um objectivo que é ultrapassarmos todo este momento de grande dificuldade, trabalhando com todos, falando sempre a verdade e tendo sempre a consciência que não é com demagogias populares, demagogias que não têm execução mas só para ficar bem na fotografia apresentamos iniciativas nesta Assembleia.

A Sra. Deputada cometeu um erro, dito e bem pelo Sr. Deputado Rogério Veiros, falou no IVA das empresas, ainda se falasse no IVA do consumidor final, ainda poderia dar-lhe alguma razão, agora falar no IVA das empresas, sabe que isso não é verdade.

Não é verdade porque isso depois tem outro tipo de alternativas na forma da entrega do IVA. No futuro havemos de ver como é que ele vai ser entregue ao Estado.

Portanto, a senhora afirmou que era um custo para as empresas, quando não é um custo para elas.

Isso quer dizer que a sua própria iniciativa não tem grande argumentação, não tem o objectivo, efectivamente, de ajudar os açorianos e açorianas, tem apenas o objectivo de fazer uma tentativa de política populista de caça ao voto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Cumprir o Memorando da Troika!

O Orador: Há um conselho que vou dar-lhe Sra. Deputada: se quer fazer caça ao voto faça de uma forma mais simples, comece por falar a verdade.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Projecto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

Secretário: A Anteposta de Lei foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 13 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Após esta votação queria aqui deixar claro que o PS tem coerência e mantém coerência ao longo do tempo. Aquilo que defendíamos no passado, é aquilo que defendemos no presente e é aquilo que defenderemos no futuro, sempre a defender os açorianos e em prol dos Açores.

É essa a nossa postura e mantemos aqui nesta votação. Demonstramos que o PS não está a cavar nenhuma guerrilha, está sim exclusivamente preocupado em defender os Açores, defender os açorianos e continuar a governar os Açores seja ele qual for o Governo ou o Presidente da República que tenhamos ao nível da República.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte “**Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 47/2011 – “Suspensão da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde”**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente entendemos que é urgente discutir este nosso Projecto de Resolução, sobretudo porque ele visa, dado as especificidades que nós temos nos Açores, dado termos autonomia e dado não termos nenhum Plenário agora e só termos em finais de Setembro, algumas adaptações de tabelas nacionais e de algumas medidas regionais que se podem tomar.

Portanto, achamos urgente que isto seja discutido e com certeza se merecer a aprovação aqui nesta casa, para que seja adiado para 2012.

É urgente, é a altura que o podemos fazer porque não temos mais nenhum Plenário tão proximamente e a urgência justifica-se por isso e pela própria substância do diploma em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, operadas pelo Decreto Regulamentar Regional nº. 16/2011/A, de 28 de Junho estão sendo aplicadas na RAA, com ponderação e normalidade.

O Grupo Parlamentar do PS entende votar favoravelmente a urgência da Projecto de Resolução “Suspensão da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo CDS/PP, porque o tratamento proposto da sua implementação deverá ser debatido e discutido de imediato.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte, à substância do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para apresentar o diploma.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena que as taxas moderadoras, sendo um assunto que vai mexer tanto na vida dos açorianos, não tenha sido trazido a esta casa para ser discutido por Decreto Legislativo Regional.

O Governo refugiou-se mais uma vez na sua auto-sabedoria para impor através de Decreto Regulamentar Regional. É pena que não tenha querido discutir connosco aqui a implementação das taxas moderadoras.

Começo por citar um grande socialista que todos reconhecerão, pai do Serviço Nacional de Saúde, António Arnaut. Ele refere-se apenas a um aumento, ele nem se refere à taxa moderadora em si.

Diz o seguinte: “quando um Governo aumenta as taxas moderadoras é porque já ultrapassou as fronteiras da razoabilidade.

Considerando a alteração, mesmo implicando apenas um pequeno aumento, tem um significado verdadeiramente anti-ético”.

Mais à frente dizia António Arnaut: “um socialista ético, não pode tomar uma medida destas”. Criticou então António Arnaut.

Defendia e frisou o princípio ético do estado social, onde cada um deve pagar os impostos, segundo as suas possibilidades.

Criticou ainda mais à frente os dividendos da PT.

Desde os anos 70, Arnaut ainda hoje resiste às taxas moderadoras. Arnaut é um socialista ético, tem resistido sempre às taxas moderadoras. É coerente.

O que nós verificamos aqui nos Açores é que acabou a resistência às taxas moderadoras.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Uma satisfação!

O Orador: Portanto, nas palavras de António Arnaut, do socialista António Arnaut, é de lamentar e lamentaria com certeza que nos Açores se tivessem introduzido taxas moderadoras.

Resistiram enquanto puderam e a pergunta é: por que é que não resistiram mais uns meses? Essa é a primeira pergunta.

Por que não implementaram as taxas moderadoras apenas em Janeiro 2011?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): 2012

O Orador: 2012. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Decreto Regulamentar Regional nº. 16/2011/A é claro: “deste modo a consolidação orçamental no sector da saúde obriga a que se tomem medidas promotoras da utilização eficiente dos recursos e da diminuição da despesa”.

Eu gostaria de saber em que é que isto contribui para a diminuição da despesa.

Deputado José San-Bento (PS): Contribui e o senhor sabe que contribui!

O Orador: É evitando que as pessoas vão aos serviços de saúde?

Quais são as medidas que o Governo tomou para a diminuição da despesa? São essas as questões, logo de início que têm que se fazer quando se dizia aqui

ontem que os açorianos não consumiam saúde. Bom, é o principal objectivo moderar a procura pelos serviços, combatendo a sua má utilização.

Um açoriano que está doente, coitado, faz uma má utilização do Serviço Regional de Saúde.

Nós propúnhamos que se implementasse até 31 de Dezembro de 2011 uma tabela de isenções adaptada à realidade regional.

Como sabemos está a ser revista na República a tabela de isenções e até o seu valor. Por que não esperou o Governo Regional pelas medidas? Por que não esperou, já que adaptou não teve capacidade para fazer uma tabela regional de isenções? Não teve capacidade para fazer uma tabela regional relativamente às análises clínicas. Não teve essa capacidade, limitando-se a copiar o que existe, feito a nível nacional.

Onde é que está a autonomia? Onde é que afirmou a autonomia o Governo Regional e o Secretário da Saúde nesta matéria? Onde está a autonomia? *Copy-paste*. Igualzinha. Com mais uma agravante, é que dizem que agora é só um terço da tabela nacional, mas faltam os outros dois terços, previstos aqui na Portaria, que podem vir a ser aplicadas noutras taxas moderadoras, a outros exames como a cardiologia e por aí fora.

Portanto, o que os açorianos sabem é que hoje sabem o preço de uma, que são as consultas.

Implementa também outra medida, eficazmente, “meios electrónicos de pagamento diferido”. Não existe. Devia ter.

Introduz “e operacionalize o regime de isenções através da identificação do utente do Serviço Regional de Saúde, com o Cartão Regional de Saúde”, o Cartão de Utente, medida emblemática de 2002 deste Governo socialista.

Para que serve o Cartão do Utente? É esta a pergunta que se pode fazer.

Agora, o Governo precisa consolidação orçamental para pagar a fornecedores que têm meses de atraso, meses de atraso. O Governo precisa urgentemente de dinheiro.

Portanto, pelo lado do combate ao desperdício, pelo lado do combate à despesa não há nada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Há pelo lado do aumento da receita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Cartão de Utente já está em vigor em 2011? É a pergunta.

Foi um investimento reprodutivo? Um bom ou um mau investimento?

Quanto se gastou no Cartão de Utente?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O senhor já disse!

O Orador: Talvez hoje, não tivéssemos chegado aqui.

Mas há mais: esbanjamentos, mau planeamento, má gestão que levou a que se chegasse aqui.

E o SIS-ARD? E o tal sistema de informatização do Serviço Regional de Saúde, onde é que está? Que permitia os utentes circularerem, os processos circularerem sem o utente, enfim, todas essas coisas. Quanto se gastou nesse processo?

Quanto se gastou: Cartão de Utente, SIS-ARD? Dois exemplos.

Por que não se implementou ainda as unidades de saúde de ilha nas ilhas com hospital, de modo a promover a racionalização? Por que não se fez?

Portanto, o que os senhores fazem até hoje é pura e simplesmente ir buscar dinheiro à pressa, eu até poderia dizer que a justificação primeira do Governo é o financiamento do centro de radioterapia.

Pergunta: quando vai estar pronto o Centro de Radioterapia dos Açores?

Quando vai estar a funcionar o Centro de Radioterapia dos Açores?

Por que é que o Governo precisa de dinheiro para financiar esses tratamentos?

Até agora um doente no Serviço Nacional de Saúde, pagou um tratamento de radioterapia?

Vá tomando nota, para não se esquecer Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Eu estou tomando nota!

O Orador: Algum doente, no Serviço Nacional de Saúde, mandado pela RAA, pagou algum serviço de radioterapia?

A pressa de implementar a taxa moderadora é fazer um mealheiro. Será um mealheiro ou será um pagamento por conta, inaugurado pela primeira vez na RAA?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É para financiar o centro de radioterapia ou é para obter receita imediata para pagar as dívidas imensas a fornecedores que existem hoje em dia?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isto é que é preciso saber se é verdade ou não, Sr. Secretário.

Há outra coisa que precisava aqui acertar e que os senhores também não falam, que é a discriminação entre açorianos.

Um faialense, qual é a hipótese que tem de ir a uma urgência do Centro de Saúde, que é mais barata que uma urgência do hospital?

O açoriano do Faial é penalizado, em relação ao açoriano dum concelho que tenha centro de saúde e hospital.

Um açoriano de Angra do Heroísmo também tem a mesma penalização.

Onde é que funciona a urgência do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo?

Esse não tem alternativa, tem que ir à urgência do hospital e vai pagar 50% mais. Paga no Faial e paga no concelho de Angra do Heroísmo.

Onde é que está a justiça destas medidas socialistas?

Deputado José San-Bento (PS): Está a brincar com estas coisas!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor está a negar que isto é verdade?

Presidente: Faça favor de continuar. Não entre em diálogo.

Deputado José San-Bento (PS): Estou perplexo com a sua demagogia!

O Orador: Sr. Presidente, não estou a entrar em diálogo, estou a responder a um aparte, o que também é absolutamente regimental.

É absolutamente patético, quando a um diabético se exige que leve uma certidão a confirmar que é diabético. Isso aconteceu ontem.

Ele não tem o livro do diabético? Não tem aquele livrinho verde que diz que ele é diabético? Para que é que tem que ir buscar uma certidão?

É outra questão que deveria ter sido acautelada.

Depois, as declarações dos doentes crónicos: um doente com HIV - os senhores que são tão cautelosos - vai levar escrito numa declaração, para entregar a um administrativo “eu tenho HIV”, eu tenho SIDA. É isso que os senhores querem?

Um doente que seja seropositivo vai andar a divulgar pelas unidades de saúde onde vai, (isso são informações que devem estar apenas no processo clínico) a um administrativo que é seropositivo? Vai andar a divulgar isso? Onde é que está a privacidade dos doentes?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, ontem, aqui, era a questão dos dois macitos de tabaco, não percebi de que marca, a taxa moderadora, mas os senhores esconderam a verdade mais uma vez aos açorianos.

Vou dar-lhe um exemplo, preciso muitos macinhos de tabaco para pagar isto, a tabela nacional de análises clínicas: o valor pago por um açoriano é exactamente o valor pago por um continental. Nem isso o senhor foi capaz de alterar. Nem isso o senhor foi capaz de mexer que adoptasse a nomenclatura que é a nomenclatura internacional, da Ordem dos Farmacêuticos e da Ordem dos Médicos. No valor da taxa o senhor não mexeu. Onde é que está a autonomia, Sr. Secretário? O senhor taxa exactamente ao mesmo preço um açoriano como os continentais são taxados. Onde está a autonomia, Sr. Secretário? Por que é que não fez umas adaptações?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Autonomia é um capricho? É um capricho do legislador?

O Orador: Não, aqui dizia que eram mais baixas do que no continente as taxas. Não são, não é verdade.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): São globalmente!

O Orador: Nas análises clínicas são iguais.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não são!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): São mais baixas!

O Orador: Eu tenho aqui a tabela nacional e a dita tabela regional que o senhor fez *copy-paste* que é igual. Igualzinha!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É igual. Sempre dissemos que eram iguais, nunca escondemos isso de ninguém!

O Orador: As taxas nos Açores são iguais às taxas no continente.

Agora imaginemos e aqui é que está o que os senhores não disseram aos açorianos: um açoriano vai fazer uma consulta de rotina, vai a um centro de saúde. Pagou a sua taxa moderadora, os tais dois euros, o tal macito de tabaco, e o médico prescreveu o seu exame de rotina de análises clínicas, o mais simples, o mais básico que está nos cuidados básicos.

A esse açoriano Sr. Secretário, o senhor vai dizer quanto é que ele paga de taxa moderadora, que foi o que o senhor omitiu aqui ontem.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Omiti, o quê?

O Orador: Quanto é que paga um açoriano que vai fazer análises?

O senhor diz que é a tabela em vigor a nível nacional, mas as pessoas ainda não começaram a aperceber-se disso.

Hoje já tive duas pessoas que se aperceberam disso: uma pagou 17€ pelas suas análises, mais 2€ pela consulta. 19€, Sr. Secretário!

Portanto, a teoria do macinho de tabaco, arrumamos.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É quase um volume!

O Orador: Os senhores vão ter que arranjar outro termo de comparação.

Portanto, um aumento brutal que foi aqui escondido. As taxas eram mais baixas que no continente ...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): E são!

O Orador: Já pus aqui várias incongruências que os senhores não conseguiram resolver e portanto os maus investimentos que levaram a que nos Açores a resistência tenha acabado.

No mínimo, num exame de rotina, numa consulta de rotina anual no seu médico, um açoriano vai pagar entre 17 e 30€ por análises normais, porque se for fazer marcadores tumorais e por aí fora pode chegar a mais de 50€, o que se paga numa análise clínica, Sr. Secretário. Estes não estão isentos, porque não estão na categoria de doentes com cancro.

Eu quero saber se tenho cancro e vou ao meu médico e ele passa-me análises. Se tiver de fazer determinados marcadores tumorais e outros exames específicos passa dos 50€ aquilo que um açoriano tem que pagar.

São essas explicações para já, das perguntas que lhe fiz. Fico à espera.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao ler os considerandos do Projecto de Resolução do CDS/PP, estranhei dois factos: estranhei quando cheguei à parte resolutiva e estranhei porque (e o Sr. Deputado Artur Lima certamente terá oportunidade de confirmar se isto que eu vou dizer corresponde ou não à verdade) julgo que o CDS/PP defende o princípio do utilizador/pagador e logo as taxas moderadores.

Julgo que V. Exa. defende as taxas moderadoras. Certo?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim, aplicadas com dignidade!

O Orador: Isto tem que ficar claro. O CDS/PP defende as taxas moderadores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim, sim.

O Orador: Depois quando li os considerandos pensei que a parte resolutiva terminaria logo na alínea a), isto é “suspenda de imediato a aplicação de taxas moderadoras ao Serviço Regional de Saúde”, mas não. Tem depois então aqui mais quatro alíneas, aliás eu nem acabei de ler a alínea a), uma vez que a suspensão proposta é só até 31 de Dezembro de 2011.

Há aqui algumas questões que importa considerar.

O CDS/PP é a favor das taxas moderadoras. O CDS/PP juntamente com o PSD integra um Governo da República que tem como meta desmantelar e privatizar o Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Entretanto V. Exa. vem para aqui fazer este discurso, um discurso demagógico e populista, porque efectivamente isto contaria aquilo que V. Exa. pensa sobre aquilo que deve ser o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a autonomia!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É a especificidade regional!

O Orador: V. Exa. acha que sim que devem haver taxas moderadoras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vá para a substância!

O Orador: Isto é muito importante para que os açorianos e açorianas percebam até onde é que vai esta desfaçatez do CDS/PP, na forma demagógica ...

Presidente: Vamos ser mais doces na linguagem. É uma proposta que lhe faço.

O Orador: Desfaçatez?

Presidente: Sim.

O Orador: Não pode ser utilizado?

Presidente: Pode, mas pode ser mais doce. Faça favor de continuar.

O Orador: Sabe que eu respeito V. Exa. e procurarei então não fazer nenhuma desfaçatez.

Tem de ficar claro para os açorianos e açorianas que de facto o que o CDS/PP defende é a privatização dos serviços de saúde e defende as taxas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira! Seja sério! Eu não disse isso! Eu não defendi a privatização. Isso é mentira, lamento ter de lhe dizer isso.

O Orador: Posso fazer uma pergunta ao Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não defendi a privatização. Isso é mentira!

O Orador: O CDS/PP e o PSD no Governo da República preparam-se para dismantelar e privatizar o Serviço Nacional de Saúde.

O CDS é a favor das taxas moderadoras.

Depois o CDS/PP, através da voz do Sr. Deputado Artur Lima, veio entretanto, na apresentação do Projecto de Resolução, colocar aqui um outro problema que tem a ver com o financiamento do Serviço Regional de Saúde, o que me pareceu perfeitamente despropositado uma vez que o objecto da resolução não era esse, mas Sua Exa., o Presidente da Assembleia não consentiu, tudo bem, não estou a criticar, mas efectivamente não tinha nada a ver com o objecto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga lá o que foi?

O Orador: A questão do financiamento do Serviço Regional de Saúde, que não é disso que estamos a falar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia a portaria!

O Orador: Há entretanto outra questão que é a seguinte e para sua satisfação o PCP vai aprovar este Projecto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh, Sr. Deputado vote contra!

O Orador: Vai aprovar este Projecto de Resolução, ao contrário do que fez ontem com o Projecto de Resolução do PSD porque, e é só por parte da alínea a) do Projecto de Resolução, suspende e suspendendo, se de facto o PS aprovar esta proposta, fica suspenso até 31 de Dezembro. Fazendo-o, e faço porque não tenho nenhuma razão para não o fazer, naquilo que são os princípios do Sr. Presidente do Governo Regional, relativamente a esta matéria, a situação pode perfeitamente alterar-se e o Presidente do Governo Regional entender até 31 de Dezembro, que poderá eventualmente ter condições para suspender as taxas moderadoras, acabar com elas e assim garantir uma das marcas distintivas de que o PS/Açores faz (fez enquanto na República houve governos da mesma família partidária).

Portanto, é por esse motivo que nós vamos aprovar o Projecto de Resolução. Apenas por esse e isso é que demarca a nossa posição, torna-a diferente, relativamente à proposta do PSD.

Agora, para que fique claro Sr. Deputado Artur Lima: não havia necessidade! Não havia necessidade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é cansaço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que neste momento as taxas moderadoras são inevitáveis no sector de saúde da RAA.

Medida difícil de implementar, é certo, o mundo de hoje é diferente do mundo de ontem.

O Grupo Parlamentar do PS entende que o ideal seria a sua inexistência, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, o senhor ontem não disse isso!

O Orador: ... mas atendendo aos constrangimentos do sector, o Governo Regional dos Açores entendeu pedir um esforço aos açorianos com a sua

contribuição, através de custos simbólicos, para fazer face à diminuição da despesa e a manter a qualidade da prestação dos cuidados de saúde dos açorianos.

Não basta diagnosticar os problemas e sugerir tratamentos, é necessário reflectir com ponderação, implementar com coragem política e avaliar com rigor as medidas agora implementadas.

Temos que pedir um esforço a todos os que podem pagar para que os mais vulneráveis possam ter a mesma acessibilidade e o serviço regional de saúde poder proporcionar os mesmos cuidados de saúde seguros, de qualidade e sem diferenciação na RAA.

O equilíbrio, o compromisso e a coragem política ficam sempre a cargo dos mais responsáveis para servir sempre da melhor forma os interesses e as necessidades dos açorianos, aumentando permanentemente a qualidade de vida de toda a população açoriana e as pessoas que optaram por viver nos Açores.

A implementação de meios electrónicos de pagamentos e a implementação de isenções adaptadas à realidade regional não são procedimentos que inviabilizam a normal implementação das taxas moderadoras.

A introdução do regime de isenções no Cartão do Utente não se justifica porque algumas pessoas isentas podem alterar com muita frequência e em períodos de tempo muito curtos a sua categoria e ainda porque a prova da sua condição de isenção, actualmente, poderá ser efectuada com facilidade através de declarações simples.

Os utentes isentos do pagamento das taxas moderadoras podem simplesmente com o seu cartão de identificação, ou com a declaração fácil de obter nas instituições competentes ou no seu médico ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Paga!

O Orador: ...comprovar com celeridade a sua condição de isento.

A adaptação à RAA da tabela de análises clínicas está em vigor por Despacho 788/2011.

Por essas razões o Grupo Parlamentar do PS entende que suspender a sua aplicação é uma sugestão regimental sem sentido. Só se percebe essa

recomendação pelo habitual demagógico oportunismo político, exercido muitas vezes em excesso, na nossa Assembleia Legislativa Regional.

O Serviço Regional de Saúde continua tendencialmente gratuito porque o PS assim entende ser uma prioridade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cada vez mais!

O Orador: Nós sabemos que não agradamos a todos mas temos a certeza de agradará a maioria dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não é verdade!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde continua a proporcionar tratamentos de qualidade, com segurança e com a mesma dignidade a todos os que necessitam, sem diferenciar os que mais podem e os que têm mais dificuldades.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

***Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Eu gostaria de começar por dizer que talvez o Sr. Deputado Artur Lima se tenha enganado na resolução.

A defesa e a apresentação que hoje fez aqui, foi por uma resolução que faça a extinção das taxas moderadoras e não por uma que suspenda.

Parece que o senhor está contra as taxas moderadoras e não a favor da sua suspensão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! O senhor é que não percebeu!

O Orador: Relativamente às questões que abordou gostaria de começar por lembrar que os doentes Machado Joseph, estão isentos de taxas moderadoras.

Estão isentos porque estão nas isenções desde sempre a nível nacional. Estão nos doentes portadores de doenças crónicas identificadas em Portaria do Ministério da Saúde.

Essa Portaria aquilo que faz, logo na primeira doença, identifica e diz: “doença genética com manifestações clínicas graves”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E clínicas também.

O Orador: É aqui que estão os doentes Machado Joseph.

Pergunte isto a qualquer clínico nos Açores que eles respondem que é.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas pergunte à Associação!

O Orador: Nas Flores não está a ser cobrado um único cêntimo de taxa moderadora a doentes Machado Joseph.

Há um Deputado do CDS/PP nas Flores que saberá e conhecerá com certeza doentes Machado Joseph.

Estão isentos nos Açores e estão isentos a nível nacional.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Pagam!

O Orador: Não é, não senhor!

Se não lhe passam a declaração de que é portador duma doença crónica, é porque o médico assistente desconhece a doença de Machado Joseph.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qualquer médico conhece, agora já desconhece!

O Orador: Disse regional, dos Açores, onde esta doença tem maior prevalência.

Relativamente à questão que levantou ontem da competência dos médicos colombianos eu quero dar-lhe a boa notícia que essa certidão profissional já foi emitida pela Secção Regional da Ordem dos Médicos do Norte e na segunda-feira já têm todos a certidão cá nos Açores.

Portanto, quando levanta dúvidas em relação à competência técnica dos médicos estrangeiros, digo-lhe que esta certidão já foi emitida pela ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando?

O Orador: Hoje.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então ontem eu tinha razão! Muito obrigado!

O Orador: Eu estou a dar-lhe a boa notícia.

Já este mês, estes médicos vão abrir a sua lista de utentes. Foi com este objectivo que o Governo foi à Colômbia contratar estes médicos, para conseguir dar um médico de família às pessoas que de facto o valorizam e precisam de um médico de família.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem! Para os açorianos e para as açorianas!

O Orador: Por outro lado gostaria de dizer que na sua Projecto de Resolução, esta tabela de taxas moderadoras já foi regionalizada.

Ontem, dissemos precisamente que a tabela das taxas moderadoras tinha sido regionalizada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde?

O Orador: Tínhamos analisado que actos é que iriam ser cobrados e quais os que não iriam ser.

Neste momento só estão a ser taxados nos Açores 37% dos actos que são taxados a nível nacional. 37%!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é regionalizar uma tabela!

O Orador: Nós diminuámos muitíssimo o número de actos que são cobrados no continente.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, também a nível de preço houve ajustamentos. Houve ajustamentos à escala regional.

Uma sessão de fisioterapia no continente custa um euro e dez, nos Açores custa um euro.

Foi um ligeiro ajustamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para as análises clínicas, seja correcto!

O Orador: O mesmo se passou com as urgências nos hospitais, o mesmo se passou com as urgências no centro de saúde, com as consultas no centro de saúde e as consultas nos hospitais. São preços diferentes.

Para as análises clínicas, e na nossa Portaria está claro e objectivo, seguimos o que está estabelecido a nível nacional, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! São iguais os preços! Muito obrigado, Sr. Secretário!

O Orador: ... assim como nas isenções seguimos aquilo que está a nível nacional.

Seguimos nesses dois casos, porquê?

No caso das isenções nós sabemos que no terceiro trimestre o Governo irá avaliar a questão das isenções a nível nacional. Foi uma obrigação, um compromisso assumido perante a Troika.

Portanto, nós remetemos para a legislação nacional nesta matéria.

Em relação às análises clínicas, porque publicámos recentemente (anteontem) a convenção com análises clínicas, vamos baixar o preço que pagamos aos laboratórios privados para os preços que o Serviço Nacional de Saúde está a pagar também a nível nacional.

Sejamos honestos, Sr. Deputado: existe abuso e desperdício de análises clínicas no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É verdade!

O Orador: Nós sabemos e o senhor sabe que é profissional de saúde que as análises clínicas completamente gratuitas levam ao desperdício. Levam a que pessoas saiam com análises dum urgência e depois pedem a prescrição a outro médico do Centro de Saúde e dali a um mês vão a um laboratório fazer análises.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor sabe? Já fiscalizou? Não tem um Director Regional da Saúde?

O Orador: Oh Sr. Deputado, qualquer profissional de saúde diz-lhe que isto acontece.

Portanto a aplicação da taxa moderadora nas análises clínicas serve para moderar o consumo das análises clínicas ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está a reconhecer!

O Orador: ... e para trazer uma maior responsabilização aos cidadãos pela utilização deste meio complementar de diagnóstico.

Os preços são iguais aos que são os preços no continente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Os preços são iguais! Muito obrigado!

O Orador: São iguais.

Nós aqui nos Açores não estamos a cobrar por exemplo a taxa moderadora que se cobra por uma TAC no continente, que é de 21,20€.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas vão cobrar!

O Orador: Não estamos a cobrar a taxa moderadora por uma ressonância magnética. Não estamos a cobrar por uma sessão de litotricia externa que é de 66€, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas vai cobrar!

O Orador: Não estamos a cobrar taxas moderadoras nas cirurgias, Sr. Deputado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Esta tabela foi devidamente regionalizada.

Relativamente à questão do multibanco.

As unidades de saúde são as únicas em que é obrigatório ter multibanco, nos centros de saúde e nos hospitais?

Os hospitais já têm. Os centros de saúde terão este mês.

Mas mesmo assim levanto a questão: vamos tornar obrigatório que os centros de saúde tenham máquinas de multibanco?

E então os outros negócios, as outras empresas que têm porta aberta também não deveriam ter sempre multibanco?

Há imensos casos em que o multibanco não existe pura e simplesmente.

Portanto, nós já temos um contrato formalizado com uma instituição financeira para permitir o pagamento por multibanco, mas ninguém é obrigado a pagar a taxa moderadora no acto. Nós antevemos esta situação. A pessoa pode realizar os seus cuidados de saúde e pagar até 10 dias depois. Foi uma questão que foi acautelada precisamente neste princípio de entrada em vigor.

Os TPA vão existir nas unidades de saúde este mês, não vejo por que é que se tem que suspender até ao fim do ano esta medida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para ter tempo de implementar essas taxas todas!

O Orador: Relativamente à verificação e ao Cartão de Utente que se falou aqui.

Sr. Deputado, lamento anunciar, mas o Cartão de Cidadão veio substituir o Cartão de Utente em 2007.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que gastou? Fiz-lhe uma pergunta!

O Orador: Veio substituir o Cartão de Utente desde 2007.

Qualquer pessoa que queira agora o Cartão de Utente, aquilo que tem que fazer é o Cartão do Cidadão. O Cartão de Utente já não existe. É um número que está atrás no Cartão do Cidadão.

Eu não percebo por que é que nós temos que implementar uma coisa que deixou de existir pela própria legislação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que gastou?

Deputado Rogério Veiros (PS): O Cartão do Cidadão foi implementado pelo seu Governo da República!

O Orador: Eu não sei quanto é que gastou porque foi da legislatura anterior. Poderei reunir esses elementos, se o Sr. Deputado fizer a pergunta por requerimento.

O Sr. Deputado vem aqui dizer que o objectivo das taxas moderadoras, é o financiamento da Serviço Regional de Saúde. Ontem aqui o Sr. Presidente do Governo comunicou qual é a posição do Governo, já o tínhamos feito no passado.

A aplicação das taxas moderadoras é para moderar o acesso à saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Consolidação orçamental!

O Orador: Atravessamos uma fase de consolidação orçamental e temos que ter medidas que promovam a diminuição da despesa.

A moderação do desperdício das análises clínicas é uma medida que promove a diminuição da despesa.

As taxas moderadoras existem não é para impedir que os doentes que precisem efectivamente de cuidados de saúde não os tenham, é para impedir o abuso e a alocação excessiva de recursos aos nossos serviços de saúde. Tem como objectivo diminuir a despesa.

Toda a receita que não é significativa, que corresponde a 1% apenas dos custos do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então qual é a pressa?

O Orador: ... é que tem um destino muito nobre, que é o financiamento das novas valências dos cuidados de saúde, com especial destaque para o tratamento do cancro na RAA.

Chegamos a um ponto muito crítico, Sr. Deputado. No tratamento do cancro ninguém no Serviço Regional de Saúde vai dizer a um doente oncológico que não pode tomar aquele medicamento que é o último medicamento, que é mais eficiente no tratamento ao seu cancro. Nós não queremos isto.

Nós queremos garantir também que os doentes açorianos tenham acesso às técnicas de radioterapia tal como estão a fazer alguns deles na CUF Descobertas, em Lisboa, e tal como estão a nível dos melhores cuidados prestados na Europa. É para isto que se destina. É um destino nobre.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda à pergunta: quando fica pronto o centro de radioterapia?

O Orador: O Sr. Deputado falou aqui, em relação aos doentes das outras ilhas, em dois casos: da discriminação contra os doentes das outras ilhas e falou no caso da discriminação dos doentes que não têm acesso ao Serviço de Atendimento Permanente ou Urgente, do seu centro de saúde.

Relativamente aos doentes das outras ilhas quando um médico especialista os encaminha, que é um médico hospitalar, qual é o preço de uma consulta que os utentes duma ilha sem hospital vão pagar?

Vão pagar o preço por uma consulta no hospital.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não foi essa a pergunta que fiz!

O Orador: Quando forem em viagem nós aqui nos Açores pagamos a viagem de avião aos doentes, para realizarem as consultas. No continente isso não acontece, Sr. Deputado. Não acontece no continente pagar as viagens.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não quero saber do continente! Quero saber dos Açores!

O Orador: Não vão de avião, vão de autocarro.

Mas aqui pagam igualmente 5 euros quando vão ao hospital. É igual.

Se for um doente urgente paga o acesso à urgência no centro de saúde, não vai pagar o acesso à urgência no hospital, se for evacuado de urgência. É evidente!

Eu não estou a ver onde é que há discriminação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não está?

O Orador: Em relação àqueles doentes que vivem em concelhos onde não há atendimento urgente dos centros de saúde.

Isso acontece onde? Em Angra do Heroísmo e na Horta.

O Sr. Deputado diz que é injusto não terem um serviço de atendimento urgente, mas também para os florentinos se calhar é injusto não terem lá um hospital.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faça lá um!

O Orador: Portanto, se estamos aqui a falar de justiça, estamos a falar de justiça! Há uma maneira de equilibrar os pratos.

Portanto, não é dramático esse ponto que enunciou no seu projecto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É!

O Orador: Por todos estes motivos considero, perante esta Assembleia, que esta suspensão não faz qualquer sentido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o SIS?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do Grupo Parlamentar do PSD quanto às taxas moderadoras ficou clara no debate que ontem realizámos a propósito da iniciativa apresentada pelo PSD, que visava alargar a isenção das taxas moderadoras aos utentes do Serviço Regional de Saúde que não têm médico de família, por impossibilidade do Serviço Regional de Saúde.

Queria dizer, desde logo, que nos afastámos da solução proposta pelo CDS/PP no seu Projecto de Resolução.

Por essa razão o Grupo Parlamentar do PSD não poderá votar favoravelmente este Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PP.

Desde logo por uma razão central que tem a ver com o seguinte: a partir do momento em que as taxas moderadoras estão a ser aplicadas no Serviço Regional de Saúde, o Grupo Parlamentar do PSD entende que a sua aplicação

se deve manter muito embora reconheça razoabilidade a algumas das questões suscitadas pelo CDS/PP ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Algumas!

O Orador: ... no seu Projecto de Resolução, nomeadamente aquelas que têm a ver com a efectivação dos meios de pagamento e o alargamento das isenções aos doentes com a doença Machado Joseph...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Estão isentos!

O Orador: ... sobretudo para que se possa clarificar, Sr. Secretário, e não haver qualquer dúvida interpretativa sobre se estes doentes estão ou não isentos destas taxas moderadoras.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não há dúvidas!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale com a Associação!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Eu falo com os médicos!

O Orador: Não posso deixar de referir também o seguinte: ontem o Sr. Presidente do Governo voltou a reafirmar que o valor destas taxas moderadoras serviria para pagar e para financiar o Centro de Radioterapia dos Açores.

Voltou a insistir nesta ideia depois do Governo Regional ter hesitado quanto ao destino a dar a esta receita resultante da cobrança das taxas moderadoras nos Açores, até porque o Governo Regional disse, em esclarecimento público e reiterado ao Tribunal de Contas sobre a construção do centro de radioterapia, no processo de visto prévio, de que 1% do centro de radioterapia seria financiado pelo dinheiro resultante da cobrança do imposto sobre o tabaco.

Uma contradição infeliz e lamentável do Governo Regional a propósito desta matéria.

Mas queria dizer o seguinte sobre este assunto.

Em vez do Governo Regional estar ilusoriamente a dizer aos açorianos que esta verba servirá para a construção dum centro de radioterapia que nem visto tem, cujo início não se sabe quando ocorrerá e cuja inauguração se desconhece no tempo, seria bem melhor que o Governo Regional dos Açores fosse frontal e verdadeiro com os açorianos e dissesse que uma parte deste dinheiro, ou que a

receita total, serviria para pagar as dívidas que a Região tem à República pelo tratamento de doentes do Serviço Regional de Saúde que se deslocam a Lisboa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa dívida, neste momento é de 30 milhões de euros e uma dívida que o Governo Regional dos Açores nunca conseguiu resolver com o seu camarada José Sócrates.

É uma dívida que existe da Região para com o Serviço Nacional de Saúde no valor de 30 milhões de euros e sobre a qual não temos ouvido ninguém falar e muito menos o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Secretário Regional da Saúde:

Invoca, e o Sr. Deputado Artur Lima citou e citou muito bem, o preâmbulo deste Decreto Regulamentar a necessidade de consolidação orçamental no sector da saúde e a necessidade de tomar medidas promotoras de utilização eficiente dos recursos e da diminuição da despesa.

O que é verdade é que não podemos discutir esta matéria sem questionar o Governo Regional sobre estas medidas de contenção de despesa e sobretudo sobre uma medida que o Governo acentuou o seu carácter o ano passado, ao dizer que iria poupar nos hospitais EPE dos Açores 14 milhões de euros e este ano iria poupar 20 milhões de euros, num total de 34 milhões de euros.

Parece que é um fetiche com os 30 milhões de euros, mas é assim mesmo. Trinta e quatro milhões de euros.

O que é verdade é que em resposta a um requerimento feito pelo PSD a esta matéria, e que o Governo Regional levou 4 meses para responder, apenas foi capaz de identificar uma poupança de 840 mil euros. Faltam muitos milhares de euros para se chegar aos valores que o Sr. Secretário indicou como medida de poupança e de racionalização do Serviço Regional de Saúde.

A pergunta que se faz é esta: é a cobrança de dois milhões de euros em taxas moderadoras que serve de argumento para a racionalização e para a diminuição da despesa do Serviço Regional de Saúde? Não é.

O que está a acontecer com as taxas moderadoras não é poupança do serviço, é o fazer com que os açorianos, os utentes do Serviço Regional de Saúde contribuam também, ainda que modestamente, para o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Não é possível debater esta matéria sem fazer uma referência genérica à questão dos médicos de clínica geral.

Queria aqui apenas tomar por boa a referência que o Sr. Secretário deu ontem no debate de que existem 149 médicos de família nos Açores.

Não o vou discutir, vou tomar como bom esse valor.

O que eu quero dizer é o seguinte: a capitação dos médicos de família, os médicos de clínica geral nos Açores, isto é, o número de médicos por habitante nos Açores é a pior taxa dos últimos 20 anos. A pior taxa dos últimos 20 anos nos Açores!

Deputado Domingos Cunha (PS): Sempre foi! Desde há 30 anos, Sr. Deputado!

O Orador: É pior do que aquilo que Vs. Exas. gostam de dizer, dos anos terríveis de governação do PSD. Muito pior do que nos anos da governação do PSD.

Deputado Domingos Cunha (PS): Há 30 anos! Expliquem porquê?

O Orador: Para além disso é preciso também dizer o seguinte para acentuar a distorção na gestão do Serviço Regional de Saúde, agravada pela política seguida pelo PS.

Os atendimentos urgentes nos centros de saúde entre 1990 e 2009, que são os últimos dados disponíveis, cresceram nos Açores 142%. Este é um sinal do problema que existe nos Açores e que o Governo Regional nunca foi capaz de resolver.

O problema do acesso aos cuidados de saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Através das taxas moderadoras vamos resolver!

O Orador: É claro que quando o Governo Regional através da imposição das taxas moderadoras procura dizer que vai resolver os problemas do Serviço Regional de Saúde, não é verdade. Há problemas bem mais graves para os quais o PS não tem e não teve qualquer resposta.

Obrigado.

Deputados Duarte Freitas e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou centrar-me exclusivamente no objecto do Projecto de Resolução do CDS/PP, porque de facto este debate já ontem teve a sua evolução e hoje também já seguiu em áreas que já foram esclarecidas, mas em nome do Grupo Parlamentar do PS gostaria de dizer o seguinte, relativamente ao CDS/PP e ao Sr. Deputado Artur Lima.

Este Projecto de Resolução e estas posições do Sr. Deputado Artur Lima são um pouco contraditórias com aquilo que o CDS/PP nos tem habituado, quando faz algumas propostas no âmbito da saúde, e até acabam por ter algum acolhimento da parte do Governo.

Digo isto porque o Sr. Deputado Artur Lima em 18 de Maio escreveu um artigo de opinião no “Diário Insular”...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 18 de Maio de quê?

O Orador: De 2001.

... que diz sem moderação, em que refere algumas coisas. Uma é uma questão conceptual que penso que vai estar de acordo comigo; a outra, é quando ele afirma que a introdução de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde não decorre das medidas impostas pela Troika.

Isso já foi explicado e o Sr. Deputado sabe perfeitamente qual é a nossa posição.

Diz que as taxas cá serão iguais às do continente. Não corresponde à verdade, como também aqui já foi esclarecido pelo Sr. Secretário.

Depois diz uma coisa, e aqui é que está a questão que me parece que talvez estejamos de acordo, talvez não tenha sido esse o objectivo da sua escrita, mas que era bom esclarecer quando diz: “vai taxar a ida às urgências”. Eu pergunto: que alternativas têm as pessoas para irem buscar uma receita?

Não acredito que o Sr. Deputado defenda que para ir buscar uma receita se utilize uma urgência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já vou explicar!

O Orador: Queria esclarecer esta situação.

Por outro lado, também queria dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que quando foi anunciada a introdução de taxas moderadoras, no final de Maio, o Sr. Deputado disse e defendeu, que os valores recolhidos com as taxas moderadoras deveriam servir para actualizar as tabelas de reembolsos. Aqui não levantou nenhuma questão sobre o ponto de vista legal da aplicação das taxas, nem questionou o que quer que seja sobre a introdução de taxas, até porque acabou de referir há pouco que é a favor da aplicação de taxas moderadoras.

Pegando, agora concretamente, no objecto da resolução e indo aqui ao quinto considerando que diz: “constituirão condicionalismos sobretudo para os cidadãos de rendimentos mais modestos”. Penso que as situações de isenção estão lá bem explícitas, estes cidadãos estão isentos.

Não irei abordar aqui a questão dos portadores da doença Machado Joseph, porque isso já foi mais do que debatido e esclarecido.

De facto, quando diz que a questão das tabelas dos valores das análises clínicas que na Região é nacional, como o Projecto de Resolução é de 4 Julho e como o despacho de 6 de Julho do Governo é posterior, essa questão está esclarecida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: Tive o cuidado de muito rapidamente fazer umas contas na sequência duma questão que pus ao Sr. Secretário (peço desculpa ao Sr. Secretário de ter que dar esta resposta ao Sr. Deputado Artur Lima) e dizer o seguinte: fiz as contas de umas análises de rotina que se possa fazer no exercício da minha actividade clínica, aquelas que considero de rotina custam 10,60€.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): No mínimo 11 euros!

O Orador: Se quiser juntar uns outros valores ou outras análises, por exemplo, doença oncológica, dos marcadores oncológicos, as análises ficarão em 15,10€.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não senhor e sabe que não!

O Orador: Penso que não é nenhum valor exorbitante para quem faz uma análise durante um ano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor sabe do que é que estamos a falar!

O Orador: Gostaria também de dizer e é importante que nós digamos aqui, que há uma preocupação com a privacidade de facto dos doentes. É importante salvuardarmos essa situação, é importantíssimo e imprescindível que os doentes sejam salvuardados da sua situação clínica. Os mecanismos para esse procedimento estão conhecidos, serão implementados com certeza pelo Governo, mas também gostaria de lembrar que qualquer funcionário, qualquer empregador, ou qualquer profissional de saúde que exerce as suas actividades nos serviços de saúde, independentemente das suas categorias, estão sujeitos ao segredo profissional.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Exactamente!

O Orador: Temos que confiar nestes funcionários de saúde, sabendo e reconhecendo que há situações que muitas vezes ultrapassam as barreiras das unidades de saúde.

Reconhecemos isso, lamentamos, somos os primeiros a lamentar essa situação, apesar de estarem sujeitos ao segredo profissional que a todos obriga.

De qualquer modo, dizer e reafirmar, por todas estas razões e por todas as outras que ontem foram aqui trazidas à coacção na discussão do PSD, que o Grupo Parlamentar do PS irá votar contra este Projecto de resolução.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É pena, Sr. Deputado Domingos Cunha!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

A minha intervenção irá ter duas linhas de análise: a primeira é ideológica, a segunda do ponto de vista prático.

A primeira tem a ver com o seguinte: quando os partidos estão no poder a ideologia desaparece. Quanto mais tempo estão no poder, mais irreconhecíveis se tornam do ponto de vista ideológico. As suas opções políticas e ideológicas distanciam-se da sua natureza programática original, o que é trágico na vida política. Eu penso que é por isso que as pessoas se afastam.

Nesse sentido tornam-se partidos que pouco têm a ver com a sua matriz essencial e têm muito a ver com a gestão da situação, tornam-se partidos situacionistas.

Nesse sentido o PS que está há 15 anos no poder na Região, está completamente irreconhecível em relação àquelas que são as suas opções programáticas de sempre.

Veja-se o caso desta questão das taxas moderadoras.

Ainda ontem o Sr. Presidente do Governo Regional fez uma intervenção, que não escondendo as fragilidades da tomada de opção do PS em relação às taxas moderadoras (pelo menos trouxe um factor essencial para o debate político) trouxe seriedade e trouxe racionalidade.

O Sr. Secretário Regional da Saúde dizia na intervenção anterior à do Sr. Presidente do Governo Regional, que não! Não! As taxas moderadoras não têm nada a ver com a situação económica que o País está a viver e a Europa. Está a acontecer tudo isto porque há falta de dinheiro no Estado, há despesas acrescidos do Estado que é necessário combater, mas não fizemos isso por causa de financiamento do sistema. Nós o que fizemos foi introduzir taxas moderadoras que têm um sentido completamente diferente e não têm nada a ver com a situação económica, não têm nada a ver com a tentativa de financiar o sistema.

A seguir o Sr. Presidente do Governo Regional desmentiu publicamente, aqui neste Parlamento, e disse: “Não, não. Tem a ver com este contexto! Não acredito nas taxas moderadoras, não é a minha opção ideológica, não é a opção

do PS. A situação económica e o financiamento do sistema levaram-me a tomar esta decisão.”

O Sr. Secretário da Saúde, penso que ficou bem claro, pensa de forma diferente e explica de forma diferente a introdução das taxas moderadoras em relação ao que pensa o Sr. Presidente do Governo Regional.

Quero centrar-me hoje nesta primeira observação, dizendo como o PS se afastou da sua matriz ideológica e como aquele discurso de grandes preocupações sociais, um discurso de preservar o Estado, está tão afastado da realidade e tão afastado dos princípios fundadores do PS que está completamente irreconhecível nessa faceta.

A questão das taxas moderadoras do ponto de vista de uma análise racional, penso que também são inexplicáveis, Sr. Secretário Regional da Saúde.

Há um princípio fundamental e as populações aceitam quando consideram que há uma regra, uma lei que é justa, que tem um princípio de racionalidade.

Dizia o Sr. Secretário Regional da Saúde que 45%, os mais pobres, ficam fora das taxas moderadoras. Portanto, não ficam moderados.

Deputado João Costa (PSD): A felicidade é que temos menos de metade da população nessa categoria!

O Orador: Vejamos o seguinte: os mais pobres estão isentos do pecado original? Não podem ser imoderados no consumo? Claro que alguns deles também o serão. Concordará em relação a esta situação.

Há outros que tendo outro tipo de posses, terão outro tipo de comportamento. Não é pelo facto de se ser pobre, rico ou remediado que as pessoas abusam, deixam de abusar ou utilizam mais ou menos.

A questão tem a ver com o comportamento de cada indivíduo.

Um indivíduo pode ser sério e responsável mesmo tendo rendimentos mais baixos, como pode ser absolutamente irresponsável tendo rendimentos muito altos.

Nesse sentido, as taxas moderadoras quando se aplicam neste princípio que tem em conta o rendimento das pessoas, já estão erradas à partida, Sr. Secretário Regional da Saúde.

A questão é esta, está errado! É um princípio injusto!

Dou-lhe uma sugestão: penso que se deveria verificar de acordo com a utilização que o utente fez do sistema, que está registado. Verifica-se se aquele utente foi imoderado ou não, se fez de facto uma utilização racional do sistema. Aí sim, é um argumento racional, teríamos um critério racional.

Este critério não é. Este critério segmenta a população, não pela utilização, mas há uma parte da população que fica afastada deste uso moderado ou imoderado.

Nesse sentido, é completamente injusto. Não faz sentido.

Se se quer moderar, então a forma de moderar nunca será esta, seria sempre através do comportamento de cada indivíduo que está registado e se justificou ou não.

Portanto, é absolutamente injusto, porque não estabelece este princípio, não estabelece essa racionalidade. Essa racionalidade e essa justiça não existem.

Eu estou convencido que a esmagadora maioria das pessoas quando utilizam o Serviço Regional de Saúde, utilizam porque necessitam ou então como não têm médicos de família, têm uma situação desesperada e têm que utilizar outro tipo de mecanismos.

Não é essa a questão essencial.

O que eu acho é que há aqui um retrocesso civilizacional muito grande. Pode poupar, não sei quantos euros, mas repare uma coisa, 5€, 17€ para nós que recebemos 3000 € por mês não é muito significativo ...

Deputado José Lima (PS): O senhor está bem pago! Está a receber bem!

O Orador: ... mas para muita gente isto é muito significativo, porque em muitos casos há um no desemprego, há filhos para pagar os estudos. É pouco, mas este pouco é o pouco da electricidade, é o pouco do gás e as pessoas a 10 ou 15 dias do final do mês não têm dinheiro. A verdade é essa. Isto não tem nada de demagogia, estou a dizer absolutamente a verdade.

Se há uma pessoa que não vai ao Serviço Regional de Saúde porque tem que pagar 5€ ou se há uma pessoa que não vai ao Serviço Regional de Saúde porque tem que fazer um determinado pagamento numa análise clínica, eu digo-lhe, esse preço, essa poupança é uma poupança que pode estragar a vida de alguém,

pode colocar a vida de alguém em causa. Nesse sentido digo-lhe, não poupou nada! Penalizou muito a consciência da nossa sociedade, por isso eu considero que as taxas moderadoras não devem existir porque temos que ter a certeza absoluta que aquela pessoa necessitou e teve resposta do sistema, teve uma resposta colectiva.

Temos que ter a certeza que ninguém deixa de utilizar o Serviço Regional de Saúde para poupar dinheiro, porque em questões de saúde uma semana pode ser tarde, ou mesmo uma noite. Esperar para ver se melhora, dali a 48 horas pode ser tarde também.

Dizem que é 1%. Acho que se fosse possível, e na minha perspectiva teria outras prioridades se tivesse outras responsabilidades, as taxas moderadoras seriam a última opção porque não queria ter na minha consciência o agravamento da vida de ninguém.

Esta é a minha posição em relação a esta situação e a esta proposta do CDS/PP. Considero que a vossa proposta é muito vulnerável fundamentalmente no que diz respeito à dificuldade que teve de adaptação regional.

Nós temos muitas particularidades que não foram consideradas e temos muitas questões burocráticas, como se verificou, que não estão resolvidas, por isso considero que a proposta do CDS é válida e pelo menos cria algum tempo para uma melhor reorganização e uma introdução deste sistema de uma forma mais justa. Por isso vou votar a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

***Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

O BE, aquando da discussão do diploma do PSD sobre a mesma matéria, relativamente às taxas moderadoras, já expressou a sua opinião e afirmou que é contra a introdução dessas taxas na Região Autónoma dos Açores.

Aliás, ficou claro ontem aqui, e este aspecto já foi referido por alguns Deputados hoje, que com a intervenção do Presidente do Governo Regional a lógica da aplicação das taxas moderadoras na Região é financiar o Sistema

Regional de Saúde, é um co-pagamento, é uma taxa. Secundário é mesmo o facto de se chamarem moderadoras, aliás, como ficou demonstrado ontem.

Deputado Berto Messias (PS): Isso nem parece um Deputado do Bloco de Esquerda!

O Orador: Desculpe-me dizer-lhe, Sr. Secretário Regional da Saúde, que na sua intervenção não ficou claro hoje, outra vez, qual é o objectivo destas taxas moderadoras.

Relembro o que diz o Observatório Português dos Sistemas de Saúde no que respeita a esta matéria, cito: “quando se assume que as taxas moderadoras são fonte de financiamento há um risco escondido, que é a incerteza que se resume à questão até onde vão subir.

Como foi referido estas taxas trarão ao Governo Regional apenas sensivelmente 1% dos gastos com a saúde na Região.

Abrem, portanto, as portas ao aumento das taxas, à redução de categorias de doentes isentos, como está descrito no documento do Memorando, etc., etc.”.

Isto também é revelado na discussão que tem havido quando o Secretário Regional da Saúde diz que neste momento só estão a ser taxadas uma determinada percentagem de actos médicos. Portanto, abre espaço de facto para serem taxados.

Outra questão que aqui foi referida é que havia tabelas de análises que têm determinados valores que estão a ser cobrados. Foi referido que há parte das taxas que foram definidas, outras ainda não foram definidas.

Portanto, este é um jogo do cobra, não cobra, e quem sai penalizado são os açorianos.

O BE irá aprovar este diploma que pretende suspender as taxas moderadoras, mas eu queria referir que nos considerandos e na intervenção do Deputado Artur Lima, parece-nos que há razões que justificam uma prolongada suspensão destas taxas, quiçá a sua eliminação.

Agora, atrevo-me a perguntar, porque razão não propõe o CDS/PP, e já agora estendo esta questão ao PSD, a eliminação destas taxas? Será falta coragem? Será imposição da Troika?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

***Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Para além de ser Deputado nesta casa, sou um profissional de saúde e não poderia deixar passar esta oportunidade para responder à dúvida que foi apresentada aqui nesta Assembleia, em relação aos doentes com SIDA, aos diabéticos, aos hemofílicos, aos tuberculosos, aos doentes do foro oncológico, aos doentes mentais crónicos.

Acho que nós temos que ter um cuidado extremo para arranjar formas do doente ter a sua situação clínica em forma de sigilo nos trajectos, nas instituições de saúde da Região e do país.

Se me apresentasse uma pessoa com SIDA, seropositiva no meu consultório, só eu é que sabia e fazia a seguinte declaração: “Senhor X Y, está isento das taxas moderadoras, por patologia prevista nas listas de isenções das taxas moderadoras no Decreto-Lei nº. 173/2003, de 1 de Agosto, no seu artigo 2º.”.

O meu assessor jurídico deu-me mais uma Portaria, a 1320 de 2010 e também posso chamar à razão o Decreto Regulamentar Regional 16/2011/A e a Portaria da Vice-Presidência e da Secretaria nº. 44/2005.

Depois colocava a frase seguinte: “junto informação confidencial”.

Assino ainda na declaração “sob o compromisso de honra e por me ser solicitado, passo a seguinte declaração que dato e assino”.

Fechava num envelope. Dirigia a carta confidencial ao Director Clínico da Instituição Pública de Saúde que cobra a taxa moderadora.

Era só para dar essa informação a todos os açorianos que precisem e têm o direito de preservar a sua patologia nessas situações mais graves. As outras, basta o cartão.

As crianças com 11 anos basta o bilhete de identidade; de 12 anos basta só a identificação da criança; aos idosos com mais de 65 anos, que têm uma redução de 50 %, também basta esse cartão.

Depois existem uma data de cartões que são simples de adquirir e que se podem apresentar sem sigilo e sem confidencialidade ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

O Orador: Já lhe digo. Tenho aqui os meus papéis, como o senhor deve ter, mas vou recordar-lhe: identificação pessoal, ...

Deputado João Costa (PSD): É o cartão do Santa Clara!

O Orador: Sr. Deputado, não brinque com o Santa Clara, que é um clube sério.

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: Não façam apartes. Estamos a falar de coisas sérias. Poupe a minha intervenção, quero ser rápido.

Deputado João Costa (PSD): Peço desculpa! É da hora!

O Orador: ... Centro Regional de Segurança Social, Centro de Emprego, declaração de IRS, cartão de pensionista.

Portanto, está aqui tudo escrito e se quiser mais: declaração do médico do serviço de saúde oficial, declaração do médico responsável pelo programa de recuperação.

Portanto, o médico é uma autoridade de saúde e se escrever sob compromisso de honra, assinar e datar (normalmente põe-se um carimbo em cima) a nossa palavra como profissionais de saúde está sempre à frente.

Era apenas para esclarecer.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

***Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Gostaria de começar por responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes a todas as perguntas que fez, mas de facto não se encontra já na sala, portanto não serão importantes as respostas que tenho para lhe dar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas está aqui o Grupo Parlamentar!

O Orador: Não atribui importância às respostas que eu teria para lhe dar.

Só quero dizer que de facto a capitação actual de habitante por médico é muito superior à que existia em 1996. Em 1996, tínhamos 110 médicos, agora temos 149.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 149 ou 154?

O Orador: Portanto, palavras para quê? Temos mais médicos agora do que tínhamos antes. E queremos ter mais. Sabemos que estes médicos são poucos, precisamos mais, por isso é que vamos contratar mais médicos para o Serviço Regional de Saúde.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima, creio que faltou responder à questão do SIS-ARD, do Sistema de Informação em Saúde.

Sr. Deputado, este é um projecto de 12 milhões de euros, não é um projecto pequeno.

É um projecto que tem uma componente de *hardware*, que são os computadores em si, o *Data Center*, por isso já pagámos, mas teríamos pago de qualquer maneira, 3,4 milhões de euros, só em impressoras, computadores. É um *Data Center*, portanto isto corresponde ao investimento na informatização.

O *software* que pelo contrato era à volta de 4 milhões de euros, pagámos 2,2 milhões de euros.

Portanto, este projecto que o Sr. Deputado diz publicamente numa notícia que é seguramente superior a 10 milhões de euros, que já gastámos mais de 10 milhões de euros...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já gastou mais? Mas qual é o total?

O Orador: ... nós gastámos 6,6 milhões de euros neste projecto e a empresa já entregou a ferramenta, entregou-a no fim do mês passado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A ferramenta não trabalha!

O Orador: No fim de Maio ela entregou a ferramenta e o *software*, depois de feitos os testes.

Estamos neste momento a avaliar junto duma terceira entidade, precisamente, se corresponde ou não ao que estava no caderno de encargos e àquilo que eram as necessidades impostas pelo caderno de encargos.

Quando tivermos esse relatório tomaremos a decisão adequada em relação a este processo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, já anunciámos qual será a nossa posição relativamente à votação deste projecto, mas gostaria só de reafirmar que de facto as taxas moderadores aqui, e só quem não acompanha as evidências que todos os dias acontecem sobretudo no sector da saúde, é que pode estar um pouco desfasado das situações e das exigências que são colocadas a todos, desde aqueles que trabalham no seu dia-a-dia, até aqueles que têm que decidir.

Por isso, muitas vezes há que tomar decisões e fazer reestruturações e reorganizações no sentido de tornar sustentável o próprio sistema de saúde.

Gostaria de lembrar aqui que o PS/Açores tudo fará para manter a universalidade dos serviços de saúde na Região até porque essa própria universalidade foi posta em causa pelo actual Ministro da Saúde, Ministro Paulo Macedo, quando diz que se os portugueses não estiverem dispostos a pagar mais pela assistência, o Estado deixará de continuar a garantir o acesso a todos. O PS/Açores tudo fará para que esta situação não se aplique na Região.

Já não estando o Sr. Deputado Pedro Gomes na sua bancada, vou utilizar uma frase que ele proferiu aqui na defesa do Projecto de Resolução do reforço das forças de segurança, dizendo que é necessário partilhar sacrifícios como portugueses que somos.

É neste sentido que o PS/Açores entende a introdução também destas taxas moderadoras.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Cada dia é um argumento novo!

Agora é partilhar o serviço! Já não é pela poupança!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Fiquei a saber então que o SIS-ARD são 12 milhões de euros, que V. Exa. confirmou aqui e fiquei a saber que V. Exa. não sabe quanto é o Cartão de Utente. Agradecia, presumo que não tem essa informação, que me fizesse chegar, com rigor, a informação do Cartão de Utente.

Muito rapidamente, vou ler aqui o Diário das Sessões e a intervenção da senhora, então Secretária da Saúde, Dra. Fernanda Mendes, distinta ex-colega nossa, de 16 de Maio de 2002: “A criação do Instituto de Gestão Financeira leva a que a emissão do cartão e gestão do sistema de informação necessários à sua utilização seja da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira.

Com a implementação deste cartão pretende-se identificar cada cidadão de uma forma única e inequívoca perante o Serviço Regional de Saúde, tornando mais fácil a sua identificação nos serviços de saúde, por forma a assegurar a definição exacta da sua situação e ao mesmo tempo que seja o garante da concretização dos direitos dos seus titulares, sem que haja sobreposição de direitos”. Um belo instrumento aqui descrito.

Mais à frente a então Sra. Secretária dizia: “ ... já adjudicámos o equipamento que vai permitir a introdução da base de dados e de seguida poderemos dar o passo seguinte que é a emissão do cartão e adquirir o equipamento que possa ler este cartão”. O equipamento que possa ler este cartão.

“Vamos dar início nas instituições, centros de saúde e hospitais e estamos certos (e agora reparem na pérola), que este instrumento de boa gestão estará implementado até ao fim do Verão”.

O que é que aconteceu ao instrumento de boa gestão?

Foi posto no lixo, literalmente.

Deputado João Costa (PSD): Não foi a *Moody's*!

O Orador: Isto é de uma Região rica? É de uma Região que planeia bem? É de uma Região que investe bem?

Sr. Secretário, é muito dinheiro para ir para o lixo. Se calhar dava para termos taxas moderadoras mais baixas nos Açores do que no continente.

Portanto, esbanjar foi o que se fez com o Cartão do Cidadão, e eu tenho pena que o tenham feito.

Sr. Deputado Domingos Cunha, como não tenho tempo vou abster-me de ler as suas declarações sobre o Cartão do Cidadão que V. Exa. estará bem recordado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Também não lhe posso responder!

O Orador: Agradeço-lhe a sua intervenção e podemos trocar ideias, discordando uns dos outros, mas trocando obviamente com elevação.

Eu vou dar-lhe as explicações que o senhor pediu, com todo o gosto.

As urgências que estão referidas aí no meu artigo, Sr. Deputado Domingos Cunha, se bem se lembra no início o Governo foi lançando estas taxas aos bochechos, foi uma taxinha de cada vez, pimba, depois mais pimba e depois ainda vai dar pum.

Primeiro anunciou-se que só se pagava nas urgências. Vou abster-me de dizer quem é que disse isto aqui e vou abster-me de dizer quem é que disse isso em comunicado.

No início era só para pagar nas urgências. Depois veio para os centros de saúde. Depois veio para a fisioterapia e depois veio para as análises clínicas.

Percebeu as urgências? Na altura era só para as urgências.

Fico muito satisfeito, Sr. Deputado, de ter reconhecido a privacidade, que quem lida com os doentes, nós profissionais de saúde, sabemos o que é que isto quer dizer.

Se mais razões não houvessem, essa para mim era superior a qualquer uma delas e o Cartão de Utente garantia isso, a privacidade aos utentes.

É claro que não precisa aquele monte de papéis e de envelopes, (fecha envelope, fecha envelope) que parece um voto secreto que vai ali dentro. Basta haver um conjunto de doenças e dizer está isento no regime especial. Pronto! Ninguém sabe qual é a doença do senhor e está dito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Há meia hora o senhor não sabia como fazia, agora já sabe!

O Orador: Eu sempre fiz aqui, tem sido a nossa actuação, de denunciar o desperdício e o exagero.

Lembro-me perfeitamente, Sr. Secretário da Saúde, de ter denunciado a prevenção de dermatologia, que felizmente o senhor acabou com ela. Faço-lhe essa justiça. Mas lembro-me perfeitamente do Sr. Deputado Rogério Veiros fazer a defesa que o Sr. Dr. fulano de tal, dermatologista, até tinha dado quinhentas e tal consultas no regime de prevenção.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É verdade! Não havia lista de espera!

O Orador: A que preço, Sr. Secretário? Só nós dois é que sabemos a que preço é que deu aquelas consultas. Mas ainda bem que acabou com elas.

Sr. Secretário, há mais uma pergunta que lhe quero fazer: por que é que nos Açores (que é outra incongruência e espero que o Governo da República a atenda, a saúde infantil, como o senhor sabe, foi estendida até aos 18 anos) são só as crianças até aos 12 que estão isentas?

Vamos afirmar a nossa autonomia.

Actualmente vão até aos 15 anos no centro de saúde. Por que é que é até aos 12, Sr. Secretário?

Vamos corrigir isso.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Isso é a nível nacional!

O Orador: Oh Sr. Secretário, eu tenho autonomia. Nós temos autonomia.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Então proponha!

O Orador: Estou a propor isso, Sr. Secretário. Até aos 18 anos!

A suspensão é exactamente para isso, para podermos chegar a acordo, para podermos melhorar esta proposta, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O senhor quer a suspensão, mas não quer apresentar a proposta!

O Orador: Quer propostas? Eu faço.

Vou dizer-lhe mais uma coisa.

Quando o senhor diz, “as crianças até aos 12 anos”. Então e os outros?

Quando foi o PS, a senhora ministra socialista, que alargou e todos aqui concordaram, a saúde infantil até aos 18, as crianças então devem estar incluídas até aos 18 anos. Para isso é que existe autonomia: afirmar a diferença, Sr. Secretário.

Mais uma coisa que lhe quero perguntar, Sr. Secretário: o meio diferido é a pessoa levar um talão para depois ir ao multibanco e pagar. Se é de outra ilha não tem a receita que ser alocada ali. É como há nas portagens, como há em tudo, como há agora nas SCUTS, é um meio diferido de pagamento, Sr. Secretário.

O que se passa aqui é que houve, até agora, vacas gordas e foi um tal esbanjar. Foi gastar à tripa forra no Cartão de Utente. Belíssimo instrumento! Para o lixo, Sr. Secretário!

É um sistema de informação em saúde que não está implementado, já se gastou milhões e não funciona porque o sistema não é compatível com o sistema actual e tem que se reformular tudo, com consultórios, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Já lhe disse quanto é que gastámos!

O Orador: A experiência é desastrosa.

Sr. Deputado Domingos Cunha, e a ADSE? Quem é que implementou cortes brutos na ADSE e por que é que nos Açores um doente da ADSE tem que ir a uma junta médica, tem que pagar a viagem para ir a S. Miguel? Por que é que nós não combatemos isso, Sr. Deputado? São medidas do Governo da República.

O senhor sabe, tão bem como eu, que um doente que quer ir a uma junta médica e que seja da ADSE tem que ir a Ponta Delgada...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... e tem que a pagar do seu bolso.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Mas isso já não é assim!

O Orador: Só se foi este mês, porque o mês passado ainda era assim, Sr. Secretário.

Deputado João Costa (PSD): Foi ontem!

O Orador: Última pergunta: o senhor vai atribuir listas de espera aos médicos colombianos que não são especialistas em medicina geral e familiar.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Lista de doentes!

O Orador: Lista de doente. De espera vão ter.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Já temos!

O Orador: O senhor vai atribuir lista de utentes aos médicos colombianos que não têm a especialidade de medicina geral e familiar. Isso é um desincentivo aos especialistas em medicina geral e familiar.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Porquê?

O Orador: O senhor se reconhecer a esses a capacidade de trabalhar, o senhor tem obrigação moral de aplicar o mesmo princípio aos outros.

Os outros 23, que são médicos iguais aos colombianos, com cédula passada, são licenciados em medicina, inscritos na Ordem, o senhor ponha-os a fazer consultas e com lista de utentes.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não são iguais!

O Orador: São iguais! São licenciados em medicina, Sr. Secretário!

O Sr. Deputado Domingos Cunha pode confirmar. O senhor está a desprestigiar a medicina geral e familiar.

Quero saber: vão ou não ter lista de utentes?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Vão!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que é importante fazer aqui um esclarecimento na sequência das afirmações do Sr. Deputado Artur Lima, para dizer o seguinte: o Cartão de Utente de facto era um excelente instrumento para o Serviço Regional de Saúde, para os seus utentes e para a sua gestão e administração que foi implementado, mas o que aconteceu foi que a nível nacional a entidade que fazia os Cartões de Utente para a Região era a Casa da Moeda...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Percebeu mal! A Casa da Moeda não faliu!

O Orador: Desculpe. Não percebi.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Casa da Moeda não faliu!

O Orador: Não faliu, mas por razões que tinham a ver com orientações posteriores do Ministério da Saúde, atendendo a que queria concentrar toda a informação no Cartão do Cidadão, suspendeu a parte de fazer os Cartões de Utente.

Portanto, é uma situação em que, não sendo uma situação que o Cartão de Utente actual que ainda está em vigor na Região não possa ser utilizado, de facto irá ser abandonado progressivamente com o Cartão do Cidadão, a partir do momento que sejam introduzidas as informações adequadas e devidas com as ressalvas de salvaguarda.

Relativamente à parte da informatização do Serviço Regional de Saúde gostaria de fazer um pequeno esclarecimento e penso que o Sr. Deputado poderá concordar comigo.

A entidade responsável por este projecto tem um sistema integrado que envolve hospitais, centros de saúde, tem mais de 3 milhões de utentes a beneficiar desse sistema e o Serviço Regional de Saúde envolve 150 profissionais de saúde para adaptá-lo à Região.

É importante credibilizarmos esta situação e sobretudo não desmotivarmos aqueles que estão a dar continuidade a este projecto. Por aquilo que o Sr. Secretário anunciou, já foi entregue um instrumento e isso é importante que fique aqui ressalvado.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já vão em 12 milhões, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

***Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima e que já tinha sido dito minha intervenção inicial, se a lista de utentes vai existir para

os médicos colombianos, para os médicos estrangeiros que o Serviço Regional de Saúde contratar, é evidente que sim.

Nós entendemos que é muito mais benéfico para as pessoas serem vistas sempre pelo mesmo médico que tem um acontecimento mais aprofundado da situação da pessoa, do que ser visto hoje por um, amanhã por outro e assim sucessivamente.

Portanto, nós queremos dar um serviço de assistência com a melhor qualidade possível aos açorianos, por isso não me interessam as ameaças que são feitas pelo facto de dar lista de utentes aos médicos colombianos.

Não me interessam as ameaças nem o senhor vir aqui dar voz àquilo que é a posição da Ordem dos Médicos e àquilo que é a posição dos sindicatos médicos.

Não é por isso que nós vamos deixar de dar a lista de utentes aos médicos estrangeiros.

Aliás, há dois anos que no Alentejo, por exemplo, trabalham 27 médicos cubanos, com lista de utentes. Nunca ninguém questionou esta questão.

São médicos iguais, com formação igual àquela que tem os médicos vindos da Colômbia.

Portanto, nós vamos atribuir e abrir listas para inscrição em médicos de família que por acaso são contratados no estrangeiro.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para um protesto.

Presidente: Eu sei que o Sr. Deputado não transmite a voz de ninguém.

Tem a palavra. Três minutos.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Muito serenamente dizer-lhe o seguinte: o senhor já me conhece. O senhor conhece as posições que tenho tomado. Vou dizer-lhe uma coisa, o que eu não aceito é que o senhor venha aqui dizer que eu venho trazer posições cooperativistas de qualquer ordem. Eu não sou porta-voz da Ordem dos Médicos.

É isso que eu lhe quero dizer, Sr. Secretário.

Eu penso que está a fazer uma grande injustiça em dizer-me isso.

O senhor sabe muito bem o que eu penso.

No recente congresso do CDS nós convidámos todas as ordens. Por acaso houve uma que não foi e deu uma justificação. Foi a Ordem dos Médicos que não se fez representar e sabe qual era a justificação, Sr. Secretário? Nós não vamos a esse congresso do CDS, porque o Presidente do CDS fala mal dos médicos.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sim senhor!

O Orador: Foi dada ao Sr. Deputado Luís silveira que era o presidente da comissão organizadora.

Sr. Secretário, fez uma injustiça e espero que não tenha sido intencional.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, se quer, tem três minutos.

***Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, tive reunido com médicos recentemente e foi transmitida esta posição, que aliás já consta de inúmeros pareceres emitidos e publicados em revistas sobre esta matéria e de facto quando eu digo que foi dar voz, estou a dizer que são coincidentes. De facto, eu estranho esta coincidência e foi por isso que disse dar voz (se calhar foi forte de mais) queria dizer coincidente, em vez disso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 11 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Registrar a forma como decorreu este debate em que cada um exprimiu aqui as suas opiniões, divergentes com certeza, mas frontais naquilo que cada um quis exemplificar.

Tenho pena que o PS tenha rejeitado este Projecto de Resolução, sobretudo por alguns motivos que poderíamos atender, mas há dois que levariam à suspensão temporária da introdução das taxas moderadoras, sobretudo a defesa da privacidade dos doentes que vai exigir medidas nesse sentido, a melhoria do alargamento às crianças até aos 18 anos, que é fundamental que se faça, e também alguma melhoria na tabela de análises clínicas nacionais, que é bom que se faça.

Portanto, a outra que eu propunha, infelizmente, já não se pode fazer, porque o Cartão de Utente foi para o lixo e o que eu propunha é que essas informações fossem todas tratadas no Cartão de Utente, de modo a facilitar e para as pessoas não andarem com um trólei de declarações atrás.

Quero terminar dizendo o seguinte: estou convencido que se não tivesse havido falta de planeamento, se tivessem sido introduzidas algumas medidas de boa gestão, como era o Cartão de Utente, se não tivesse havido algum esbanjamento em algumas prevenções como aqui indiquei e outras coisas mais, bom planeamento, boa gestão e racionalização de recursos, nós nos Açores, ainda poderíamos dizer como diz Carlos César “que bom é ser açoriano” e não vamos pagar taxas moderadoras.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

***Deputado Domingos Cunha (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Apenas para reafirmar em nome do Grupo Parlamentar do PS que a introdução de taxas moderadoras já foi aqui sobejamente justificada e esclarecida pelo

Governo, através do Sr. Presidente e do Sr. Secretário, mas queríamos reafirmar que de facto a saúde para nós, tal como ontem aqui disse, é de facto uma prioridade.

Tudo faremos para manter a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, garantindo a qualidade, a eficiência, a universalidade dos cuidados.

É neste sentido que entendemos que as políticas que têm vindo a ser traçadas pelos Governos do PS, irão cumprir aquilo que é o programa do próprio PS.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu propunha que votássemos em conjunto, se não houver oposição da câmara, os pontos 10, 11 e 12 da nossa agenda que tem a ver com pedidos para prestação de depoimentos dos Srs. Deputados José Francisco Fernandes, António Cardoso Ventura e na qualidade de participante o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Os relatórios vão no sentido, no caso do Sr. Deputados José Francisco Fernandes, de não autorizar essa prestação, por unanimidade e nos outros dois casos vão no sentido de autorizar.

Vou colocar à votação esses relatórios.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com os relatórios façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os relatórios apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a seguinte Proposta de Deliberação: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Julho de 2011”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra, suponho que para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros dos Governos:

A questão básica é esta.

Eu votei contra porque considero que nas actuais circunstâncias que se vivem no País e o impacto que as decisões políticas estão a ter e estão a sair diariamente, era necessário que este Parlamento e nomeadamente o Plenário, reunisse durante este período.

Deputado Francisco César (PS): Vamos gastar mais dinheiro!

O Orador: Este meu gesto é um sentido de reafirmação da minha posição que é pública.

Presidente: Sim, mas o que nós votámos foi o fim do período legislativo de Julho.

Percebemos a sua posição, Sr. Deputado.

Bom regresso às vossas casas e se porventura não for antes, o que só dependerá de nós, cá nos encontraremos em Setembro.

Muito obrigado e até sempre.

Eram 19 horas e 36 minutos.

* Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José de Sousa Rego

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

Cláudio José Gomes Lopes

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Correspondência

1 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estatuto do Aluno dos ensinos Básico e Secundário - \(19/2011\)](#)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – JULHO – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 07;

Assunto: [Regime Jurídico de Licenciamento, Instalação e Operação de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas, Tapetes e Equipamentos Similares - \(20/2011\)](#)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – JULHO – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 07;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011 - Desenvolve na Região Autónoma dos Açores as Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade - \(21/2011\)](#)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – JULHO – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 07;

Assunto: [Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2009/A, de 20 de Maio - Regula a concessão, através dos serviços dependentes do membro do Governo com competência na área da Administração Pública, de apoio sócio-económico aos seus beneficiários em situações socialmente gravosas e urgentes – \(n.º 22/2011\)](#)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – JULHO – 07

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 07;

Assunto: [Exercício da actividade industrial na Região Autónoma dos Açores – \(n.º 23/2011\)](#)

Autor: Governo

Data de entrada: 2011 – JULHO – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 07

Pela Redactora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado